

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
LAPREV – LABORATÓRIO DE ANÁLISE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

MARIA ALICE CENTANIN BERTHO

**A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA DIVISÃO DE TAREFAS FAMILIARES  
E NA VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS**

São Carlos  
Junho de 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
LAPREV – LABORATÓRIO DE ANÁLISE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

MARIA ALICE CENTANIN BERTHO<sup>1</sup>

**A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA DIVISÃO DE TAREFAS FAMILIARES  
E NA VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS**

Texto de dissertação de mestrado apresentado  
ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
da Universidade Federal de São Carlos.

**Área de Concentração:**

Comportamento social e processos cognitivos

**Orientadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabrina Mazo D’Affonseca

São Carlos  
Junho de 2020

---

<sup>1</sup> Bolsista de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); código de financiamento 001, vigência 06/2019 a 02/2020.



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

---

## Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Maria Alice Centanin Bertho, realizada em 27/03/2020:

---

Profa. Dra. Sabrina Mazo D'Afonseca  
UFSCar

---

Profa. Dra. Elizabeth Joan Barham  
UFSCar

---

Profa. Dra. Ana Carolina Gravena Vanalli  
UFTM

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Elizabeth Joan Barham, Ana Carolina Gravena Vanalli e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

---

Profa. Dra. Sabrina Mazo D'Afonseca

## AGRADECIMENTOS

A realização dessa dissertação e de todo o Mestrado só foi possível graças aos diversos apoios que tive ao longo de toda a minha vida e, principalmente, nos últimos dois anos. Agradeço muito a todos e todas que contribuíram com essa trajetória, em especial:

À Sabrina Mazo D’Affonseca, não só pela orientação acadêmica, mas pela forma de trabalho humana e gratificante que foram essenciais para a conclusão desse trabalho. Agradeço por todo o aprendizado, incentivo, paciência e por trazer calma nos momentos de angústia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro à essa pesquisa e por contribuir com a minha formação.

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSCar (PPGpsi), professores e técnicos, por todo o aprendizado e auxílio.

Às professoras Elizabeth Barham e Ana Carolina Gravena Vanalli e à Tâhcita Mizael, por terem aceitado participar da banca de qualificação e defesa e contribuído muito com a construção dessa dissertação.

À minha mãe e ao meu pai, Ivete e Avilmar, por não medirem esforços para que eu consiga realizar qualquer coisa e por sempre se dedicarem à minha educação.

Às minhas irmãs, Mariana e Ana Paula, por todo companheirismo e apoio.

A todos os membros do LAPREV, em especial, ao meu grupo de pesquisa, Alliny, Amanda, Mayara Zaqueo, Ricardo, Giselle, pelas contribuições acadêmicas e pessoais, pelo prazer de dividir às reuniões com cada um e pela amizade.

Além destes, aos amigos Mayara Ferreira, Lívia, Rafael, por estarem presente desde à graduação ao meu lado, e Bruno, pelas oportunidades e incentivo.

Obrigada a todos e todas!

## RESUMO

As questões sobre desigualdade de gênero e suas consequências para as mulheres são muito discutidas atualmente. No contexto familiar tais questões estão presentes e são evidenciadas pela falta de equidade na distribuição do trabalho doméstico e de parentalidade entre os cônjuges e na violência entre parceiros íntimos (VPI). É entendido que as desigualdades de gênero são mantidas pelos estereótipos de gênero perpetuados socialmente e na família. O presente estudo tem como objetivo geral identificar aspectos individuais, familiares e conjugais presentes na interação de casais heterossexuais a partir de uma análise de gênero. São considerados como objetivos específicos: (1) verificar os estereótipos de gênero prescritivos em indivíduos de ambos os sexos; (2) verificar como indivíduos de ambos os sexos percebem a divisão de tarefas domésticas e de parentalidade; (3) comparar as diferenças de envolvimento, de acordo com o gênero, quanto ao tipo de tarefas domésticas e de parentalidade (práticas e de gerenciamento); (4) verificar os indicadores de violência entre parceiros íntimos; (5) verificar indicadores de bem-estar (qualidade de vida, autoestima, satisfação conjugal); (6) verificar a correlação dos estereótipos de gênero prescritivos com as demais variáveis avaliadas: (a) divisão de tarefas domésticas e de parentalidade e (b) indicadores de violência entre parceiros íntimos. Participaram 130 indivíduos (102 mulheres e 28 homens), com idade variando entre 18-60 anos ( $M=35,92$ ;  $DP= 9,32$ ), que exerciam um trabalho remunerado, residiam na mesma casa e estavam em um relacionamento heterossexual. Os participantes responderam a um formulário *online* contendo os seguintes instrumentos: Critério Brasil; Escalas de táticas de conflitos revisadas - CTS2; Escala de papéis de gênero; WHOQOL-bref (Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde-versão abreviada); Escala de autoestima de Rosenberg; Escala de apoio emocional recebido do cônjuge; e Escala de divisão de tarefas domésticas e de parentalidade. Foram realizadas análises descritivas dos dados a partir do cálculo de média e desvio padrão e análises de frequências. A comparação entre médias dos grupos (homens e mulheres) foi realizada pelo teste de Teste de Mann-Whitney e as comparações de frequências pelos testes Exato de Fisher e Chi-quadrado. Os dados de caracterização mostraram que 89,2% dos participantes eram das classes A, B1 e B2 de classificação econômica, 70,8% eram casados e 53,8% tinham filho(s). Os resultados indicaram que havia diferenças entre a percepção de homens e mulheres quanto à divisão de tarefas familiares, sendo que elas indicavam realizar mais frequentemente as atividades enquanto os homens afirmavam que as dividiam igualmente com a parceira, especialmente para as tarefas de parentalidade. A diferença entre as tarefas práticas e de gerenciamento também demonstrou tal diferença entre os gêneros. Não houve diferença estatisticamente significativa para medidas de VPI. Em relação aos indicadores de bem-estar, as mulheres apresentaram média inferior no domínio psicológico. Considerando participantes com e sem filhos, a diferença foi significativa para o domínio físico, inferior para os pais/mães. Quanto à satisfação com o relacionamento, a média das mulheres – especialmente as mães – foi a menor observada, havendo diferença significativa. Os resultados demonstram diferenças entre os gêneros no ambiente familiar, acentuando um acúmulo de funções às mulheres, especialmente as mães, que podem acarretar consequências para a saúde mental. O gerenciamento das tarefas familiares demonstrou ser um aspecto relevante em relação ao compartilhamento de tarefas.

**Palavras-chave:** Família, Estereótipos de gênero, Violência entre parceiros íntimos, Divisão de tarefas.

## ABSTRACT

Issues of gender inequality and its consequences for women are widely discussed today. In the family context, these issues are present and are evidenced by the lack of equity in the distribution of domestic work and parenting among spouses and violence between intimate partners. It is understood that gender inequalities are maintained by gender stereotypes perpetuated socially and in the family. The present study has the general objective of identifying individual, family and marital aspects present in the interaction of heterosexual couples based on a gender analysis. Specific objectives are considered: (1) to verify prescriptive gender stereotypes in individuals of both sexes; (2) to verify how individuals of both sexes perceive the division of domestic tasks and parenting; (3) to compare the differences in involvement, according to gender, regarding the type of household and parenting tasks (practical and management); (4) verify the indicators of violence between intimate partners; (5) check indicators of well-being (quality of life, self-esteem, marital satisfaction); (6) verify the correlation of prescriptive gender stereotypes with the other variables evaluated: (a) division of domestic tasks and parenting and (b) indicators of violence between intimate partners. 130 individuals participated (102 women and 28 men), aged between 18-60 years ( $M = 35.92$ ;  $SD = 9.32$ ), who worked in a paid job, lived in the same house and were in a heterosexual relationship. Participants answered an online form containing the following instruments: Criterion Brazil; Revised conflict tactics scales - CTS2; Scale of gender roles; WHOQOL-bref (World Health Organization Quality of Life - short version); Rosenberg self-esteem scale; Scale of emotional support received from the spouse; Scale of division of domestic tasks and parenting. Descriptive analyzes of the data were performed based on the calculation of mean and standard deviation and frequency analyzes. The comparison between means of the groups (men and women) was performed using the Mann-Whitney test and the frequency comparisons using Fisher's exact test and Chi-square test. The characterization data showed that 89.2% of the participants are part of the economic classification classes A, B1 and B2, 70.8% were married and 53.8% had a child (ren). The results indicated that there are differences between the perception of men and women regarding the division of family tasks, and that they indicate carrying out activities more frequently while men stated that they share them equally with their partner, especially for parenting tasks. The difference between practical and management tasks also demonstrated such a difference between genders. There was no statistically significant difference for IPV measurements. Regarding well-being indicators, women had a lower average psychological domain. Considering participants with and without children, the difference was significant for the physical domain, lower for fathers / mothers. Regarding satisfaction with the relationship, the average of women - especially mothers - was the lowest observed, with a significant difference. The results demonstrate differences between genders in the family environment, accentuating an accumulation of functions for women, especially mothers, which can have consequences for mental health. The management of family tasks proved to be a relevant aspect in relation to task sharing.

**Key-words:** Family, Gender stereotypes, Intimate partner violence, Division of tasks.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Modelo explicativo da interação de fatores que resultam na VPI (traduzido de Jewekes, 2002). .....	24
<b>Figura 2.</b> Processo de busca e seleção dos artigos analisados na revisão integrativa da literatura. ....	27
<b>Figura 3.</b> Modelo explicativo da interação entre variáveis que atuam sobre a Percepção da divisão de tarefas familiares (elaborado pela autora). ....	47
<b>Figura 4.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para as Tarefas de alimentação. ....	65
<b>Figura 5.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para as Tarefas de compras. ....	66
<b>Figura 6.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para as Tarefas de cuidados com a casa... ..	67
<b>Figura 7.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para as Tarefas de cuidados com as roupas. .....	68
<b>Figura 8.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para as Tarefas financeiras.....	69
<b>Figura 9.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para as Tarefas práticas e Tarefas de gerenciamento. ....	71
<b>Figura 10.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para os Conhecimentos domésticos. ....	72
<b>Figura 11.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para os Cuidados básicos. ....	76
<b>Figura 12.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para os Cuidados de saúde. ....	77
<b>Figura 13.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para os Cuidados pessoais.....	78
<b>Figura 14.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para as Tarefas de interação.....	79
<b>Figura 15.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para as Tarefas de condutas parentais....	80
<b>Figura 16.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para as Tarefas escolares. ....	81
<b>Figura 17.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para as Tarefas práticas e Tarefas de gerenciamento. ....	84
<b>Figura 18.</b> Distribuição das respostas de homens e mulheres para os Conhecimentos sobre o filho.....	85

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. <b>Classificação dos artigos analisados de acordo com os participantes, metodologia e objetivo.</b> .....	29
Tabela 2. <b>Caracterização dos participantes de acordo com o gênero.</b> .....	49
Tabela 3. <b>Comparação das médias das características femininas da escala de acordo com o gênero.</b> .....	55
Tabela 4. <b>Comparação das médias das características masculinas da escala de acordo com o gênero.</b> .....	55
Tabela 5. <b>Comparação das médias das táticas de resolução de conflitos utilizadas pelo casal de acordo com o gênero.</b> .....	56
Tabela 6. <b>Comparação das médias dos indicadores de bem-estar de acordo com o gênero.</b> .....	57
Tabela 7. <b>Comparação das médias dos indicadores de satisfação com o relacionamento de acordo com o gênero.</b> .....	58
Tabela 8. <b>Comparação das médias dos indicadores de bem-estar individual para participantes com e sem filhos.</b> .....	59
Tabela 9. <b>Comparação das médias dos indicadores de bem-estar individual para mulheres com e sem filhos.</b> .....	59
Tabela 10. <b>Comparação das médias dos indicadores de bem-estar individual e do relacionamento para homens com e sem filhos.</b> .....	60
Tabela 11. <b>Comparação entre médias dos indicadores de satisfação com o relacionamento para participantes com e sem filhos.</b> .....	61
Tabela 12. <b>Comparação das médias dos indicadores de satisfação com o relacionamento para mulheres com e sem filhos.</b> .....	61
Tabela 13. <b>Comparação das médias dos indicadores de satisfação com o relacionamento para homens com e sem filhos.</b> .....	62
Tabela 14. <b>Comparação das médias de homens e mulheres para os indicadores de satisfação com o tempo dedicado para as tarefas domésticas, sentimento de sobrecarga de si e do(a) parceiro(a).</b> 64	
Tabela 15. <b>Comparação das médias de homens e mulheres para os indicadores de satisfação com o tempo dedicado para as tarefas de parentalidade, sentimento de sobrecarga de si e do(a) parceiro(a).</b> .....	74



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	1
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	3
1.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS .....	3
1.1.1 <i>Gênero e estereótipos de gênero</i> .....	3
1.1.2 <i>Divisão sexual do trabalho</i> .....	6
1.1.3 <i>Patriarcado e sexismo</i> .....	7
1.1.4 <i>Violência contra a mulher</i> .....	9
1.2 FAMÍLIA COMTEMPORÂNEA .....	11
1.2.1 <i>Relações de gênero na família</i> .....	12
1.3 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA .....	46
1.4 OBJETIVO .....	48
<b>2 MÉTODO</b> .....	49
2.1 <i>Participantes</i> .....	49
2.1.1 <i>Trabalho remunerado</i> .....	50
2.2 <i>Aspectos éticos</i> .....	51
2.3 <i>Procedimento</i> .....	51
2.4 <i>Análise de dados</i> .....	54
<b>3 RESULTADOS</b> .....	54
3.1 <i>Estereótipos de gênero</i> .....	54
3.2 <i>Violência entre parceiros íntimos</i> .....	56
3.3 <i>Indicadores de bem-estar</i> .....	57
3.4 <i>Satisfação com o relacionamento</i> .....	58
3.5 <i>Maternidade e paternidade: bem-estar e satisfação com o relacionamento</i> ... 58	
3.5.1 <i>Bem-estar</i> .....	58
3.5.2 <i>Apoio emocional recebido do(a) parceiro(a)</i> .....	60
3.6 <i>Divisão de tarefas familiares</i> .....	62
3.6.1 <i>Tarefas domésticas</i> .....	63
3.6.2 <i>Tarefas de parentalidade</i> .....	73
3.7 <i>Dados correlacionais</i> .....	86
<b>4 DISCUSSÃO</b> .....	86
4.1 <i>Estereótipos de gênero</i> .....	87
4.2 <i>Violência entre parceiros íntimos</i> .....	88
4.3 <i>Bem-estar e satisfação com o relacionamento</i> .....	90
4.3.1 <i>Maternidade e paternidade: bem-estar e satisfação com o relacionamento</i> 91	
4.4 <i>Percepção da divisão das tarefas familiares</i> .....	93
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E LIMITAÇÕES</b> .....	99
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	102
<b>ANEXO 1</b> .....	112
<b>ANEXO 2</b> .....	114

## APRESENTAÇÃO

Ter a oportunidade de realizar o curso de graduação em Psicologia da UFSCar traz, desde os primeiros semestres, o reconhecimento da importância da pesquisa e ciência para a prática profissional do psicólogo, independente da área de atuação. No entanto, somente no último ano da graduação pensei na possibilidade de me aprofundar na pesquisa ingressando na pós-graduação, algo que parecia muito improvável nos anos anteriores.

Acredito que o fator primordial para essa mudança foi a compreensão, que até então eu não tinha, do cunho pessoal que a pesquisa poderia (e talvez deveria) ter. Alguns momentos e acontecimentos foram essenciais para essa mudança de perspectiva. Entre eles, destaco a oportunidade de conhecer o Laprev em dois estágios que realizei no laboratório durante a graduação. Nestes dois anos, pude conhecer os trabalhos sobre diferentes formas de violência realizados no laboratório e tornar palpável o quanto a pesquisa, prevenção e intervenção caminhavam juntas.

Outro momento importante foi escolha do tema de pesquisa. A opção por estudar relações de gênero no contexto familiar veio ao perceber que eu já estava rodeada por esse assunto nos conteúdos que eu acessava informalmente, na internet, em conversas com amigas e na percepção da minha e de outras realidades. Logo no início do mestrado, ainda fechando as ideias, entre muitas leituras para encontrar referências acadêmicas, li no livro “Gênero, Patriarcado e Poder” da Saffioti que “o próprio interesse pela temática já revela um compromisso político-ideológico com ela” o que permite afirmar que “ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele”. Acredito, assim, que escrever essa dissertação só foi possível porque eu vi um sentido pessoal nela.

O resultado desse processo foi um trabalho de Mestrado que teve como objetivo identificar aspectos individuais, familiares e conjugais presentes na interação de casais heterossexuais a partir de uma análise de gênero, com enfoque para a divisão de tarefas familiares

e a violência entre parceiros íntimos. Inicialmente, na seção de Introdução, foram apresentados os conceitos fundamentais para a compreensão do objetivo. Em relação aos dois aspectos principais, foi realizado uma revisão integrativa da literatura, com o intuito de compreender a relação entre estereótipos de gênero e violência entre parceiros íntimos, e a apresentação do levantamento de pesquisas anteriores que avaliem a divisão de tarefas entre casais.

A segunda seção apresentou a metodologia adotada no estudo, indicando a caracterização dos participantes, variáveis avaliadas e os respectivos instrumentos utilizados, procedimento de coleta adotado e a maneira como foi realizada a análise dos dados. A seção dos Resultados, indicou os principais achados da pesquisa em relação a: Estereótipos de gênero, Violência entre parceiros íntimos, Indicadores de bem-estar individual, Satisfação com o relacionamento íntimo e Divisão de tarefas familiares (domésticas e de parentalidade).

As duas últimas seções – Discussão e Considerações finais – discutem os resultados encontrados e como estes se relacionam com a literatura apresentada. São apontadas as limitações e contribuições do presente estudo, assim como indicações para pesquisas futuras.

## 1 INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero no Brasil podem ser observadas em diversos aspectos, seja na diferença salarial, ocupação de cargos políticos, segurança ou direitos. Além do cenário público, tais desigualdades também se expressam no contexto familiar, nas relações interpessoais e na organização de funções e atribuições no espaço doméstico. Independente da forma que se expressa, pode-se entender que tais desigualdades se originam das relações estabelecidas socialmente entre os gêneros, as quais são marcadas por assimetrias entre homens e mulheres.

Para compreender as desigualdades de gênero no âmbito familiar que são foco deste trabalho, inicialmente serão apresentados alguns conceitos fundamentais que permitem identificar a estrutura social em que tais desigualdades ocorrem, sendo eles: Gênero e estereótipos de gênero, Divisão sexual do trabalho, Patriarcado e sexismo e Violência contra a mulher. Em seguida, será apresentado especificamente sobre como estes conceitos são identificados no âmbito familiar de casais heterossexuais, com ênfase em dois aspectos: Violência entre parceiros íntimos e Divisão de tarefas familiares (domésticas e de parentalidade).

### 1.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS

#### 1.1.1 *Gênero e estereótipos de gênero*

Entre autoras feministas há divergência sobre aspectos enfatizados na definição do conceito de gênero. O centro do debate e campo de consenso se dá no questionamento do argumento da natureza humana como determinista, evidenciando a construção social do feminino e do masculino (Saffioti, 2004; Cyrino, 2012). Embora as divergências e discussões sobre o conceito acrescentem aspectos relevantes para o debate, para fins da presente dissertação o termo será compreendido até os limites do campo consensual – gênero como uma construção cultural – não se aprofundando nas demais discussões conceituais.

Nesse sentido, a historiadora norte-americana Scott (1995) ao discutir as utilizações do termo gênero aponta seu uso para “designar as relações sociais entre os sexos” (p.75), rejeitando explicações biológicas. O conceito, então:

“torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres” (Scott, 1995, p.75).

A autora conclui que, para tal definição, “gênero” descreve uma categoria social imposta a um corpo sexuado (Scott, 1995). Nesse sentido, Mathieu (2009) afirma que nas sociedades há uma sobrevalorização da diferenciação biológica, atribuindo funções diferenciadas a homens e mulheres. As sociedades, então, impõem um gênero “feminino” à fêmea para que se torne uma mulher social e, da mesma forma, um gênero “masculino” ao macho para torná-lo um homem social (Mathieu, 2009).

É notável que, na maioria das sociedades, as diferenças entre homens e mulheres estão além das questões genéticas, havendo expectativas sobre comportamentos e papéis que devem ser assumidos por cada um e que são incorporados desde a infância (Nogueira & Saavedra, 2007). Tais expectativas sociais sobre as categorias de gênero se traduzem em estereótipos. De maneira ampla, os estereótipos sociais referem-se a generalizações acerca dos membros de um grupo e são derivados, predominantemente, do processo cognitivo de categorização, tomando como base, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, orientação sexual, entre outras categorias sociais (Nogueira & Saavedra, 2007). Especificamente os estereótipos de gênero dizem respeito a um conjunto de crenças, individuais ou partilhadas, acerca dos atributos pessoais adequados para homens e mulheres (D’Amorim, 1997), podendo envolver também a associação a papéis diferenciados (Nogueira & Saavedra, 2007).

Dessa maneira, são encontradas nesses estereótipos duas dimensões, uma descritiva e outra prescritiva. A primeira refere-se aos atributos, ou traços de personalidade, que são

comumente estabelecidos para caracterizar homens e mulheres. Os estudos que investigam os estereótipos de gênero apontam os traços descritivos que estão comumente associados ao masculino e ao feminino: para o primeiro se destacam atributos como instrumentalidade, independência e dominância; já para o segundo são apontadas características de expressividade, dependência e submissão (Amâncio, 1992). Nesse sentido, Heilman (2012) aponta que as características definidoras da masculinidade e feminilidade são favorecedoras para que outras relações surjam. Assim, a autora destaca algumas atribuições e adjetivos que passaram a ser comumente associados a homens e mulheres: a masculinidade, então, passou a denotar a realização (competente, ambicioso, centrado), inclinação para assumir o controle (assertivo, dominante, forte), autonomia (independente, autossuficiente, decisivo) e racionalidade (analítico, lógico, objetivo). A feminilidade, por outro lado, passou a denotar a preocupação com os outros (amável, atenciosa), tendências afiliadas (calorosa, amigável, colaborativa), deferência (obediente, respeitosa) e sensibilidade emocional (perceptiva, intuitiva, compreensiva).

Heilman (2012) ainda acrescenta que essas concepções sobre ser homem e ser mulher, estipuladas pelos estereótipos de gênero descritivos, não são apenas distintas, mas também opostas. Assim, os homens são percebidos como “desprovidos” de atributos que caracterizam mulheres e, da mesma forma, estas são vistas como “desprovidas” das características definidoras da masculinidade. Nesse sentido, nota-se que tais estereótipos refletem em uma dinâmica de complementariedade entre os gêneros.

A partir dos estereótipos descritivos, os estereótipos prescritivos emergem, indicando os papéis sociais de homens e mulheres. Assim, a dimensão prescritiva não apenas designa como homens e mulheres são, mas também como eles “devem ser” ou “não devem ser”, atuando como normas de comportamentos apropriados e não apropriados a cada um dos gêneros (Heilman, 2012) referindo-se aos “papéis de gênero” (Fiske & Stevens, 1993 citado por Nogueira & Saavedra, 2007).

Heilman (2012) afirma que há uma sobreposição entre essas duas dimensões, visto que os atributos e comportamentos que são valorizados para cada um dos gêneros (descritivos) são também prescritos para os indivíduos. No entanto, Burgess e Borgida (1999) discutem de que maneira cada dimensão atua diferentemente sobre as questões referentes à discriminação sexual. Ao exemplificarem a discriminação no ambiente de trabalho, as autoras apontam que os estereótipos descritivos atuam em situações em que as mulheres são vistas como tendo uma “falta de habilidade” para ocupações e cargos tradicionalmente masculinos. Já os estereótipos prescritivos atuam na discriminação por meio de tratamento hostil (punitivo) a mulheres que violam os padrões de feminilidade ocupando espaços tradicionalmente masculinos, resultando em, por exemplo, desvalorização do seu desempenho e assédio.

A construção social dos gêneros, assim como os estereótipos estabelecidos culturalmente a cada um, reflete a maneira que a sociedade se organiza em relação às atribuições de funções a homens e mulheres. A seguir, será discutido a relação dos conceitos apresentados com a distribuição do trabalho entre os gêneros.

### *1.1.2 Divisão sexual do trabalho*

Mathieu (2009) afirma que na atribuição social das funções diferenciadas a homens e mulheres, estas são divididas, separadas e, geralmente, hierarquizadas. Nesse sentido, Kergoat (2009) conceitua que, decorrente dessas relações sociais de gênero, surge a “divisão sexual do trabalho”, a qual tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções que apresentam maior valor social. Essa forma de divisão social do trabalho, portanto, se pauta em dois princípios organizadores: (1) o da separação, visto que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e (2) o da hierarquização – o trabalho de homem tem mais valor que um trabalho de mulher.

A autora explica que tais princípios podem ser aplicados devido à legitimação da ideologia naturalista, a qual reduz o gênero ao sexo biológico e as práticas sociais aos papéis sociais sexuais. Em oposição, a teorização da divisão sexual do trabalho coloca que as práticas sexuais são construções sociais resultante das relações sociais (Kergoat, 2009).

O impacto dessa divisão pode ser observado, por exemplo, nas escolhas profissionais de homens e mulheres. Ao analisar a composição das turmas de cursos superiores nota-se que os homens são a maioria dos estudantes de cursos de exatas, em especial as Engenharias, Matemática, Física e Computação; já as mulheres ocupam majoritariamente os cursos associados a área de ensino, como Letras e Pedagogia, e ao “cuidar dos outros”, tais como Psicologia, Enfermagem e Serviços Sociais (Pinto, Nunes & Fazenda, 2014). Além das escolhas profissionais, a divisão sexual do trabalho é notável no contexto familiar como será discutido no capítulo seguinte.

### *1.1.3 Patriarcado e sexismo*

A compreensão de gênero aqui apresentada e seus desdobramentos referem-se principalmente à atribuição social de funções, papéis e características distintas a homens e mulheres. No entanto, Saffioti (2004) discute que o uso do conceito de gênero implica em uma neutralidade, não explicitando necessariamente as desigualdades entre homens e mulheres, sendo que, nesse caso, a hierarquia é apenas presumida. Assim, utilizar exclusivamente o termo gênero, distrai a atenção do poder do patriarca, especialmente na posição de homem/marido, e neutraliza a exploração-dominância masculina sobre as mulheres (Saffioti, 2004). A autora defende, então, o uso do termo “patriarcado”, visto que este é definido como a hierarquia entre homens e mulheres, presente a milênios, com primazia masculina.

Delphy (2009) contextualiza que “patriarcado” é uma palavra antiga e que teve o sentido feminista atribuído no final do século XX, com a segunda onda do feminismo surgida nos anos 1970 no Ocidente. Para essa nova concepção, patriarcado designa uma formação social na qual



os homens detêm o poder, se assimilando ao conceito de “dominação masculina” ou de “opressão das mulheres” (Delphy, 2009).

A expressão do patriarcado se dá nos diferentes contextos sociais, tanto públicos como privados. Como afirma Lerner (1986), o conceito se refere à “manifestação da dominação masculina sobre as mulheres e as crianças na família, e na extensão da dominação masculina sobre as mulheres na sociedade em geral” (p.239 – tradução livre), sendo detidos aos homens, em detrimento das mulheres, o poder em todas as instituições importantes da sociedade.

Ferreira (2004) aponta que, para as teorias feministas, a sociedade patriarcal, com sua característica da dicotomia público *versus* privado, destinou ao homem o controle das instituições econômicas, legais e políticas e, à mulher, o cuidado da casa e dos filhos e a satisfação da sexualidade do marido, o que permitiu ao homem o poder estrutural que lhe concedeu a primazia de grupo dominante. A autora afirma que, para tais teorias, o resquício dessa cultura patriarcal é compreendido como o sexismo, sendo este um instrumento utilizado pelo homem para garantir as diferenças de gênero, o qual se legitima pelas atitudes de desvalorização do sexo feminino que vão se estruturando ao longo do tempo e que são legitimadas pelas instituições sociais.

O sexismo, por se constituir como uma forma de preconceito, direcionado às mulheres, apresenta, como as demais formas de preconceito, componentes (1) cognitivo, (2) afetivo e (3) comportamental. O primeiro destes é expresso através dos estereótipos, configurando-se como crenças e representações negativas sobre características de um determinado grupo (Fiske, 1998, citado por Ferreira, 2004). De acordo com Nogueira e Saavedra (2007), os estereótipos sociais – neste caso, de gênero – embasam justificativas que resultam na discriminação de grupos e em preconceitos, tornando-se uma atitude problemática na medida em que se traduzem em generalizações de caráter abusivo e desfavorável diante de um ou mais elementos que pertencem a um grupo. O componente afetivo se refere ao preconceito propriamente dito, manifestando-se através dos sentimentos e avaliações negativas dirigidas a um determinado grupo, sendo, neste

caso, as mulheres. Por fim, o terceiro componente – comportamental – diz respeito à discriminação, ou seja, a tendência à prática de atos hostis ou persecutórios aos membros de um grupo social específico, justificado pela sua pertença a este.

No caso do sexismo, o aspecto comportamental, ou seja, os atos discriminatórios contra as mulheres, podem se manifestar sob forma institucional ou interpessoal, embora, a primeira seja o contexto cultural que permite e propicia a manifestação da segunda (Lott & Maluso, 1995 citado por Ferreira, 2004). Ferreira (2004) descreve que o sexismo institucional está associado às práticas de exclusão que são promovidas por entidades, organizações e comunidades que colocam às mulheres barreiras que impedem o seu acesso às mesmas oportunidades que os homens. Como exemplo, pode-se identificar as diferenças salariais, acesso à cargo superiores e políticos, etc. (IBGE, 2019a; Moschkovich & Almeida, 2015).

Já o sexismo interpessoal está relacionado às condutas e atitudes negativas que os homens têm perante as mulheres nas relações interpessoais (Ferreira, 2004). Dentre as diferentes formas de manifestação, destaca-se a violência de gênero. Considerando a relevância desse tema, ele será exposto a seguir.

#### *1.1.4 Violência contra a mulher*

Conceitos diversos são utilizados para se referir à violência que mulheres sofrem devido à sua condição de gênero. O termo “violência de gênero”, para Teles e Melo (2002) deve ser entendido como “uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher” (p.10). Segundo as autoras, o termo:

“...demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçado pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas.” (Teles & Melo, 2002, p.10)

Para Saffioti (2004), embora o termo seja compreendido como uma categoria mais geral, deixando em aberto a possibilidade do vetor dominação-exploração, podendo, assim, a violência

de gênero se referir aquela que ocorre entre dois homens ou duas mulheres ou de mulheres contra homens, o vetor mais difundido é o do homem contra a mulher.

Nesse sentido, como aponta Teles e Melo (2002), violência de gênero pode ser entendida como “violência contra a mulher”, termo que, segundo as autoras, foi expandido pelo movimento feminista na década de 1970 por indicar o principal alvo da violência de gênero. Assim, essa segunda terminologia foi concebida por indicar a violência praticada contra a pessoa do sexo feminino devido à – e apenas a isso – sua condição de mulher (Teles & Melo, 2002), sendo, assim uma manifestação do sexismo.

A violência contra a mulher, como prescrita pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), pode ser manifestar de diferentes formas, seja física, psicológica, sexual, moral ou patrimonial. É importante destacar que tais formas de violência não ocorrem de maneira isolada, como destaca Saffioti (2004), “qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente” (p,75). Nesse sentido, as consequências vivenciadas por mulheres que foram vítimas de episódios de violência são diversas e além das marcas físicas visíveis (Petersen et al., 2019; OMS, 2014).

Os dados sobre violência contra as mulheres no Brasil são alarmantes. O relatório do Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015) ao analisar as notificações realizadas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), referente aos atendimentos realizados no Sistema único de Saúde (SUS) no ano de 2014 devido a episódios de violência, demonstrou que em todas as faixas etárias – até os 59 anos – o número de atendimentos de mulheres supera o dos homens. A forma mais frequente foi a violência física (48,7% dos casos), com maior incidência na etapa jovem e adulta da vida da mulher, quando chega a representar 60% dos casos.

Como consequência máxima da violência contra mulher está o feminicídio. O relatório do Mapa da Violência indica que no Brasil, em 2014, havia uma taxa de 4,8 casos de feminicídios a cada 100 mil mulheres, levando o país a ocupar a 5ª posição em um grupo de 83 países com dados homogêneos. Dados mais recentes do Atlas da Violência (Cerqueira et al, 2019) indicam

que em 2017 foram registrados 13 assassinatos de mulheres por dia (4.936 no ano), sendo o maior índice desde 2007. No relatório, no entanto, discute-se que não se pode afirmar se tais dados indicam um aumento no número de casos ou uma diminuição da subnotificação devido à implementação da Lei do Feminicídio, sancionada em 2015 no Brasil (Lei 13.104/15). Apesar disso, os casos de violência contra as mulheres e de morte como consequência desses casos revelam números alarmantes, se configurando como um problema de saúde pública (OMS, 2014).

A violência contra a mulher, dada à sua condição de gênero, deve ser compreendida como uma consequência dos valores sociais, baseados em um sistema patriarcal que coloca as mulheres, como categoria social, em uma condição de inferioridade em relação aos homens. Pode-se compreender, a partir das questões teóricas apresentadas, que tais desigualdades entre os gêneros são perpetuadas por uma cultura que as legitima e reproduz estereótipos de gênero que destinam espaços e funções de maior valor social aos homens em detrimento das mulheres. A família, como um núcleo que é parte dessa sociedade, reproduz tais valores e sistemas, como será discutido no capítulo a seguir.

## 1.2 FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

A família corresponde a um sistema complexo, o qual está associado aos processos de transformação histórica, social e cultural, não se restringindo, portanto, a algo natural ou dado, mas sim um produto das diversas formas de organização entre os humanos (Botton et al., 2015). Reflexo disso, como pode ser observado nas últimas décadas, diversas configurações familiares ganharam visibilidade: a família recomposta, monoparental, homoafetiva, dentre outras (Botton et al., 2015).

Algumas tendências, como destacado por estudos do início dos anos 1990, marcaram o movimento de redefinição e de funcionamento dos núcleos familiares, como a diminuição do número de pessoas que compunham a família, aumento de divórcios e recasamentos, maior

participação feminina na manutenção econômica do lar, casais de dupla carreira e diversidade na maneira de compartilhar funções parentais (Wagner, Tronco e Armani, 2011). Assim, as diferentes formas de organização familiar foram e são “inventadas” ao longo da história, sendo uma destas, centrada na figura masculina – a família patriarcal (Narvaz & Koller, 2006). Apesar das mudanças sociais, econômicas e culturais, ainda hoje, em especial nas famílias formadas por casais heterossexuais, há muita influência dessa organização no cotidiano familiar.

### *1.2.1 Relações de gênero na família*

Narvaz e Koller (2006) afirmam que, no Brasil, a instituição familiar teve como ponto inicial o modelo patriarcal importado pela colonização. Para as autoras, a posição de inferioridade feminina, tanto na família como na sociedade de forma geral, é normatizada e presente até os dias atuais, evidenciando esse modelo de organização nas nossas matrizes. Embora os Movimentos Feministas, a partir da década de 1970, promoveram mudanças sociais importantes em busca da igualdade entre os gêneros e na garantia de direitos das mulheres, ainda hoje a influência dessa estrutura social se faz presente, atribuindo funções e comportamentos distintos e diferencialmente valorizados a homens e mulheres.

No contexto familiar, as relações de gênero afetam diretamente os comportamentos dos indivíduos e, conseqüentemente a dinâmica entre os parceiros. Dois aspectos dessas relações serão priorizados como foco deste trabalho: a divisão das tarefas familiares e a violência entre parceiros íntimos.

#### *1.2.1.1 Estereótipos de gênero e a divisão de tarefas familiares*

Anteriormente ao período industrial, a vida familiar e o trabalho eram integrados nos ambientes rurais, com o compartilhamento intensivo das funções entre os membros da família, inclusive as crianças (Walsh, 2016). Embora as famílias fossem mais extensas em relação ao número de filhos, os cuidados com as crianças não eram exclusivamente desempenhados pelas

mães, mas sim compartilhado com filhos mais velhos, família estendida e vizinhos (Walsh, 2016).

Com as mudanças advindas dos processos de industrialização e urbanização, ocorreu a segregação do trabalho familiar (não remunerado) e do trabalho formal (remunerado) e, conseqüentemente, a redefinição dos papéis e função familiares (Walsh, 2016). Assim, coube aos homens o papel de provedor econômico da família e às mulheres a função de cuidadora do lar, dos filhos e do marido. Sendo um modelo altamente adaptativo às demandas da economia industrial, a complementariedade nos papéis do provedor e da dona de casa logo se tornaram a crença sobre os “papéis apropriados” que regem o bom funcionamento familiar e o desenvolvimento infantil sadio (Walsh, 2016). Especialmente em relação ao papel feminino, essa prescrição se materializa na crença de que a mãe deve dedicar-se integralmente aos filhos (Narvaz & Koller, 2006), tornando-a como figura insubstituível para o bem-estar infantil, assumindo um papel de maior relevância quando comparado à paternidade (Botton et al., 2015; Walsh, 2016).

No entanto, mudanças sociais, políticas e econômicas ao longo das últimas décadas contribuíram para que a segregação dos espaços público e doméstico não fosse tão demarcada entre os gêneros como antigamente. Nesse sentido, os movimentos sociais e políticos deflagrados nos anos 1960 e 1970, em especial o Movimento Feminista, favoreceram mudanças de valores culturais que se refletiram, entre outras coisas, na inserção da mulher no mercado de trabalho e no seu acesso ao ensino universitário (Bruschini, 1994; Bruschini & Lombardi, 2000). Tais mudanças atingiram especialmente as mulheres das camadas médias e altas da sociedade, tendo em vista que o trabalho feminino nas camadas mais baixas sempre ocorreu – embora não na mesma condição de valorização do trabalho masculino – como forma de manter a sobrevivência (Teykal & Rocha-Coutinho, 2007; Walsh, 2016).

Dessa forma, a partir da década de 1970, observou-se o aumento no número de famílias com dois provedores econômicos. Sendo assim, as responsabilidades financeiras do lar passaram

a ser compartilhadas entre os cônjuges e esse padrão se manteve nas famílias das décadas seguintes (Fraenkel & Capstick, 2016), acarretando uma mudança nos arranjos familiares das sociedades ocidentais, inclusive no contexto brasileiro (Araújo & Scalon, 2006). Fraenkel e Capstick (2016) afirmam que, do ponto de vista psicológico e das relações, papéis múltiplos e compartilhados pelos parceiros, em detrimento de papéis tradicionais, contribuem de maneira positiva para os indivíduos, suavizando o impacto de eventos negativos em uma ou outra esfera (familiar e de trabalho), aumentando a probabilidade de satisfação pessoal, sucesso e de emoções positivas que cada parceiro traz para a relação conjugal e familiar.

Entre os homens, a inserção da mulher no mercado de trabalho, juntamente com a cobrança social para que eles sejam mais afetivos e participativos nos relacionamentos familiares, vem contribuindo para o surgimento de uma nova concepção de masculinidade e também de paternidade (Teykal & Rocha-Coutinho, 2007). Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019b) demonstram que, com o passar dos anos, existe uma tendência de aumentar cada vez mais a participação masculina na execução dos afazeres domésticos.

No entanto essa tendência ainda está distante de uma divisão igualitária. De maneira geral, no Brasil, as mulheres despendem, em média, 21,3 horas semanais para a realização de afazeres domésticos, enquanto os homens despendem 10,9 horas (IBGE, 2019b). Quando analisada exclusivamente a situação de indivíduos inseridos no mercado de trabalho, as mulheres despendem em média 8,2 horas mais que os homens (IBGE, 2019b). A participação feminina para o sustento familiar refletiu, portanto, em um acúmulo de funções para as mulheres (dupla jornada), visto que os homens não adotaram mudanças recíprocas para dividir de forma igualitária as atividades familiares (Walsh, 2016).

Ao serem analisadas especificamente quais atribuições são destinadas a cada um dos cônjuges, as diferenças entre os gêneros e a influência dos estereótipos fica mais evidente. A maioria dos homens (59,2%) é responsável pela realização das atividades domésticas referentes

a “fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos etc.” (tarefas entendidas socialmente como masculinas), em contraste com 30,6% das mulheres. Para o restante dos afazeres domésticos, as mulheres assumem prioritariamente as responsabilidades. Há maior discrepância nas tarefas “preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça”, “cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos” e “limpar o domicílio”, em que a porcentagem de mulheres e homens que as realizam são, respectivamente, 95,5% frente a 60,8%; 90,9% frente a 54% e 82,2% frente a 68,3% (IBGE, 2019b).

As atribuições relacionadas ao cuidado de moradores seguem a mesma tendência. Nos lares brasileiros em que residem pessoas que necessitam de cuidados (crianças e idosos), 37% das mulheres, e 26,1% dos homens, são responsáveis por essa atividade (IBGE, 2019b). Considerando o tipo de cuidado, a distinção entre os gêneros foi maior para “auxiliar em atividades educacionais” (72% das mulheres em comparação com 60,7% dos homens) e “auxiliar nos cuidados pessoais” (85,6% das mulheres e 67% dos homens) (IBGE, 2019b). Já em relação a outras atividades, que não estão necessariamente relacionadas como sendo responsabilidade de um gênero em específico, tais como as de lazer, monitorar no domicílio, transportar/acompanhar para escola, médico ou passeios, a diferença entre os percentis de homens e mulheres que as realizam diminui, embora seja sempre mais elevado para as últimas (IBGE, 2019b).

Para além dos dados percentuais sobre a divisão das tarefas familiares entre os parceiros, é relevante considerar também a percepção de homens e mulheres sobre essa divisão. Nesse sentido, o estudo de Vanalli (2012), a partir de entrevista estruturada e semiestruturada com 50 casais heterossexuais que trabalhavam fora de casa e tinham filhos até 5 anos, buscou, entre seus objetivos, comparar homens e mulheres quanto à percepção de seu envolvimento doméstico e parental. Algumas das variáveis avaliadas foram: tempo dedicado às tarefas domésticas e de parentalidade (em um dia semanal e aos finais de semana), frequência de cuidados com o filho (básicos e de interação/estimulação), a satisfação com tais envolvimento e a sensação de sobrecarga em relação às tarefas desempenhadas. Os resultados indicaram que as mulheres



relataram dedicar mais tempo às tarefas domésticas e de parentalidade, durante a semana e aos finais de semana, em comparação com seus parceiros.

Quanto à satisfação com o tempo dedicado às tarefas, a autora aponta que tal medida reflete a concordância entre o que as pessoas relatam fazer com as suas expectativas pessoais, indicando a percepção dos participantes sobre realizarem o que julgavam necessário. A comparação entre os gêneros quanto às tarefas domésticas mostrou que o dobro de homens, comparado às mulheres, relatou estar satisfeito com seu desempenho, embora as últimas dedicassem mais tempo. Vanalli (2012) discute que tal diferença reflete as expectativas sociais relacionadas ao gênero, visto que “espera-se que as mulheres realizem tais tarefas, fazendo com que estas coloquem para si um padrão elevado de responsabilidade para sua execução” (Vanalli, 2012, p.99), enquanto para o sexo masculino “as expectativas culturais são as de que estes não as realizem ou as façam com baixa frequência, fazendo com que se sintam altamente participativos a partir do desempenho de uma quantidade muito inferior àquela realizada pelas mulheres” (Vanalli, 2012, p.99). Além disso, os resultados também indicaram que as mulheres relataram em maior frequência sentirem-se sobrecarregadas com as tarefas domésticas que realizavam.

Em relação aos cuidados com os filhos, os resultados da pesquisa mostraram que as mulheres, de maneira geral, relataram dedicar mais horas que os homens. No entanto, ao ser observado os tipos de cuidados, notou-se que a diferença entre os gêneros se dava especialmente em relação aos cuidados básicos (dar banho, vestir, levar ao médico, etc.) – com as mulheres realizando mais frequentemente – visto que, para as atividades de interação/estimulação o tempo despendidos por homens e mulheres não apresentou diferença estatisticamente significativa. Quanto à satisfação com o tempo despendido para tais cuidados, ambos os gêneros, na mesma proporção, relataram estar insatisfeitos com a disponibilidade durante a semana, indicando preocupação dos participantes com tal aspecto (Vanalli, 2012).

Nessa direção, Araújo e Scalón (2006) apresentaram alguns dados da pesquisa “Gênero, trabalho e família no Brasil”, realizada a partir de uma survey com uma amostra representativa da população brasileira (N=2000) no final de 2003, buscando identificar as transformações que vem ocorrendo nas relações de gênero na sociedade brasileira, tomando como base as dinâmicas de conciliação entre vida familiar e trabalho pago. Os resultados indicaram que, na percepção tanto de homens quanto de mulheres, há uma elevada aceitação do trabalho pago como parte constitutiva da vida das últimas. No entanto, entre os homens, tal aceitação é acompanhada da valorização da domesticidade feminina, ou seja, embora valorizem o trabalho feminino em outros contextos, ainda há a expectativa da permanência das mulheres no espaço tradicional (casa e maternidade), ou, ao menos, sua conciliação.

Somado a isso, as autoras verificaram em que medida o trânsito das mulheres do espaço doméstico para o público correspondia a um trânsito masculino na direção inversa, e identificaram que, entre os homens, a aceitação do trabalho feminino está relacionada a uma conotação de “auxiliar”, embora de fato não o seja. Essa percepção implica que essa aceitação não necessariamente significa alterar as representações dos lugares prioritários de homens e mulheres; em outras palavras, o trânsito anteriormente mencionado ainda permanece sob a forte influência do modelo tradicional “homem provedor” e “mulher cuidadora”, embora o primeiro não seja mais predominante nos novos arranjos familiares.

Na mesma direção, dados mais recentes foram encontrados na pesquisa realizada pelo Instituto Avon (2016) com 897 homens sobre o seu papel na desconstrução do machismo. Um dos aspectos avaliados foi referente aos papéis de gênero no contexto familiar, sobre o qual os dados revelaram que 48% dos homens concordavam, em alguma medida, que não era aceitável ou ideal que “homens cuidem da casa, enquanto a mulher trabalha fora”. Em relação a responsabilidade sobre o trabalho doméstico e de cuidados com os filhos, embora 65% destes afirmaram que a divisão deve ser igualitária, 35% atribuíram a responsabilidade dessas tarefas totalmente ou majoritariamente às mulheres.

Considerando às diferenças quanto às percepções de acordo com o gênero, Cyrino (2009), com o intuito de compreender as opiniões de homens e mulheres sobre seus papéis no lar e na sociedade, realizou grupos focais de discussão com 20 participantes (11 mulheres e 9 homens) casados e com filhos. Os resultados indicaram diferenças expressivas quanto às percepções de mulheres e homens: as primeiras relataram sentirem-se sobrecarregadas e as principais responsáveis por desempenhar as tarefas familiares; já os homens afirmam que “fazem tudo em casa e dividem com as mulheres todas as tarefas domésticas” (Cyrino, 2009, p.82). Além disso, a autora destaca que transpareceu nas falas masculinas o não reconhecimento das tarefas familiares como sendo um trabalho, descrevendo-as, inclusive, como lazer. Para Cyrino (2009) essa distinção entre as percepções pode ser atribuída a um discurso masculino em concordância com o que seja socialmente aceitável, mas também à consideração “do trabalho assalariado como atividade central e estruturante em suas vidas” e, por conseguinte, “as atividades domésticas possuem apenas um caráter acessório e residual em seu cotidiano” (p.83).

Cyrino (2009) ainda aponta que especialmente as mulheres que exerciam trabalho remunerado percebiam-se privadas de tempo livre, visto que acumulavam funções, conferindo a dupla jornada. Assim, a autora discute que, enquanto os homens identificam-se facilmente com o trabalho assalariado e, assim, organizam suas vidas em torno dele, para as mulheres não há uma atividade estruturante, mas sim múltiplas funções com as quais se envolvem.

Apesar de as responsabilidades financeiras estarem sendo mais igualitariamente distribuídas entre o casal, os dados indicados mostram que o mesmo não aconteceu com o trabalho doméstico, ou seja, as mulheres ainda são as principais responsáveis por desempenhá-lo. Araújo e Scalon (2006) afirmam que, frente às questões de divisão das tarefas entre cônjuges, há uma mescla entre valores mais tradicionais e mais igualitários, embora os primeiros, pautados na divisão sexual do trabalho, ainda se apresentem fortemente enraizados na cultura. No mesmo sentido, Teykal e Rocha-Coutinho (2007) afirmam que essa dualidade de valores representa a perda com antigos referenciais que marcavam a identidade de homens e mulheres e contribui

para a busca de novos. Diante dessas considerações, é possível afirmar que estamos no início de uma transição para alcançar a ruptura com esse cenário.

#### *1.2.1.1.1 Gerenciamento das tarefas familiares e carga mental*

Tendo em vista as considerações feitas anteriormente, assim como os dados de pesquisas apresentados, acredita-se que os estereótipos de gênero atuam como um fator de influência na dinâmica familiar. Diante das demandas domésticas, crenças sociais que atribuem a responsabilidade majoritariamente às mulheres contribuem para que haja uma divisão desigual entre os cônjuges.

No entanto, cumpre destacar que comumente as pesquisas avaliam a divisão das tarefas em si (por exemplo, lavar e passar roupas, dar banho nos filhos) (IBGE, 2019b; Vanalli, 2012), desconsiderando diversas tarefas essenciais para a dinâmica familiar, as quais ficam “invisíveis”, como apontado por Anderson (2000):

“... o trabalho doméstico [...] não é apenas o trabalho físico (que pode ser altamente qualificado) - o almoço pode envolver também trabalho mental e emocional: o que eu cozinho é nutritivo, agradável, pronto em dez minutos e usa os ingredientes do armário? Vale ressaltar que o trabalho doméstico é altamente qualificado, tanto em termos de gestão do tempo, quanto do que realmente é feito.” (Anderson, 2000, p.12, tradução livre)

Diante disso, a avaliação dessas atividades, que podem ser descritas como “de gerenciamento”, apresenta grande importância devido ao fato de, como apontado, também envolverem dedicação e, com isso, despenderem tempo e recursos daquele que as executa. Além disso, também é necessário considerar que tais atividades embasam a realização das tarefas em si e, muitas vezes, a execução das últimas pode não representar uma real divisão entre os cônjuges, mas sim uma função de ajudante. Anderson (2000) ainda acrescenta que tal função é normalmente destinada as mulheres:

“Quando os homens fazem o trabalho doméstico não remunerado, eles, como as crianças, ajudam na tarefa: são as mulheres que administram o processo [...] A gestão de processos é crucial para garantir que tudo corra bem. A dona de casa tem um papel duplo, como gerente e como operário.” (Anderson, 2000, p.12, tradução livre)

No âmbito internacional, estudos têm se dedicado a investigar o trabalho mental no contexto familiar e a diferença entre os gêneros no gerenciamento dessas tarefas. O estudo de Ciciolla e Luthar (2019) buscou investigar tais questões na perspectiva de mulheres (N=393) casadas ou que vivessem em união estável e que tivessem filhos com menos de 18 anos. As participantes responderam a um questionário sobre tarefas de gerenciamento correspondentes a três categorias: (1) responsabilidade pela rotina doméstica (ex.: “Organizar os horários da família”; “Atribuir tarefas necessárias para manter a família funcionando sem problemas”); (2) responsabilidade pelo bem-estar dos filhos (ex.: “Estar atento às emoções do filho”; “Conhecer os professores da escola”); (3) responsabilidade pelas finanças domésticas (ex.: “Onde fazer um grande investimento financeiro”; “Se a família deve comprar um novo carro”). As respostas deveriam indicar o quanto cada tarefa era responsabilidade delas, variando entre as opções “Eu na maioria das vezes”; “Eu e meu parceiro igualmente” e “Meu parceiro na maioria das vezes”.

Os resultados indicaram que as atividades referentes às responsabilidades pela rotina doméstica e pelo bem-estar dos filhos foram percebidas pelas mulheres como sendo majoritariamente delas. Já as responsabilidades financeiras foram indicadas como sendo divididas entre ambos os parceiros. As autoras discutem que na amostra avaliada, composta por mulheres de alta escolaridade, foi encontrado diversos aspectos “invisíveis” no gerenciamento das tarefas domésticas, os quais levam as mulheres a perceberem uma responsabilização desproporcional em relação à divisão destas atividades com seus parceiros.

Além disso, o estudo realizou análises para associar a divisão dessas tarefas com indicadores de bem-estar. Os resultados encontraram que a responsabilidade pela rotina doméstica esteve associada com sentimentos de sobrecarga. Em relação à responsabilidade pelo bem-estar dos filhos, houve uma associação negativa com a satisfação com o parceiro e a satisfação com a vida, e uma associação positiva com sentimentos de “vazio”. As autoras discutem que sentir-se sozinha para lidar com tais demandas relacionadas aos filhos, para as mulheres, pode implicar em uma maior pressão no seu bem-estar e no de seu relacionamento

com o parceiro. Elas apontam, então, que um maior reconhecimento deste ônus invisível da administração da família como algo real, pode ser benéfico para as mães, para a qualidade do casamento e o bem-estar dos filhos.

No mesmo sentido, estudo de Meier, McNaughton-Cassill e Lynch (2006) buscou avaliar tais questões na perspectiva tanto de mulheres quanto de homens que fossem mães/pais de pelo menos uma criança com idade inferior a 6 anos. Os participantes (N=45) recebiam uma lista de tarefas referente a quatro categorias (tarefas domésticas; gerenciamento doméstico; tarefas de cuidado infantil; gerenciamento de cuidado infantil) e deveriam indicar, para cada atividade, se esta era realizada: sempre por ele(a); na maioria das vezes por ele(a); igualmente dividida com o(a) parceiro(a); na maioria das vezes pelo(a) parceiro(a); ou sempre pelo(a) parceiro(a).

Os resultados indicaram que as mulheres relataram dedicar mais horas à realização das tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, enquanto os homens indicaram dedicar mais horas ao trabalho remunerado. Especificamente sobre as tarefas domésticas, foi indicado que ambos os gêneros atribuíram a realização das tarefas a si, embora quando questionados sobre o tempo, em horas, dedicado a essas tarefas, as mulheres relataram um número superior ao dos homens. Já em relação ao gerenciamento doméstico, a tendência masculina foi a de indicar que as tarefas eram divididas igualmente, enquanto as mulheres indicaram com maior frequência que estas eram realizadas por elas. Sobre o cuidado com os filhos (tarefas e gerenciamento), homens e mulheres indicaram que as últimas eram as principais responsáveis por desempenhar tais funções.

Além de identificar a divisão das tarefas de gerenciamento entre os parceiros, e a sua distinção das tarefas “práticas”, outra forma que expressa o marco do gênero nesse gerenciamento é quando há a necessidade de a esposa pedir ao parceiro para realizar as tarefas. Embora, nesse caso, ele as esteja de fato realizando, o contexto de ser mediante a um pedido “de ajuda” transparece a atribuição da responsabilidade dessas atividades à mulher. A percepção

social dessa responsabilidade como sendo feminina pode ser identificada nos estudos realizados por Ahn, Haines e Mason (2017) que buscou investigar um aspecto específico da distribuição do trabalho mental entre parceiros: a ajuda para que o outro se lembre de executar tarefas pendentes em momentos futuros (assistência mnemônica). Assim, as autoras buscaram examinar diferenças entre os gêneros para aspectos dessa assistência.

Em uma série de 5 estudos, realizados com participantes de ambos os gêneros, foi identificado que há uma menor tendência de que homens forneçam ajuda mnemônica e que estes enfrentam expectativas sociais reduzidas para realizar tal ajuda nos relacionamentos íntimos, podendo se traduzir em menos atitudes masculinas nessa direção. Além disso, os demais resultados sugerem que quando os homens oferecem assistência mnemônica, esta tende a ser mais frequentemente sobre tarefas das quais eles são parte interessada, quando comparado a ajuda emitida pelas mulheres aos seus parceiros. As autoras discutem estes resultados em uma perspectiva de estereótipos de gênero, em que a dimensão descritiva destes caracteriza as mulheres como comunitárias, educadoras e altruístas, e, portanto, mais propensas a se lembrarem dos objetivos e obrigações dos outros. Já o aspecto prescritivo dos estereótipos indicaria padrões diferentes para os comportamentos de mulheres e homens, sendo que, em relação aos segundos, a cobrança social para se envolverem nesse tipo de trabalho é menos imposta do que para as mulheres, resultando em homens menos propensos a realizarem trabalhos mnemônicos.

Diante das considerações e dados de pesquisas apresentados, compreende-se que o trabalho mental no contexto familiar, expresso pelas tarefas de gerenciamento, é um fator relevante, embora negligenciado, na avaliação da divisão de tarefas entre parceiros. Na identificação desse aspecto, três dimensões devem ser consideradas: (1) a realização de tarefas “invisíveis” (ex.: colocar as roupas sujas acumuladas para lavar); (2) domínio/conhecimento do funcionamento doméstico e de cuidados com os filhos (ex.: saber a periodicidade de troca de roupas de cama; saber quem são os amigos mais próximos do seu filho); e (3) necessidade de pedir para que o(a) parceiro(a) realize as atividades, quando ele(a) não identifica

espontaneamente. Esses aspectos demonstram estar abarcados no gerenciamento das tarefas familiares e exigem dedicação não só em termos de disponibilidade de horários, mas também recursos mentais e emocionais, contribuindo para o sentimento de sobrecarga devido acúmulo de funções.

#### *1.2.1.2 Estereótipos de gênero e VPI: revisão integrativa da literatura*

Além dos termos apontados anteriormente – violência de gênero e violência contra a mulher – outras duas terminologias utilizadas, inclusive na Lei Maria da Penha, referem-se à “violência doméstica” e “violência intrafamiliar”. De acordo com a lei, estas são utilizadas para abarcar, respectivamente a violência – de qualquer forma – que ocorre no âmbito doméstico (o espaço de convívio permanente das pessoas com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas) e no âmbito familiar (abarcando os indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, de afinidade ou vontade expressa) (Brasil, 2006).

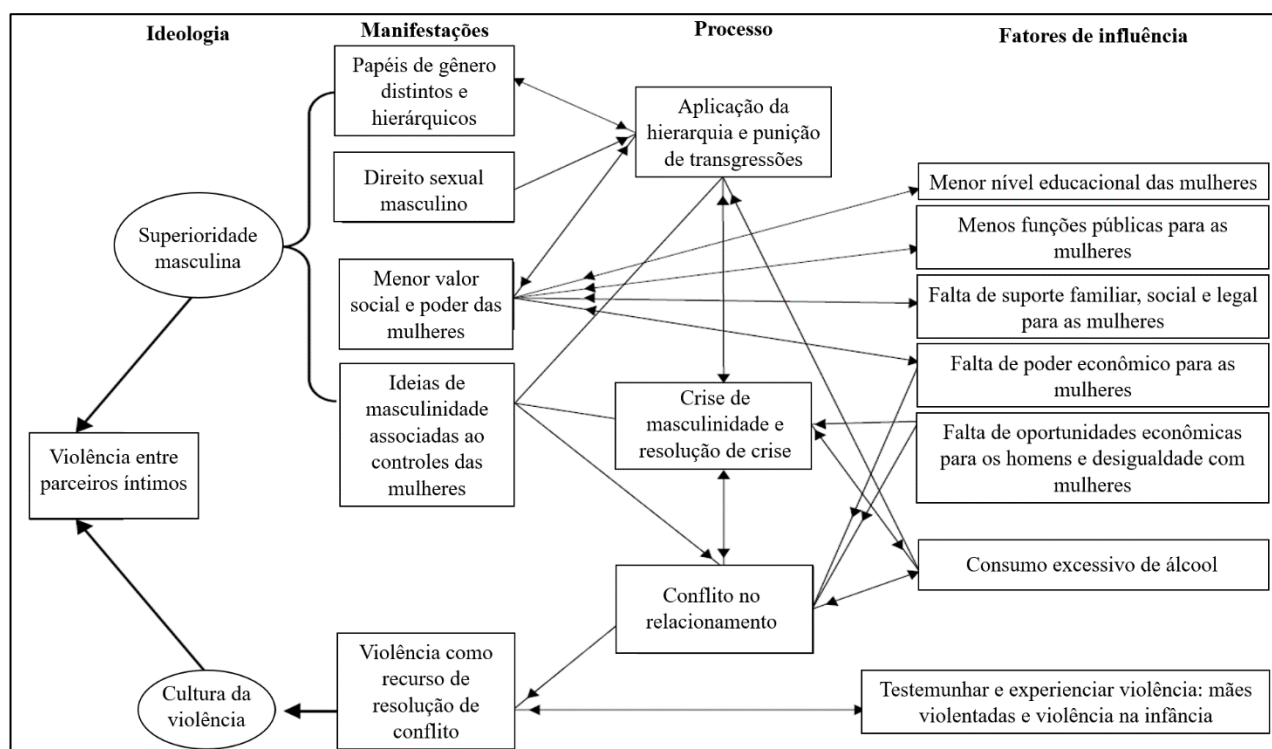
Embora a lei estipule que a violência também se refere aquela que ocorre em qualquer relação íntima de afeto, independente de coabitação e de orientação sexual, os termos “doméstica” e “intrafamiliar” ainda remetem ao espaço do lar e ao parentesco sanguíneo ou conjugal. Por conta disso, o termo Violência entre Parceiros Íntimo (VPI) vem sendo utilizado nos estudos da área por abarcar diversas formas de relacionamento, além do conjugal e/ou familiar, assim como ampliar os contextos, além do ambiente doméstico. Dessa forma, o termo é definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014) como comportamentos de parceiros ou ex-parceiros íntimos que resultem em dano físico, sexual ou psicológico, independentemente da orientação sexual dos indivíduos e de haver intimidade sexual no relacionamento.

Esta forma de violência é a mais experienciada pelas mulheres. A OMS (2014), no Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência, indicou que, de maneira global, 1 em cada 3 mulheres já foi vítima de violência praticada por um parceiro ou ex-parceiro. No Brasil, o



relatório do Mapa da Violência mostrou que em 2014, de todas as mulheres de 18 a 59 anos que buscaram assistência no SUS devido a episódios de violência, metade foi agredida por parceiros ou ex-parceiros (Waiselfisz, 2015). Da mesma forma, o relatório indica que nos casos de feminicídio, em 33,2% deles as mulheres foram assassinadas por parceiros ou ex-parceiros.

Saffioti (1999) aponta que a violência de gênero, inclusive nas suas modalidades doméstica e familiar, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino. Nesse sentido, Jewkes (2002) afirma que, embora a VPI seja um fenômeno complexo, dois fatores demonstram ser necessários para uma análise epidemiológica: a posição de desigualdade das mulheres nas relações de intimidade (e socialmente); e a normatização do uso de violência para resolução de conflitos. A autora destaca estes como fatores sem os quais a VPI não ocorreria, e que seriam intensificados ao interagirem com demais fatores de risco, como a pobreza, o uso de álcool e as dificuldades econômicas. Para explicitar tais interações entre os fatores que culminam na VPI, Jewkes (2002) desenvolveu o modelo apresentado na Figura 1 a seguir:



**Figura 1.** Modelo explicativo da interação de fatores que resultam na VPI (traduzido de Jewkes, 2002).

Para a autora, as ideologias da superioridade masculina e de cultura da violência (expressas pelas formas de manifestações e processos apresentados) legitimam o “disciplinamento” das mulheres pelos homens, muitas vezes devido as transgressões dos papéis conservadores de gênero feminino. Além disso, Jewkes (2002) afirma que, para tais ideologias, as mulheres são percebidas como o veículo utilizados pelos homens para a reafirmação do poder masculino. Quanto aos demais fatores de influência, a autora aponta que muitos destes são complementares e estão inter-relacionados, resultando em efeitos bidirecionais, o que significa que uma mudança em um fator, mesmo que contextual, pode ter uma influência no risco de violência em nível individual.

Tendo em vista esses dados e as considerações teóricas realizadas no capítulo anterior, entende-se que para compreender a VPI, especialmente a praticada pelos homens contra as mulheres, as questões de gênero são fundamentais. Considerando que gênero se refere à construção de papéis, funções e lugares atribuídos aos sexos (Diniz, 2017), entende-se que os papéis socialmente impostos para homens e mulheres (a destinação do masculino a um lugar de superioridade e poder e do feminino a um lugar de inferioridade e subserviência) contribuem para que as desigualdades sejam sustentadas e promovidas, naturalizando a VPI e sua perpetuação pelas gerações seguintes (Diniz, 2017; Gomes, Diniz, Araújo & Coelho, 2007).

Nesse sentido, foi realizado como parte dessa dissertação uma revisão integrativa da literatura com o objetivo de verificar a relação entre estereótipos/papéis de gênero e a presença violência nos relacionamentos heterossexuais, em artigos não teóricos publicados no período de 2008-2018.

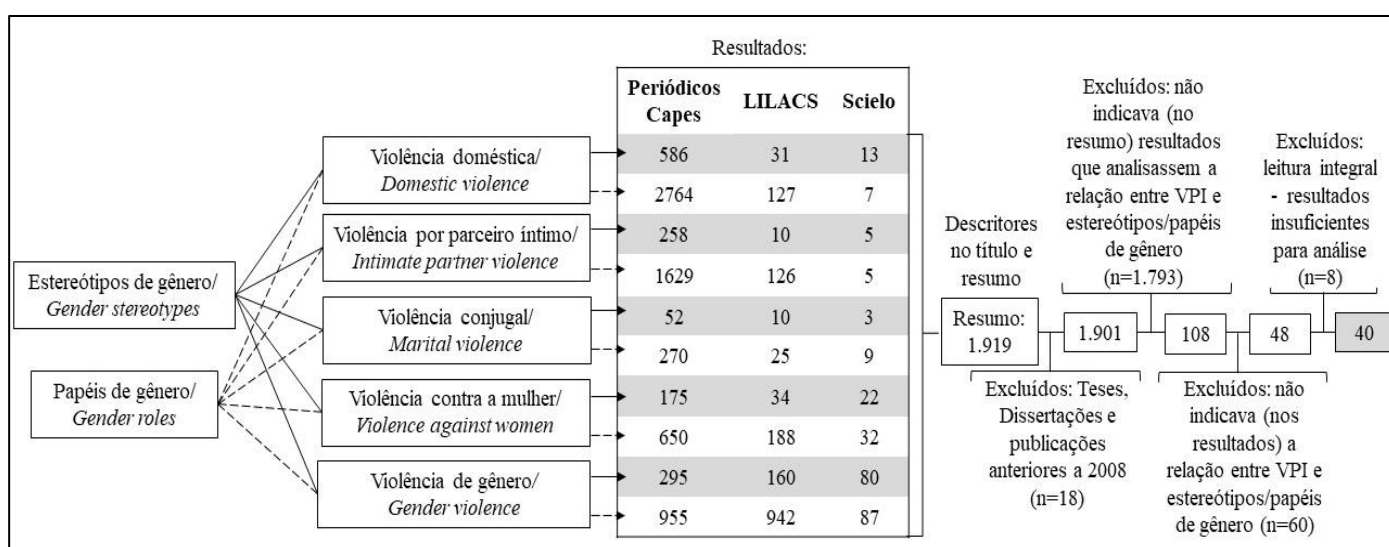
Os artigos foram acessados a partir de uma busca nas bases de dados Periódicos Capes, Scielo e Lilacs, sendo selecionados no período de Abril a Outubro de 2018. Foram utilizadas palavras chaves em português e seu correspondente em inglês. Os descritores estereótipos de gênero/*gender stereotypes* e papéis de gênero/*gender roles* foram combinados, um a um, com as palavras violência doméstica/*domestic violence*; violência entre parceiros íntimos/*intimate*

*partner violence*; violência conjugal/*marital violence*; violência contra a mulher/*violence against women* e violência de gênero/*gender violence*.

Os critérios de inclusão utilizados para selecionar os artigos foram: (1) que os descritores constassem no título e/ou resumo do trabalho, (2) que fosse apresentada relação entre estereótipos/papéis de gênero e violência – com dados suficientes para tal análise; (3) que a violência referida fosse entre casais adultos heterossexuais e (4) que o trabalho tivesse sido publicado no período de 2008-2018. Também foram considerados como critérios de exclusão (1) artigos teóricos, (2) teses e dissertações, (3) trabalhos em que a população avaliada/estudada fosse crianças ou adolescentes e (4) que estivessem redigidos em língua diferente de português, inglês ou espanhol.

Considerando esses critérios, a busca foi realizada nas bases de dados selecionadas. Nesse processo, especialmente na base de dados Periódicos Capes, algumas combinações de descritores resultaram em um elevado número de artigos, sendo o máximo de 2721 proveniente da busca *gender roles AND domestic violence*. O mesmo ocorreu, com menor frequência, na base de dados Lilacs, na qual a combinação *gender roles AND gender violence* resultou em 875 artigos. Nesses, e em outros casos semelhantes, a análise dos resumos foi direcionada aos 100 primeiros artigos encontrados nos resultados. Para tal critério, foi considerado que os trabalhos anteriormente selecionados nas buscas, cujos resultados forneceram um número próximo a 100, os artigos relevantes se encontravam majoritariamente entre os 20 primeiros.

Dessa forma, o número total de artigos que teve seus resumos analisados no processo da busca foi de 1.919. Como demonstrado na Figura 2 a seguir, após a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão e eliminar os artigos repetidos, resultaram 108 artigos. A partir da análise destes trabalhos, 60 deles foram excluídos por não preencherem aos critérios anteriores ou por não apresentarem dados que fornecessem informações suficientes para a análise sobre a relação entre estereótipos/papéis de gênero e violência, resultando em 48 artigos.



**Figura 2.** Processo de busca e seleção dos artigos analisados na revisão integrativa da literatura.

É importante ressaltar que, considerando o critério de inclusão de que fosse apresentado nos artigos relação entre estereótipos/papéis de gênero e violência e que estes obtivessem dados suficientes para tal análise, muitos artigos foram excluídos especialmente por tal critério. Foi observado que, embora nos resumos um elevado número de artigos apresentassem ambos os descritores utilizados, ao serem analisados os resultados desses trabalhos ou estes serem lidos integralmente, os termos “estereótipos de gênero/*gender stereotypes*” e/ou “papéis de gênero/*gender roles*” eram utilizados de maneira arbitrária, normalmente apenas nas discussões dos trabalhos, sem serem definidos como conceitos e/ou apresentados nas análises dos resultados. Com isso, embora algumas combinações de descritores resultassem em uma quantidade elevada de artigos e 1.919 resumos serem avaliados, muitos artigos foram excluídos da etapa de análise (N=1.879), como indicado na Figura 2.

Após a seleção dos artigos, foi realizada a leitura completa dos 48 trabalhos resultantes de ambas as buscas. Nesse processo 8 artigos foram excluídos por não oferecerem dados suficientes para análise sobre a relação entre estereótipos/papéis de gênero com a VPI. Sendo assim, a análise dos resultados foi realizada com 40 artigos.

A análise dos artigos foi realizada utilizando o software Atlas.ti. Os 40 artigos foram lidos integralmente e, a partir do software, selecionou-se os trechos dos textos considerados relevantes para caracterizar os artigos e analisar a relação entre estereótipos/papéis de gênero e VPI. Os trechos destacados eram, então, classificados em “Códigos” (unidades de análise), os quais foram posteriormente agrupados em “Famílias de Códigos” (categorias), considerando a similaridade de sentido entre eles. A codificação do conteúdo dos artigos resultou em 8 categorias: (1) País em que foi realizado o estudo, (2) Participantes, (3) Objetivos, (4) Metodologia, (5) Estereótipos femininos, (6) Estereótipos masculinos, (7) Estereótipos de gênero no relacionamento afetivo e nas relações familiares, e (8) Estereótipos e violência.

A primeira análise dos estudos foi em relação ao continente/país em que foram realizados. Houve uma distribuição entre 6 continentes: África (22%), América do Norte (24%), América do Sul (16%), Ásia (20%), Europa (11%) e Oceania (7%). Em relação ao país, a maior foi no Brasil e Estados Unidos (16%, em ambos).

A segunda análise dos artigos foi referente aos participantes dos estudos. A Tabela 1 apresenta a distribuição em relação ao número de artigos para cada uma das categorias de participantes encontradas. De maneira geral, foi possível identificar quatro grandes grupos de participantes: mulheres, homens, indivíduos de ambos os sexos e provedores de serviços. A maioria dos estudos (55%) contou com a participação de mulheres em diferentes contextos/situações, especialmente em situação de ou que experienciaram violência (N=9). Também foi observado que 35% dos estudos foram realizados com participantes de ambos os sexos, principalmente os que estivessem em um relacionamento heterossexual (N=7).

Tabela 1. Classificação dos artigos analisados de acordo com os participantes, metodologia e objetivo.

Participantes (Nº de artigos)	Especificações dos participantes	Metodologia	Referência	Nº de participantes	Objetivo
Mulheres (N=22)	Em situação de/experenciaram violência (N=9)	Qualitativa	(Guruge et al., 2017)	15	2
			(Kelmendi, 2014)	50	2
			(Cortez & Souza, 2008)	4	1
			(Araújo et al., 2011)	14	2
			(Aisyah & Parker, 2014)	19	1
			(Horn et al., 2014)	20	2
			(Alvarez et al., 2018)	30	1
			(Ahmad, 2009)	22	2
			(Wachter et al., 2017)	39	2
	Refugiadas (N=2)	Qualitativa	(Zannettino, 2012)	40	2
			Quantitativa	(Um et al., 2016)	180
	Grávidas/mães (N=2)	Qualitativa	(Hatcher et al., 2015)	29	2
			Quantitativa	(Islam et al., 2017)	426
	Sem outras especificações (N=2)	Qualitativa	(Horn et al., 2014)	14	2
			Quantitativa	(Hayati, et al., 2011)	765
	Em relacionamento (N=7)	Quantitativa	(Wilson-Williams et al., 2008)	64	2
			(Vieira et al., 2011)	504	2
			(Oramas & Aznar, 2015)	202	2
			(Jayatilleke et al., 2011)	624	1
			(Eng et al., 2010)	1.707	2
			(Gage & Thomas, 2017)	20.635	2
			(Ávila-Burgos et al., 2014)	18.046	2
(Hatcher et al., 2015)			32	2	
Homens (N=8)	Em relacionamento (N=1)	Qualitativa	(Moraes & Ribeiro, 2012)	20	2
			(Cortez & Souza, 2010)	4	1
	Autores de violência (N=3)	Quantitativa	(Altinöz et al., 2018)	41	1

			(Mulawa et al., 2017)	1.103	1
	Sem outras especificações (N=4)	Quantitativa	(Reidy et al., 2014)	600	1
			(Reidy et al., 2009)	64	1
			(Altinöz et al., 2018)	20	1
	Universitários (N=2)	Quantitativa	(Li et al., 2017)	1.178	2
			(Nabors & Jasinski, 2009)	2.431	1
		Mista (Quali-Quanti)	(Mudiare, 2013)	590	1
			(Yoshihana et al., 2014)	373	1
			(Cheung & Choi, 2016)	1.742	1
	Em relacionamento heterossexual (N=7)	Quantitativa	(Terzioglu et al., 2018)	740	1
			(Sant'Anna & Penso, 2017)	2	1
			(Nemeth et al., 2012)	34	2
			(Cortez et al., 2010)	8	1
Indivíduos de ambos os sexos (N=12)		Quantitativa	(Grest et al., 2017)	823	1
	Sem outras especificações (N= 3)		(Laisser et al., 2011)	75	2
		Qualitativa	(Perez-Jimenez et al., 2017)	20	2
	Contexto pós-guerra (N=1)		(Cardoso et al., 2016)	91	2
	Refugiados (N=1)		(Wachter et al., 2017)	169	2
	Campo de Refugiados (N=1)		(Wachter et al., 2017)	73	2
Provedores de serviços (N=4)		Qualitativa	(Guruge et al., 2017)	15	2
	Sem outras especificações (N=3)		(Aisyah & Parker, 2014)	19	1
			(Hatcher et al., 2015)	20	2

Em relação aos objetivos dos trabalhos, como indicado na Tabela 1, de maneira geral, estes foram classificados inicialmente em dois grupos. O primeiro deles (1), reuniu os estudos que buscaram **avaliar a relação entre VPI e estereótipos/papéis de gênero** (N=19). Neste grupo, 11 estudos buscaram verificar tal relação/associação, sendo que destes, sete avaliaram exclusivamente tais fatores (Cheung & Choi, 2016; Cortez & Souza, 2008; Cortez et al., 2010; Jayatilleke et al., 2011; Mulawa et al., 2017; Nabors & Jasinski, 2009; Reidy et al., 2009), enquanto 4 consideraram outros aspectos: fatores sociodemográficos, psicossociais e comportamentais (Hayati et al., 2011); histórico de abuso infantil e adaptação sociocultural (Um et al., 2016) enculturação (Yoshihana et al., 2014) e uso de álcool e drogas e aculturação (Grest et al., 2017). Neste mesmo grupo, oito trabalhos buscaram identificar/investigar manifestações da VPI e expressão de papéis/estereótipos de gênero (Alvarez et al., 2018), sendo considerado também: transmissão intergeracional (Sant'Anna & Penso, 2017), concepções (Cortez & Souza, 2010); significado de casamento e práticas matrimoniais (Aisyah & Parker, 2014); necessidades de educação sexual/reprodutiva (Terzioglu et al., 2018); bases socioculturais (Mudiare, 2013); histórico de abuso na infância (Altinöz et al., 2018); e estresse por discrepância masculina (Reidy et al., 2014).

Já o segundo grupo (2) foi composto pelos estudos **que se propuseram a avaliar outras questões** (N=21). Para estes trabalhos, diferente daqueles do primeiro grupo, avaliar a relação entre VPI e estereótipos/papéis de gênero não foi apresentada como um objetivo do trabalho, mas ao avaliar demais aspectos, tal relação foi observada nos resultados encontrados e discutida pelos autores. Entre os objetivos desses trabalhos, nove estudos buscaram compreender fatores associados à VPI (Ávila-Burgos et al., 2014; Cardoso et al., 2016; Hatcher et al., 2015; Li et al., 2017; Nemeth et al., 2012; Vieira et al., 2011; Zannettino, 2012; Wachter et al., 2017; Wilson-Williams et al., 2008). Entre os demais, cinco exploraram questões referentes a concepções/crenças/percepção sobre a VPI (Horn et al., 2014; Laisser et al., 2011; Moraes & Ribeiro, 2012; Perez-Jimenez et al., 2017; Kelmendi, 2014) e dois investigaram a relação da VPI



com a entrada de mulheres no mercado de trabalho (Araújo et al., 2011; Gage & Thomas, 2017). Além disso, houve investigações sobre o comportamento controlador dos maridos sobre as esposas (Eng et al., 2010); VPI durante a gravidez (Islam et al., 2017); experiências de mulheres e suas respostas frente à VPI (Goruge et al., 2017); motivos que atuam sobre a demora das mulheres para buscar ajuda em situações de VPI (Ahmad, 2009); impacto da VPI na saúde mental de mulheres e relevância dos fatores de risco socioculturais (Oramas & Aznar, 2015).

Os artigos analisados foram também classificados de acordo com a metodologia utilizada, como demonstra a Tabela 1. Metade dos trabalhos (N=20) utilizou metodologia qualitativa, enquanto a quantitativa foi adotada por 19 estudos. Apenas um estudo utilizou a metodologia mista (quali-quantitativa).

#### *1.2.1.2.1 Estereótipos de gênero femininos e masculinos*

Nos artigos analisados, foram identificados estereótipos de gênero masculinos e femininos a partir de falas de participantes (em caso de pesquisas qualitativas) ou de resultados descritos pelos autores. Em relação aos estereótipos femininos, ao total foram identificadas 91 citações, sendo os mais presentes “Mulher submissa” (N=19) (Wilson-Williams et al., 2008; Ahmad, 2009; Cortez et al., 2010; Hayati et al., 2011; Jayatilleke et al., 2011; Laisser et al., 2011; Mudiare, 2013; Aisyah & Parker, 2014; Horn et al., 2014; Hatcher et al., 2015; Cardoso et al., 2016; Goruge et al., 2017; Islam et al., 2017; Perez-Jimenez et al., 2017; Sant’Anna & Penso, 2017; Wachter et al., 2017; Alvarez et al., 2018) e “Mulher e tarefas domésticas” (N=17) (Cortez & Souza, 2008; Cortez & Souza, 2010; Eng et al., 2010; Araújo et al., 2011; Zannettino, 2012; Mudiare, 2013; Aisyah & Parker, 2014; Hatcher et al., 2015; Li et al., 2017; Perez-Jimenez et al., 2017; Sant’Anna & Penso, 2017; Wachter et al., 2017; Alvarez et al., 2018).

No entanto, ao ser realizada uma classificação mais abrangente, pode-se notar que os estereótipos relacionados aos cuidados e responsabilidades domésticas e de parentalidade (“Mulher e tarefas domésticas”; “Mulher e educação dos filhos”) (Cortez & Souza, 2008; Cortez

& Souza, 2010; Araújo et al., 2011; Moraes & Ribeiro, 2012; Zannettino, 2012; Mudiare, 2013; Kelmendi, 2014; Sant'Anna & Penso, 2017; Wachter et al., 2017; Alvarez et al., 2018); “Mulher cuidadora” (Wilson-Williams et al., 2008; Moraes & Ribeiro, 2012; Aisyah & Parker, 2014; Kelmendi, 2014; Perez-Jimenez et al., 2017; Sant'Anna & Penso, 2017; Alvarez et al., 2018); “Mulher e apropriação do lar” (Cortez & Souza, 2008; Ahmad, 2009; Cortez et al., 2010; Mudiare, 2013; Alvarez et al., 2018)) somam pouco mais de 50% das citações identificadas (N=47).

Em relação aos estereótipos masculinos, ocorreram 78 citações, sendo os mais presentes “Homem provedor” (N=23) (Cortez & Souza, 2008; Wilson-Williams et al., 2008; Cortez & Souza, 2010; Cortez et al.; Araújo, Lima & Borsoi, 2011; Laisser et al., 2011; Moraes & Ribeiro, 2012; Zannettino, 2012; Mudiare, 2013; Aisyah & Parker, 2014; Horn et al., 2014; Kelmendi, 2014; Hatcher et al., 2015; Cardoso et al., 2016; Perez-Jimenez et al., 2017; Sant'Anna & Penso, 2017; Wachter et al., 2017; Alvarez et al., 2018) e “Homem chefe de família” (N=14) (Cortez & Souza, 2008; Wilson-Williams et al., 2008; Cortez & Souza, 2010; Moraes & Ribeiro, 2012; Zannettino, 2012; Mudiare, 2013; Aisyah & Parker, 2014; Horn et al., 2014; Kelmendi, 2014; Hatcher et al., 2015; Gage & Thomas, 2017; Sant'Anna & Penso, 2017; Wachter et al., 2017; Alvarez et al., 2018). Assim como ocorreu com os estereótipos femininos, as atribuições ao lar (funções domésticas e de parentalidade) corresponderam a pouco mais de 50% dos estereótipos totais apontados (N=44).

Para ambos os gêneros, pode-se notar que os estereótipos citados estão relacionados a funções familiares e a condutas adotadas e/ou esperadas de homens e mulheres nos relacionamentos afetivos. Considerando isso, torna-se relevante discutir como tais estereótipos influenciam as dinâmicas familiares.

### *1.2.1.2.2 Estereótipos de gênero no relacionamento afetivo e nas relações familiares*

Nessa categoria foram agrupados os dados dos artigos analisados que demonstrassem a maneira como os estereótipos femininos e masculinos influenciavam as relações familiares. Tal influência se dava especialmente devido às relações construídas socialmente entre os gêneros e foi observada nas análises de duas maneiras: (1) pela divisão de tarefas domésticas e de parentalidade e (2) pela dinâmica dos relacionamentos íntimos.

Como demonstrado anteriormente, os estereótipos para ambos os gêneros majoritariamente descreveram funções relacionadas ao lar. No entanto, as atribuições a mulheres e homens foram distintas. Enquanto para as primeiras eram atribuídas funções de cuidado do lar e dos familiares, para eles foi relacionado o papel de prover financeiramente e “dar a última palavra”, ou seja, aquele que toma as decisões importantes e disciplina os filhos. Essa distinção reflete o conceito descrito por Kergoat (2009) como “divisão sexual do trabalho”, sendo as diferenças de atribuições a homens e mulheres que tem por característica a destinação dos primeiros a esfera produtiva e das últimas à esfera reprodutiva. Para além disso, o conceito também explicita a hierarquização de valores entre as funções, atribuindo mais valor aquelas desempenhadas por homens do que por mulheres (Kergoat, 2009). Como observado nos dados, nas famílias, as funções de “poder” eram desempenhadas pelos maridos/pais, enquanto as esposas/mães realizavam os cuidados domésticos, de menor valor social.

Para além das funções familiares, a mesma distinção entre os estereótipos masculinos e femininos também foi visível para as demais citações. As mulheres foram descritas como “sensíveis” (N=8) (Cortez & Souza, 2008; Wilson-Williams et al., 2008; Cortez & Souza, 2010; Cortez et al.; Moraes & Ribeiro, 2012; Perez-Jimenez et al., 2017; Sant’Anna & Penso, 2017), responsabilizam-se pelas demandas afetivas e eram descritas como “mais bem vistas” quando ocupavam uma posição de passividade (submissão), inclusive sexualmente (Cortez & Souza, 2008; Wilson-Williams et al., 2008; Hayati et al., 2011; Nemeth et al., 2012; Zannettino, 2012;

Mudiare, 2013; Aisyah & Parker, 2014; Horn et al., 2014; Hatcher et al., 2015; Cardoso et al., 2016; Wachter et al., 2017; Alvarez et al., 2018).

Os homens foram caracterizados por pouco envolvimento afetivo e expressão emocional (Cortez & Souza, 2008; Cortez & Souza, 2010; Cortez et al., 2010; Moraes & Ribeiro, 2012; Sant'Anna & Penso, 2017; Alvarez et al., 2018), comportamentos agressivos (Cortez & Souza, 2008; Hayati et al., 2011; Vieira et al., 2011; Nemeth et al., 2012; Perez-Jimenez et al., 2017; Alvarez et al., 2018), “incontroláveis” (Moraes & Ribeiro, 2012) e sexualizados (Wilson-Williams et al., 2008; Cortez & Souza, 2010; Cortez et al., 2010; Moraes & Ribeiro, 2012; Aisyah & Parker, 2014; Perez-Jimenez et al., 2017; Wachter et al., 2017), além de uma maior aceitação e permissividade às suas atitudes, conferindo maior liberdade a eles (Cortez & Souza, 2008; Araújo et al., 2011; Laisser et al., 2011; Zannettino, 2012; Mudiare, 2013; Horn et al., 2014; Kelmendi, 2014; Sant'Anna & Penso, 2017).

Nesse sentido, pode-se perceber que os estereótipos para homens e mulheres que suscitaram nos dados apresentam bastante complementariedade, o que reflete em uma dicotomia, muito bem estabelecida, entre as funções atribuídas a cada um dos gêneros. Considerando a socialização precoce dos papéis de gênero e sua naturalização (Nogueira & Saavedra, 2007), pode-se compreender como estes tornam-se rígidos. Nos artigos analisados, de forma geral, verificou-se que a reprodução desses papéis ocorria de forma pouco questionada, o que contribuía para que muitos deles se mantivessem nas famílias ao longo das gerações. Isso foi especialmente visível quanto aos papéis relacionados às tarefas familiares. Um dos artigos analisados discutiu tais perspectivas indicando que para os indivíduos “os padrões tradicionais de gênero guiavam a compreensão do que é um bom funcionamento das dinâmicas familiares e afetivas” (Cortez & Souza, 2008; p. 174).

Considerando tal naturalização, a análise dos artigos indicou que as situações nas quais homens e mulheres não correspondiam às expectativas de seus respectivos gêneros, rompendo com eles, causava desconforto para as relações familiares. Quanto aos estereótipos masculinos,

o rompimento se expressou especificamente ao papel de provedor (Aisyah & Parker, 2014; Alvarez et al., 2018; Araújo et al., 2011; Cardoso et al., 2016; Cortez & Souza, 2008; Cortez et al., 2010; Goruge et al., 2017; Hatcher et al., 2015; Horn et al., 2014; Zannettino, 2012; Wachter et al., 2017; Wilson-Williams et al., 2008), resultante devido ao desemprego que os homens experienciaram, especialmente nos contextos dos estudos específicos (pós-guerras (Cardoso et al., 2016; Goruge et al., 2017; Horn et al., 2014), refúgio (Zannettino, 2012; Wachter et al., 2017) e imigrantes (Alvarez et al., 2018)). Sendo assim, pode-se notar que o rompimento do estereótipo masculino de provedor corresponde a uma perda de função, intensificada pela cobrança das próprias parceiras para que retomassem tal posição (Aisyah & Parker, 2014; Araújo et al., 2011; Cortez & Souza, 2008; Cortez et al., 2010; Hatcher et al., 2015; Horn et al., 2014; Wachter et al., 2017). Como consequência, foi apontado nas análises dos trabalhos que os homens não encontravam outros papéis e funções pelos quais eles conseguiam substituir aqueles que não eram mais desempenhados exclusivamente por eles, intensificadas pela relutância em assumir ou compartilhar papéis e funções compreendidos como femininos (Cardoso et al., 2016; Moraes & Ribeiro, 2012; Sant'Anna & Penso, 2017).

Em relação às mulheres, o rompimento dos estereótipos femininos mais expressivo e apontado pelos estudos analisados referiu-se a elas começarem a exercer um trabalho remunerado e a contribuir com o sustento familiar (Alvarez et al., 2018; Araújo et al., 2011; Ávila-Burgos et al., 2014; Cardoso et al., 2016; Cortez & Souza, 2008; Cortez & Souza, 2010; Cortez et al., 2010; Gage & Thomas, 2017; Goruge et al., 2017; Horn et al., 2014; Vieira et al., 2011; Wachter et al., 2017). Tal mudança foi motivada especialmente pelos avanços sociais reconhecidos (Araújo et al., 2011) e pelas dificuldades familiares enfrentadas, tais como desemprego e dificuldades financeiras (Alvarez et al., 2018; Cardoso et al., 2016; Goruge et al., 2017) e mudanças de contexto, como pós-guerra (Goruge et al., 2017; Horn et al., 2014; Zannettino, 2012), refúgio (Um et al., 2016; Zannettino, 2012; Wachter et al., 2017) e imigração (Ahmad, 2009; Alvarez et al., 2018). Além disso, vale ressaltar que uma parcela dos estudos foi

realizada com populações não ocidentais, o que reflete em aspectos culturais que impactam nas relações de gênero (exemplo: poligamia masculina e casamento arranjado (Aisyah & Parker, 2014)). Por essa razão, o fato de as mulheres assumirem o papel de provedora correspondia a uma ruptura bastante expressiva em relação aos estereótipos femininos.

Além dessas, outras formas de rompimento com os estereótipos femininos foram descritas. Nesse aspecto, destaca-se que o rompimento muitas vezes se referia a aspectos sutis e que não necessariamente correspondiam às mulheres assumirem papéis que eram conferidos exclusivamente aos homens, mas também à negação de estereótipos femininos, o que refletia em as mulheres não ocuparem uma posição de submissão. Assim, foram descritas situações de negar relações sexuais (Cortez & Souza, 2008; Laisser et al., 2011; Mudiare, 2013), demonstrar insatisfação com comportamentos dos parceiros (uso excessivo de álcool, traições) (Araújo et al., 2011), cobrar atitudes dos parceiros (que conseguissem emprego e contribuíssem para o sustento familiar; que fossem mais participativos nos cuidados com os filhos) (Cortez & Souza, 2008; Cortez & Souza, 2010; Cortez et al., 2010; Wachter et al., 2017), sentirem ciúmes (Araújo et al., 2011), discordar dos parceiros, não reconhecendo sua autoridade (Aisyah & Parker, 2014; Cortez & Souza, 2010; Eng et al., 2010; Hatcher et al., 2015; Horn et al., 2014; Moraes & Ribeiro, 2012; Mudiare, 2013; Kelmendi, 2014; Wachter et al., 2017; Wilson-Williams et al., 2008); utilizarem roupas/maquiagens que o parceiro desaprovasse (Alvarez et al., 2018; Cortez & Souza, 2008; Cortez & Souza, 2010; Cortez et al., 2010) e terem outras atividades e contatos sociais fora de casa (Alvarez et al., 2018; Araújo et al., 2011; Cortez & Souza, 2008; Cortez & Souza, 2010; Cortez et al., 2010; Goruge et al., 2017).

Também foi mencionado o rompimento de estereótipos femininos pelo descumprimento das atividades familiares (ex.: fazer comida, cuidado com os filhos) (Aisyah & Parker, 2014; Alvarez et al., 2018; Hatcher et al., 2015; Laisser et al., 2011; Moraes & Ribeiro, 2012; Mudiare, 2013; Wilson-Williams et al., 2008; Kelmendi, 2014), intensificado pela entrada das mulheres

no mercado de trabalho, visto que, naturalmente, não conseguiam despendar mais o mesmo tempo para as tarefas domésticas e de parentalidade.

A partir dessas considerações, a presente revisão da literatura destaca que a ruptura dos estereótipos de gênero parece ter significados distintos para homens e mulheres: para elas, permite a conquista de novos espaços, independência financeira e afetiva, oportunidade de proporcionar maior qualidade de vida para a família e assumir uma posição de empoderamento; para os homens, por outro lado, representa a perda de espaço e de autoridade, especialmente do controle financeiro e sob suas parceiras. Ao contrário do movimento realizado pelas mulheres no sentido de conquistar novos espaços ao assumirem as responsabilidades financeiras da família, os homens não assumiram naturalmente o espaço doméstico (Araújo et al., 2011; Cortez & Souza, 2010; Cortez et al., 2010).

Esse processo distinto nas atitudes de homens e mulheres frente à flexibilização de papéis pode ser explicado pela hierarquização de funções masculinas e femininas abrangidas pela divisão sexual do trabalho, como já apontado anteriormente (Kergoat, 2009), mas também como reflexo do sexismo nas famílias. A relutância dos homens em assumirem funções tradicionalmente femininas, pode representar um reconhecimento dessa desvalorização e, assim, renunciar à função de provedor/chefe da família para exercer atividades domésticas na família (ou compartilhar ambas as funções) implica em, também, se desvincular de uma posição de maior valor e prestígio social. Compreendendo o conceito de sexismo como um preconceito relativo às mulheres e um instrumento utilizado pelos homens para garantir as diferenças entre os gêneros (Ferreira, 2004; Nogueira & Saavedra, 2007), evidencia-se que, para os homens, torna-se desvantajoso se aproximar de atitudes e comportamentos que correspondam ao feminino.

Tais aspectos e mudanças no contexto familiar implicaram em consequências para a dinâmica familiar e conjugal. Dessa forma, quaisquer atitudes que desafiassem as normas de gênero já naturalizadas culminavam em um desequilíbrio entre as funções de homens e mulheres,

as quais perdiam a sua dinâmica complementar e exigiam reestruturações de papéis. Sendo assim, tais mudanças refletiram na família e nos relacionamentos em um descompasso entre as expectativas de gênero (tradicionais) e as novas funções desempenhadas pelos homens e mulheres na família. Nesse processo de reestruturação de papéis familiares e do questionamento de poder nas relações de intimidade, conflitos entre os casais surgiam, os quais eram, muitas vezes, seguidos de episódios de violência, especialmente dos homens contra as mulheres, como será apontado a seguir.

#### *1.2.1.2.3 Estereótipos de gênero e violência*

Nessa categoria de análise, foram reunidos os dados da literatura avaliada que permitissem discutir os aspectos das relações e dos estereótipos de gênero que contribuíram para a propagação e manutenção da violência nos relacionamentos íntimos. Os dados analisados se referiam a análises qualitativas e quantitativas, como apresentado a seguir.

Os dados qualitativos foram obtidos principalmente a partir de entrevistas e análises de conteúdo de grupos focais. Tais dados indicam que os conflitos entre os casais eram intensificados com a ruptura dos estereótipos de gênero, a qual se expressou pelo não cumprimento das expectativas/funções atribuídas ao gênero. Nesses estudos, a forma de violência mais frequentemente descrita foi a física, a qual era praticada pelos homens contra suas parceiras. Na relação com os estereótipos de gênero, o uso da violência foi discutido de diferentes perspectivas pelos autores, sendo, de forma geral, destacada três delas: a violência como (1) um recurso utilizado para punição ao comportamento feminino diante da ruptura dos estereótipos de gênero, (2) uma forma de os homens se diferenciarem do feminino e (3) manutenção da autoridade e poder masculino.

Tais perspectivas estão bastante relacionadas e descrevem aspectos presentes na dinâmica de gênero. Em um dos artigos analisados (Cortez & Souza, 2010), os autores, ao discutirem os



motivos apresentados por homens para discussões e brigas conjugais – aspectos relacionados ao comportamento desafiador das normas de gênero – afirmam que:

“[...] se tais atitudes são compreendidas como fora dos padrões de feminilidade, elas também tendem a representar uma ameaça ao masculino [...]. Se tanto homens como as mulheres são (ou podem ser) provedores e públicos, as questões para os homens tradicionais são: como se relacionar com essa mulher que foge aos padrões? Ou ainda, como colocar novamente essa mulher em seu lugar, tentando preservar assim, o espaço masculino?” (Cortez & Souza, 2010, p.138).

Nesse sentido, pode-se compreender que, como já destacado, os estereótipos de gênero representam as atribuições de comportamentos e funções que guiam o bom funcionamento familiar. A ruptura destes, especialmente pelas mulheres, reflete, assim, na perda desse referencial, exigindo dos homens uma readaptação, a qual vise a busca por novas referências de relacionamento e família.

No entanto, o que os dados dos artigos analisados qualitativamente indicam, e como é ilustrado no trecho destacado, é que a postura masculina frente à flexibilização dos estereótipos de gênero se pauta na tentativa de retornar aos papéis tradicionais. A violência, então, se torna um recurso – não adequado – que os homens utilizam nesse processo. Especialmente as agressões físicas, como foi indicado pelos estudos, é uma resposta que busca, concomitantemente, punir os comportamentos femininos desviantes das normas tradicionais de gênero e controlar as mulheres para que permaneçam na posição de submissão e não ocupem os espaços prioritariamente destinados aos homens.

Além disso, a violência praticada pelos homens contra suas parceiras também pode ser interpretada como uma forma de reação hipermasculina para tentar reequilibrar o descompasso entre as expectativas de gênero. Observando os estereótipos masculinos citados nos artigos analisados, nota-se a atribuição de agressividade aos homens. Nesse sentido, Gomes (2008) afirma que existe uma articulação bastante acentuada entre a masculinidade e violência, a ponto de ser já naturalizado a compreensão de que a segunda é inerente à primeira, sendo a violência a referência que diferencia homens de mulheres. O autor acrescenta que, no senso comum, há uma

cobrança sobre um determinado grau de violência por parte dos homens como forma de atestar sua masculinidade. A violência, então, pode ser compreendida como uma forma de expressar e reforçar a masculinidade dos homens em um contexto em que esta é interpretada por eles como sendo desafiada. Em outras palavras, se as mulheres ocupam posições e tem comportamentos antes restritos aos homens, se igualando a eles, estes encontram na violência uma forma de se diferenciarem do feminino.

Por fim, a violência utilizada tanto como forma de punição e de controle quanto como diferenciação entre homens e mulheres, está, de ambas as formas, pautada na hierarquia entre os gêneros. O desconforto masculino diante da flexibilização dos estereótipos de gênero se baseia no fato de que, para eles, esta representa uma perda de valor social, como já apontado, e que implica em relações entre os gêneros que tendem a ser menos desiguais. O trecho a seguir, retirado de um dos artigos analisados, explicita o desconforto masculino nesse novo contexto, atribuindo-o à “crença em normas tradicionais de gênero e numa hierarquia natural que posiciona os homens no comando da família”, sendo assim, majoritariamente entre os participantes do estudo “a igualdade de gênero foi considerada ilógica e os homens sentiram-na afetar fortemente seu status” (Cardoso et al., 2016, pp. 369-370).

Os dados qualitativos oferecidos pelos estudos revisados permitem uma análise mais abrangente sobre a relação entre estereótipos de gênero e violência contra as mulheres nos relacionamentos íntimos e familiares. A partir dessa natureza de dados, foi possível articular discussões com relatos de conflitos conjugais, episódios de violência – na perspectiva de homens e mulheres – assim como com considerações dos autores cujos artigos foram analisados.

Os estudos que tiveram dados quantitativos analisados utilizaram instrumentos diversos para medir questões de gênero e indicadores de violência. As análises quantitativas indicaram episódios de violência física, assim como na qualitativa, mas também houve menções mais frequentes à violência sexual e psicológica (Grest et al., 2017; Hayati et al., 2011; Islam et al., 2017; Jayatilleke et al., 2011; Oramas & Aznar, 2015; Um et al., 2016).

De forma geral, os estudos que avaliaram a relação entre a propagação de violência por homens e as questões de gênero avaliadas indicaram correlação positiva entre os aspectos (Cheung & Choi, 2016; Eng et al., 2010; Grest et al., 2017; Li et al., 2017; Mulawa et al., 2017; Nabors & Jasinski, 2009; Reidy et al., 2009; Reidy et al., 2014; Terzioglu et al., 2018; Yoshihana et al., 2014). Assim, considerando as questões medidas pelos instrumentos, pode-se identificar uma tendência de que homens que apresentam crenças e atitudes mais desiguais entre os gêneros (Grest et al., 2017; Li et al., 2017; Mulawa et al., 2017; Terzioglu et al., 2018) e controladoras sobre suas esposas (Eng et al., 2010), índices mais elevados de machismo (Yoshihana et al., 2014) e maior consistências com os modelos de masculinidade tradicional (Reidy et al., 2009) e aceitação/conformidade com estereótipos de gênero (Cheung & Choi, 2016; Grest et al., 2017; Nabors & Jasinski, 2009; Reidy et al., 2014), apresentam maior probabilidade de utilizarem violência em seus relacionamentos íntimos.

Em relação aos estudos nos quais participaram mulheres, a maioria avaliou a probabilidade de elas sofrerem episódios de violência (Ávila-Burgos et al., 2014; Eng et al., 2010; Grest et al., 2017; Hayati et al., 2011; Islam et al., 2017; Jayatilleke et al., 2011; Oramas & Aznar, 2015; Um et al., 2016; Yoshihana et al., 2014). As correlações foram variadas, mas majoritariamente indicaram que o tradicionalismo e crença de papéis de gênero se associam positivamente com a probabilidade de sofrerem episódios de violência, especialmente física e sexual (Ávila-Burgos et al., 2014; Hayati et al., 2011; Islam et al., 2017; Oramas & Aznar, 2015; Um et al., 2016; Yoshihana et al., 2014). Dois estudos encontraram correlação inversa, indicando que a conformidade com as normas tradicionais de gênero atuaria como um fator protetivo para as mulheres não sofrerem violência (Cheung & Choi, 2016; Jayatilleke et al., 2011). Cumpre destacar que ambos foram realizados em sociedades orientais (China e Sri Lanka, respectivamente), o que pode indicar características culturais específicas a esses países.

Nesse sentido, Cheung e Choi (2016) ressalta que a relação entre estereótipos de gênero e crenças tradicionais com a VPI vivenciada por mulheres depende da dinâmica entre o

tradicionalismo do casal. Foi realizado uma análise sobre dados de 871 casais coletados previamente (2007) a partir de um survey realizado para a pesquisa “Hurting Each Other: Marital Inequality, Social Capital and Spousal Aggression in Hong Kong”. Os participantes responderam a Revised Conflicts Tactics Scale (CTS2; Straus, Hamby, Baney-McCoy, & Sugarman, 1996) e a uma escala de seis itens sobre atitudes de gênero. Os resultados indicaram que a VPI contra as mulheres estava associada ao tradicionalismo de papéis de gênero do esposo quando este era casado com uma mulher “não tradicional”; da mesma forma, a VPI foi positivamente associada com as atitudes igualitárias de gênero das esposas apenas quando estas eram casadas com homens tradicionais. Dessa forma, o estudo ressalta uma relação condicional entre estereótipos de gênero e VPI, a depender da dinâmica entre o casal.

Para compreender a relação entre VPI e estereótipos de gênero, outro estudo analisado na revisão apresenta resultados interessantes (Reidy et al., 2009). Este foi o único estudo experimental entre os 40 artigos analisados, o qual teve como objetivo avaliar o efeito das violações do papel de gênero feminino na agressão laboratorial por homens hipermasculinos. Para isso, 64 homens universitários responderam ao instrumento Hypermasculinity Index (HMI; Mosher & Sirkin, 1984), que visa medir o quanto o respondente endossa uma personalidade hipermasculina, e participaram do Response choice aggression paradigm (Zeichner, Frey, Parrott, & Butryn, 1999). Neste, é medida a agressão física direta, em condições de laboratório, que se refere ao participante retaliar (dar choques) ou abster-se de responder à provocação de um oponente fictício, que poderia representar uma mulher que correspondesse ou não aos papéis de gênero femininos. Os resultados indicaram que homens hipermasculinos foram mais agressivos em geral (distribuíram mais choques e com maior intensidade), especialmente em relação às mulheres que não correspondiam as normas tradicionais de gênero.

Os dados quantitativos analisados, especialmente os referentes aos dois estudos destacados, apontam na mesma direção dos aspectos discutidos referentes aos dados qualitativos. O rompimento dos estereótipos femininos demonstrou ser um fator contribuinte para

experienciar VPI. No entanto, se destaca nesse aspecto a relação com os estereótipos masculinos, a qual demonstrou ser mais evidente, visto que os comportamentos das mulheres que não correspondem às normas de gênero podem ser um desencadeador ou não de violência a depender da interpretação masculina, que pode percebê-los como desafiadores.

Esses dados convergem com os apontamentos de Jewkes (2002), que enfatiza as desigualdades de gênero como um dos fatores chave para a ocorrência de VPI contra as mulheres. A autora afirma que as ideologias da superioridade masculina legitimam o uso de violência pelos homens como forma de disciplinar as mulheres, com frequência devido a transgressões de papéis conservadores de gênero feminino. Diante de tais ideologias, as mulheres são definidas como os veículos pelos quais se reafirma o poder masculino e, assim, a violência contra elas é uma demonstração desse poder justaposto ao menor poder feminino (Jewkes, 2002).

A partir desta revisão integrativa da literatura, foi possível identificar as características de artigos publicados no período de 2008-2018, que relacionam estereótipos/papéis de gênero e VPI, que permitiram mapear aspectos de pesquisas que estão sendo realizadas.

Considerando o país/continente onde os estudos foram realizados, pode-se notar que houve variabilidade, abrangendo 25 países de 6 continentes distintos. Por um lado, tal diversidade revela aspectos positivos, pois demonstra que as questões de gênero, especialmente em sua relação com a VPI, estão sendo investigadas por pesquisas realizadas com populações diversificadas. Além disso, foi identificado que, dentro das especificidades culturais de cada estudo, as desigualdades de gênero justificadas por estereótipos – que podem culminar em situações de violência contra mulheres – demonstraram ser um fator comum aos resultados dos estudos analisados, reafirmando a importância das discussões de gênero e dessa perspectiva para o enfrentamento da VPI. Por outro lado, a diversidade geográfica pode representar uma limitação da presente revisão, tornando-se necessário considerar as especificidades culturais de cada país/continente na análise dos resultados.

Em relação às amostras dos estudos analisados, houve variação quanto ao número de participantes (desde um casal até 20.635 mulheres) e na população avaliada (mulheres, homens, provedores de serviços, casais, entre outros). Tal abrangência corresponde a uma direção relevante para as pesquisas, pois permite compreender o fenômeno da VPI, sobre uma perspectiva dos estereótipos/papéis de gênero, a partir de diferentes óticas e contextos. No entanto, ainda foi expressiva a porcentagem de estudos cujas participantes foram de mulheres (55%), especialmente aquelas que experienciaram situações de violência. Diante disso, e devido aos resultados que apresentaram a relação mais evidente entre os estereótipos/papéis masculinos, torna-se importante que estudos futuros investiguem ainda mais o fenômeno entre homens, a fim de compreender melhor a relação com a VPI.

Quanto aos objetivos dos estudos, é importante ressaltar que, embora pouco mais da metade (N=21) dos trabalhos não contemplassem entre seus objetivos principais verificar a relação entre estereótipos/papéis de gênero e VPI, essa relação foi algo presente nos resultados. Há, portanto, uma demonstração da relação entre tais constructos, enfatizando a importância de avaliá-los sobre diferentes perspectivas e contextos.

Em relação aos estereótipos/papéis de gênero mais frequentemente citados nos artigos analisados, tanto para homens quanto para mulheres, destacou-se as funções associadas ao lar, embora também houve menções a características femininas e masculinas. As descrições demonstraram uma dicotomia e complementariedade entre os estereótipos/papéis atribuídos aos homens e às mulheres, os quais guiavam o bom funcionamento das dinâmicas familiares e afetivas, sendo naturalizados entre os indivíduos.

Especificamente na relação com a VPI, foi observado resultados em diferentes direções quanto aos estereótipos femininos – a maioria dos estudos apontou como fator de risco (Ávila-Burgos et al., 2014; Hayati et al., 2011; Islam et al., 2017; Oramas & Aznar, 2015; Um et al., 2016; Yoshihana et al., 2014) e dois como protetivo (Cheung & Choi, 2016; Jayatilleke et al., 2011). É importante destacar que, mesmo no segundo caso, não se pode afirmar que a

conformidade com as normas de gênero seja algo positivo, visto que estas atuam, nesses casos, como uma forma de controle das mulheres. Além disso, é provável que esse fato reforce a ideia da violência como justificável diante de comportamentos femininos “inadequados”. Já para os estereótipos masculinos, os resultados foram mais consensuais, indicando que o rigor destes se associava com comportamentos violentos. Assim, compreende-se que os últimos desmontaram ser mais atuantes na presença de VPI nos relacionamentos, sendo necessárias mais investigações sobre a dinâmica dos estereótipos do casal no relacionamento.

Além disso, de forma geral, foi identificado que o rompimento dos estereótipos/papéis femininos e masculinos era desencadeador de conflitos entre os casais, que poderiam levar à resolução por meio do uso da violência. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de se romper com padrões de violência como recurso para resolução de conflitos, assim como desmistificar as normas de feminilidade e masculinidade impostas socialmente pelos estereótipos de gênero. Para tal, é importante o investimento, desde a infância, onde tais aspectos iniciam sua socialização, em uma educação sobre gênero, que estimule a diversidade e o respeito a ela, assim como em uma cultura de não aceitação da violência, de valores sociais mais igualitários e não-violentos.

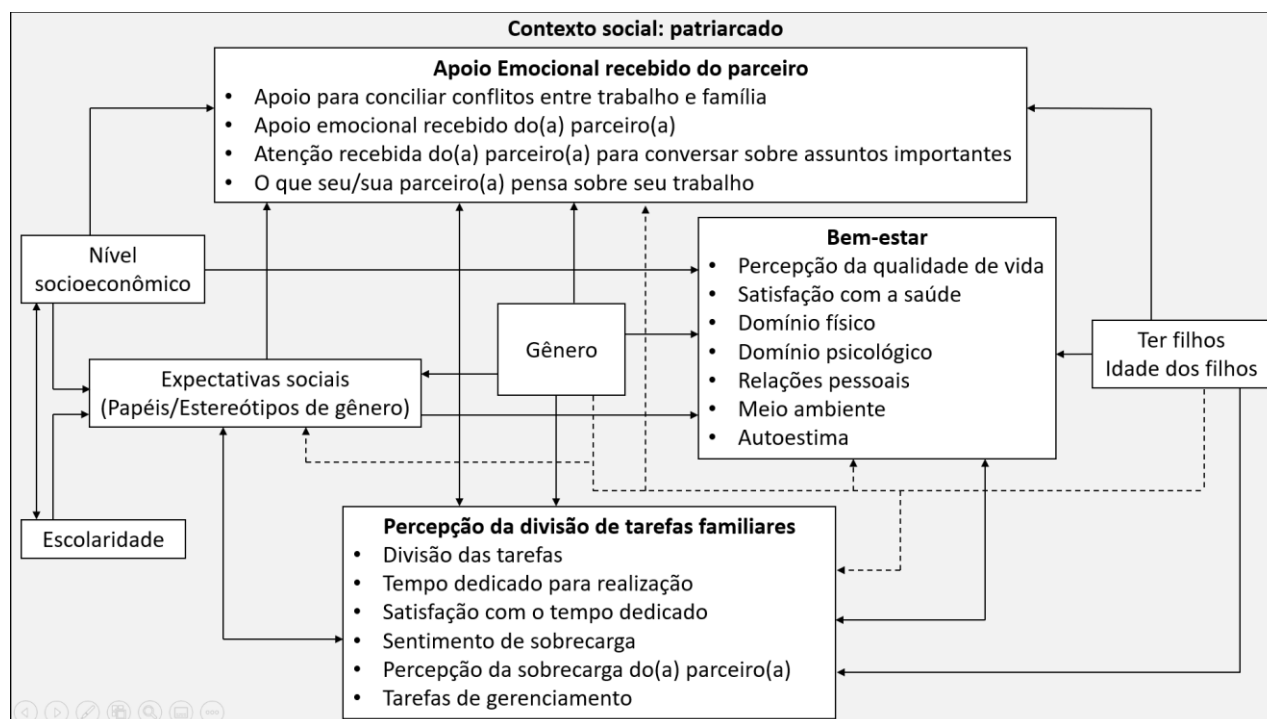
### 1.3 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

Como apresentado anteriormente, mudanças sociais e econômicas afetaram a estrutura das famílias, impactando nas relações entre os cônjuges e nos papéis que homens e mulheres desempenham nesse contexto. No entanto, valores tradicionais que se baseiam numa estrutura patriarcal e reforçam os estereótipos de gênero ainda estão presentes nas famílias, guiando o que seria o bom funcionamento desse sistema.

Ao pensar tais relações de gênero no contexto familiar, dois aspectos são focos desse estudo: (1) a VPI e (2) a Percepção da divisão de tarefas familiares entre o casal. Para o primeiro deles, os aspectos explicativos da violência nos relacionamentos íntimos aqui focados, que

embasam a justificativa deste trabalho, foram sumarizados no modelo de Jewkes (2002) (Figura 1).

Quanto ao segundo aspecto, a Percepção da divisão de tarefas familiares, os conceitos teóricos e literatura apresentados para o embasamento são sumarizados no modelo ilustrado na Figura 3 a seguir:



**Figura 3.** Modelo explicativo da interação entre variáveis que atuam sobre a Percepção da divisão de tarefas familiares (elaborado pela autora).

Como indicado, as relações entre as variáveis apresentadas – que foram avaliadas no presente estudo – são estabelecidas dentro de um contexto social maior, o patriarcado, o qual atua sobre todas elas. As setas em linha cheia indicam, com base na literatura, as relações de influência estabelecidas entre tais variáveis, considerando que estas podem ser unidirecionais ( $\longrightarrow$ ) ou bidirecionais ( $\longleftrightarrow$ ). A conexão realizada pela linha tracejada ( $\cdots$ ) entre as variáveis “Gênero” e “Ter filhos/Idade dos filhos” indica uma hipótese levantada por este estudo: a Percepção da divisão de tarefas familiares e, conseqüentemente, os demais aspectos (Bem-estar, Apoio emocional recebido do parceiro e Expectativas sociais (Papéis/Estereótipos de gênero)), não são influenciados pelas variáveis “Gênero” e “Ter filhos/Idade dos filhos” apenas de maneira



independente (como indicado pelas setas em linha cheia); mas tais variáveis também atuam conjuntamente sobre esses aspectos, representado pelas setas em linha tracejada (----►). Assim, a hipótese aqui levantada propõe que a maternidade e a paternidade atuariam de maneira distinta sobre as demais variáveis avaliadas.

O presente estudo, portanto, tem o intuito dar visibilidade às questões sobre desigualdade de gênero no contexto familiar apresentadas, enfatizando a participação dos estereótipos de gênero para a manutenção destas. Especificamente quanto à divisão de tarefas familiares entre os parceiros, espera-se que este trabalho possa contribuir para o reconhecimento das tarefas de gerenciamento como uma parcela importante nessas investigações, especialmente para o contexto nacional, onde não foram encontrados estudos científicos que apresentassem dados sobre isso. Assim, ao investigar tais questões que embasam as diferenças sociais entre homens e mulheres, espera-se conhecer melhor o fenômeno e, conseqüentemente, contribuir para a construção de valores sociais mais igualitários.

#### 1.4 OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo geral identificar aspectos individuais, familiares e conjugais presentes na interação de casais heterossexuais a partir de uma análise de gênero. São considerados como objetivos específicos: (1) verificar os estereótipos de gênero em indivíduos de ambos os sexos; (2) verificar como indivíduos de ambos os sexos percebem a divisão de tarefas domésticas e de parentalidade; (3) comparar as diferenças de envolvimento, de acordo com o gênero, quanto ao tipo de tarefas domésticas e de parentalidade (práticas e de gerenciamento); (4) verificar os indicadores de violência entre parceiros íntimos; (5) verificar indicadores de bem-estar (qualidade de vida, autoestima, satisfação conjugal).

## 2 MÉTODO

### 2.1 Participantes

A amostra da pesquisa foi composta por 130 participantes, sendo majoritariamente mulheres (78,5%; N=102). A idade dos participantes variou de 18 a 60 anos (M=35,92; DP=9,32). A maioria era casada (70,8%) e tinham predominantemente pós-graduação (43,8%) e ensino superior completo (33,8%). Quanto ao estrato sócio econômico, de acordo com a classificação do Critério Brasil (ABEP, 2016), os participantes majoritariamente se distribuíram entre as classes A (28,5%), B1 (23,8%) e B2 (36,9%). Pouco mais da metade da amostra (53,8%) tinha filhos e, entre eles, maioria tinha 1 (35,7%) ou 2 filhos (45,7%), sendo que pelo menos uma criança tinha idade entre 0 e 5 anos (26,2%).

A Tabela 2 a seguir apresenta a caracterização dos homens e das mulheres participantes, considerando: idade, classe econômica, escolaridade, relacionamento, se tem filho(s), número de filhos e a faixa etária.

Tabela 2. Caracterização dos participantes de acordo com o gênero.

<i>Idade</i>	<b>Mulheres (N=102)</b>	<b>Homens (N=28)</b>
M(DP)	35,29 (9,42)	38,18 (8,76)
Mínimo – Máximo	18 – 60	22 – 55
<b><i>Classe Econômica</i></b>		
A (R\$ 20.888)	27,5%	32,1%
B1 (R\$ 9.254)	19,6%	39,3%
B2 (R\$ 4.852)	40,2%	25%
C1 (R\$ 2.705)	11,8%	3,6%
C2 (R\$ 1.625)	1%	--
<b><i>Escolaridade</i></b>		
Fundamental completo	1%	--
Médio completo	9,8%	7,1%
Superior incompleto	12,7%	10,7%
Superior completo	34,3%	32,1%
Pós-graduação	42,2%	50%
<b><i>Relacionamento</i></b>		
Namorando/noivo e morando junto	22,5%	14,3%
União estável	8,8%	7,1%
Casado(a)	68,6%	78,6%
<b><i>Tem filhos</i></b>	52%	60,7%

<i>Nº de filhos</i>		
1	18,6%	35,3%
2	23,5%	47,1%
3	6,9%	17,6%
4	2,9%	--
M(DP)	1,89 (0,84)	1,82 (0,72)
<i>Idade dos filhos</i>		
0 – 5 anos	22,5%	39,3%
6 – 10 anos	15,7%	17,9%
11 – 15 anos	16,7%	17,9%
Maior de 15 anos	18,6%	21,4%

Como pode ser observado, homens e mulheres apresentaram dados de caracterização semelhantes às análises gerais. As idades médias foram próximas entre os grupos, embora as mulheres apresentaram uma amplitude maior. Ambos os gêneros apresentarem características similares quanto à classe socioeconômica, escolaridade, tipo de relacionamento, número de filhos e idade deles.

### 2.1.1 Trabalho remunerado

A jornada de trabalho mais frequente entre os participantes foi de 40 horas semanais, sendo realizado por 61,6% das mulheres e 64,3% entre os homens. A mesma jornada foi mais frequente também entre os participantes com filhos (62,9%) e sem filhos (58,3%).

Em relação ao ambiente de trabalho, 72,5% das mulheres indicaram trabalhar integralmente (51%) ou majoritariamente (21,6%) em ambiente centralizado. A opção de home-office foi indicada por 14,7% delas, sendo que 4,9% trabalhava a maior parte da sua jornada de trabalho e 9,8% exclusivamente nesse formato. O trabalho dividido igualmente entre um ambiente centralizado e home-office foi apontado por 12,7% das mulheres.

Quanto aos homens, as respostas foram semelhantes. A maioria, 78,6%, afirmaram trabalhar integralmente (50%) ou a maior parte do tempo (28,6%) em ambiente centralizado. Os demais participantes (21,4%) indicaram que trabalhavam igualmente em ambiente centralizado e em home-office.

Entre os participantes que eram pais/mães, 81,4% afirmaram trabalhar integralmente (55,7%) ou majoritariamente (25,7%) em ambiente centralizado. Os participantes que não tinham filhos também indicaram trabalhar em ambiente centralizado, 45% integralmente e 20% na maior parte do tempo. Além disso, 21,7% dos respondentes trabalhavam igualmente tanto em ambiente centralizado quanto em home-office.

## 2.2 Aspectos éticos

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de São Carlos (CAAE: 89996218.4.0000.5504). Os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes do início da pesquisa (ANEXO 1), o qual informava sobre os objetivos da pesquisa, forma de participação, possíveis desconfortos durante a participação na pesquisa e sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem acarretar prejuízos para o participante.

## 2.3 Procedimento

Os participantes foram recrutadas em redes sociais e em veículos de comunicação, a partir de um convite que explicitava o objetivo da pesquisa, os critérios de inclusão (estar em um relacionamento heterossexual, morar junto com o seu/sua parceiro(a) e que ambos exercessem uma atividade remunerada) e disponibilizava um link para acesso ao formulário.

Após ler o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que detalhava os objetivos da pesquisa e os possíveis riscos e benefícios, o participante deveria assinalar a opção “Li e aceito participar da pesquisa”, o que o direcionava para as questões dos instrumentos utilizados. Ao final, o respondente tinha acesso a informações referentes a canais de denúncia e acolhimento em situações de VPI. Também era disponibilizado um espaço para o(a) participante acrescentar alguma observação, assim como o contato da pesquisadora e orientadora para esclarecimentos. A apresentação dos instrumentos no formulário foi realizada conforme a estrutura a seguir.

**Caracterização dos participantes** – Foram coletados dados referentes a gênero (homem; mulher); idade; relacionamento atual (namorando/noivo e morando junto; união estável; casado; outro); filhos (sim/não); escolaridade; e nível socioeconômico das famílias, com base em itens referentes ao poder aquisitivo, posse de bens de consumo duráveis e grau de instrução do chefe da família de acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil (Critério Brasil – ABEP, 2018).

**Violência entre parceiros íntimos** – Para avaliar a maneira como casais resolvem seus conflitos foi utilizada a versão reduzida da Escala de táticas de conflitos revisadas - CTS2 (Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996 adaptada pelo IBGE, 1999). O instrumento é composto por 10 itens agrupados em pares de perguntas (táticas de resolução de conflito do participante e de seu/sua companheiro(a)), as quais avaliam a presença violência verbal/emocional; violência física e violência física grave. É contabilizado o número de ocorrências no último ano para cada uma das situações apresentadas na escala, variando entre 0 – “nenhuma vez no ano anterior” a 6 – “mais de 10 vezes no ano anterior”.

**Estereótipos de gênero** – Foi utilizada a Escala de papéis de gênero (Barros, Natividade & Hutz, 2013) a qual busca investigar a associação dos indivíduos com características estereotipadas de cada gênero. A escala é composta por 14 itens que descrevem características associadas à masculinidade e à feminilidade. Os indivíduos, ao responderem, devem atribuir a cada uma das características valores de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente) indicando o quanto acreditam que o item o descreve.

**Indicadores de bem-estar** – Buscando obter indicadores de bem-estar dos participantes, foram aplicadas a WHOQOL-bref (Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde-versão abreviada) (Fleck et al., 2000) e a Escala de autoestima de Rosenberg (adaptada por Hutz e Zanon, 2011). O WHOQOL-bref é composto por 26 questões que visam avaliar a qualidade de vida do indivíduo a partir de quatro domínios: físico; psicológico; relações sociais e meio

ambiente. O respondente deve assinalar em uma escala tipo Likert (1 a 5) o quanto acredita que os eventos abordados nas questões são frequentes em sua vida. Já a Escala de autoestima de Rosenberg é composta por 10 afirmações relacionadas a um conjunto de sentimentos de autoestima e aceitação que buscam avaliar a autoestima de forma global. O respondente deve assinalar em uma escala tipo Likert (1-discordo totalmente a 4- concordo totalmente) o quanto cada afirmação o descreve.

**Apoio emocional recebido do(a) parceiro(a)** – A Escala de apoio emocional recebido do cônjuge (adaptada de Gravena, 2006) foi utilizada com o intuito de avaliar, a partir de 5 itens, a satisfação com o(a) parceiro(a) em relação a: ajuda recebida na conciliação entre trabalho e família; apoio emocional recebido; atenção recebida para conversar sobre assuntos importantes; o que o(a) parceiro(a) pensa sobre seu trabalho. O respondente deve assinalar em uma escala tipo Likert (1-muito insatisfeito a 5-totalmente satisfeito) a alternativa que melhor descreve sua satisfação em relação ao item avaliado.

**Divisão de tarefas domésticas e de parentalidade** – A Escala de divisão de tarefas domésticas e de parentalidade entre o casal (elaborada pela autora para atender aos objetivos da pesquisa) (ANEXO 2) busca verificar a percepção sobre a divisão de tarefas entre os parceiros. São descritas atividades de cuidado com a casa (ex.: lavar louças) e de cuidados com os filhos (ex.: dar comida), assim como atividades de gerenciamento (ex.: gerenciar a faxina da casa; verificar datas de vacina dos filhos). Para cada uma das atividades, o participante deve selecionar uma entre as opções “eu realizo sempre”; “eu realizo na maioria das vezes”; “eu e meu/minha parceiro(a) dividimos igualmente”; “meu/minha parceiro(a) realiza na maioria das vezes”; “meu/minha parceiro(a) realiza sempre”. Também há questões sobre como o(a) participante avalia a sua participação e a de seu parceiro nas tarefas que respectivamente avaliam (realiza sem que o outro peça; realiza, mas às vezes o outro precisa pedir; não realiza, a não ser que o outro peça). Por fim, o instrumento traz questões sobre conhecimentos da casa e dos filhos (ex.:

saber sobre a periodicidade de troca de roupas de cama; saber quem são os amigos mais próximos dos filhos). Para todas as questões, há a opção “não se aplica” caso atividade não faça parte da rotina do casal. A escala de divisão de tarefas domésticas e de parentalidade apresentaram, respectivamente índice de confiabilidade aceitável ( $\alpha=0,82$ ) e muito bom ( $\alpha=0,96$ ), de acordo com Landis e Koch (1977). Além disso, foram apresentadas questões (adaptadas de Vanilli, 2012) sobre o tempo dedicado às tarefas domésticas e de parentalidade, a satisfação com esse tempo e a percepção da sobrecarga de si e do(a) parceiro(a).

#### 2.4 *Análise de dados*

Os dados obtidos com os instrumentos foram analisados de acordo com as instruções disponíveis. Posteriormente, a partir do software SPSS Statistical (versão 23), foram analisadas medidas de tendência central (média e desvio padrão) e de frequência. Para a comparação de grupos (homens X mulheres; participantes com filhos X participantes sem filhos) foi realizado, inicialmente, o teste de normalidade Shapiro-Wilk, revelando que se tratava de uma amostra de distribuição não-normal para todas as variáveis. Sendo assim, foi adotado o Teste de Mann-Whitney para a comparação entre as médias dos grupos. Para a avaliação da percepção da divisão de tarefas domésticas e de parentalidade, foi analisada as frequências de respostas e comparadas quanto ao gênero utilizando os testes Exato de Fisher e Chi-quadrado, a depender da aplicabilidade.

### **3 RESULTADOS**

#### 3.1 *Estereótipos de gênero*

Os resultados a seguir referem-se aos dados avaliados pela *Escala de Papéis de Gênero* (Barros, Natividade & Hutz, 2013). A Tabela 3 abaixo apresenta as médias dos participantes, de acordo com o gênero, para os papéis femininos avaliados pela escala.

Tabela 3. Comparação das médias das características femininas da escala de acordo com o gênero.

Características	Gênero	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>Acolhedor</i>	Mulheres	5,90 (1,60)	Z = -1,83
	Homens	5,39 (1,31)	P = 0,06
<i>Intuitivo</i>	Mulheres	5,74 (1,36)	Z = -1,76
	Homens	5,32 (1,27)	P = 0,07
<i>Emotivo</i>	Mulheres	6,02 (1,32)	Z = -3,52
	Homens	5,07 (1,27)	P < 0,001*
<i>Afetuosos</i>	Mulheres	5,78 (1,20)	Z = -3,51
	Homens	4,82 (1,27)	P < 0,001*
<i>Sensível</i>	Mulheres	5,88 (1,38)	Z = -4,16
	Homens	4,46 (1,68)	P < 0,001*
<i>Amável</i>	Mulheres	5,57 (1,39)	Z = -1,93
	Homens	4,96 (1,52)	P = 0,05*
<i>Compreensivo</i>	Mulheres	5,75 (1,12)	Z = -2,57
	Homens	5,18 (1,02)	P = 0,01*
<i>Total feminino</i>	Mulheres	40,64 (6,12)	Z = -3,95
	Homens	35,21 (6,50)	P < 0,001*

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ . Os valores apresentados na escala poderiam apresentar variação de 1 a 7 para cada característica e de 7 a 49 para o total da escala.

Como pode ser observado, as mulheres apresentaram uma média superior à dos homens para todas as características femininas, assim como para o escore total da escala. A comparação entre as médias dos dois grupos revelou diferença estatisticamente significativa para as características *Emotivo* ( $Z = -3,52$ ;  $P < 0,001$ ), *Afetuosos* ( $Z = -4,16$ ;  $P < 0,001$ ), *Sensível* ( $Z = -4,16$ ;  $P < 0,001$ ), *Amável* ( $Z = -1,93$ ;  $P = 0,05$ ), *Compreensivo* ( $Z = -2,57$ ;  $P = 0,01$ ), assim como para o escore total da escala ( $Z = -3,95$ ;  $P < 0,001$ ).

A Tabela 4 a seguir apresenta as médias dos participantes, de acordo com o gênero, para os papéis masculinos avaliados pela escala.

Tabela 4. Comparação das médias das características masculinas da escala de acordo com o gênero.

Características	Gênero	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>Autoconfiante</i>	Mulheres	4,85 (1,60)	Z = -2,17
	Homens	5,57 (0,74)	P = 0,02*
<i>Líder</i>	Mulheres	5,10 (1,48)	Z = -0,45
	Homens	5,32 (1,05)	P = 0,06
<i>Livre</i>	Mulheres	4,81 (1,71)	Z = -0,55
	Homens	5,07 (1,27)	P = 0,57
<i>Prático</i>	Mulheres	5,74 (1,37)	Z = -0,71
	Homens	5,82 (1,18)	P = 0,94



<i>Com poder</i>	Mulheres	4,06 (1,52)	Z = -0,91
	Homens	4,39 (1,31)	P = 0,36
<i>Administrador</i>	Mulheres	4,71 (1,69)	Z = -0,99
	Homens	5,07 (1,24)	P = 0,32
<i>Que gosta de correr riscos</i>	Mulheres	3,19 (1,96)	Z = -2,28
	Homens	3,96 (1,37)	P = 0,02*
<i>Total masculino</i>	Mulheres	32,45 (7,66)	Z = -1,63
	Homens	35,21 (4,99)	P = 0,10

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ . Os valores apresentados na escala poderiam apresentar variação de 1 a 7 para cada característica e de 7 a 49 para o total da escala.

Como pode ser observado, os homens apresentaram médias mais elevadas para todas as características. No entanto, a diferença entre as médias dos grupos apresentou diferença estatisticamente significativa apenas para os atributos *Autoconfiante* ( $Z = -2,17$ ;  $P = 0,02$ ) e *Gosta de correr riscos* ( $Z = -2,28$ ;  $P = 0,02$ ).

### 3.2 Violência entre parceiros íntimos

Os dados referentes à VPI são apresentados na Tabela 5 a seguir, a qual reúne os domínios avaliados pela *Escala de táticas de conflitos revisadas-CTS2* (Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996 adaptada pelo IBGE, 1999).

**Tabela 5. Comparação das médias das táticas de resolução de conflitos utilizadas pelo casal de acordo com o gênero.**

Domínio	Pessoa de referência	Gênero	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>Sem violência</i>	<i>Praticada</i>	Mulheres	3,80 (1,39)	Z = -0,83
		Homens	3,50 (1,59)	P = 0,40
	<i>Vivenciada</i>	Mulheres	3,52 (1,60)	Z = -0,17
		Homens	3,46 (1,66)	P = 0,86
<i>Violência verbal</i>	<i>Praticada</i>	Mulheres	4,31 (4,44)	Z = -1,10
		Homens	3,36 (4,00)	P = 0,26
	<i>Vivenciada</i>	Mulheres	4,17 (4,51)	Z = -0,71
		Homens	3,46 (4,22)	P = 0,47
<i>Violência física</i>	<i>Praticada</i>	Mulheres	0,56 (1,49)	Z = -0,14
		Homens	0,32 (0,86)	P = 0,88
	<i>Vivenciada</i>	Mulheres	0,48 (1,16)	Z = -,057
		Homens	0,32 (0,86)	P = 0,56

Nota: Os valores apresentados poderiam apresentar as seguintes variações: *Sem violência* (0 a 5, sendo que quanto mais próximo de 5, menos violência foi relatada no relacionamento); *Violência verbal* (0 a 20); *Violência física* (0 a 15) – o escore mais elevado indica que foi relatado maior frequência de violência.

Na amostra avaliada, não houve relato de *Violência física grave*, tanto praticada quanto vivenciada pelos participantes. Como pode ser observado na Tabela 4, os domínios de *Violência*

*verbal* e *Violência física* foram relatados, no entanto, os escores foram baixos, sendo para o primeiro inferior a 5 e para o segundo inferior a 1. Por outro lado, a subescala *Sem violência* obteve escores elevados (entre 3 e 4). Em todos os domínios relatados na amostra, não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos de homens e mulheres.

### 3.3 Indicadores de bem-estar

A Tabela 6 a seguir, apresenta a comparação entre as médias de homens e mulheres quanto ao bem-estar dos participantes, obtidos a partir das medidas de *Qualidade de vida* e *Autoestima*.

**Tabela 6. Comparação das médias dos indicadores de bem-estar de acordo com o gênero.**

Aspecto avaliado	Gênero	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>Percepção da qualidade de vida</i>	Mulheres	3,99 (0,83)	Z= -0,52
	Homens	4,11 (0,68)	P = 0,60
<i>Satisfação com a saúde</i>	Mulheres	3,49 (1,11)	Z = -1,56
	Homens	3,86 (1,07)	P = 0,11
<i>Domínio Físico</i>	Mulheres	3,65 (0,69)	Z = -1,28
	Homens	3,83 (0,60)	P = 0,19
<i>Domínio Psicológico</i>	Mulheres	3,42 (0,71)	Z = -2,48
	Homens	3,79 (0,45)	P = 0,01*
<i>Relações pessoais</i>	Mulheres	3,45 (0,87)	Z = -0,94
	Homens	3,27 (0,90)	P = 0,34
<i>Meio ambiente</i>	Mulheres	3,66 (0,64)	Z = -0,21
	Homens	3,68 (0,50)	P = 0,83
<i>Autoestima</i>	Mulheres	31,84 (7,18)	Z= -1,43
	Homens	34,71 (3,86)	P = 0,15

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ . Os valores apresentados poderiam apresentar as seguintes variações: *Percepção com a qualidade de vida*, *Satisfação com a saúde*, *Domínio psicológico*, *Relações pessoais*, *Meio ambiente* (1 a 5); *Autoestima* (10 a 40).

Pode-se notar que a média feminina foi superior à masculina apenas para o domínio das *Relações pessoais*. Para os demais domínios da avaliação da *Qualidade de vida*, assim como para a medida de *Autoestima*, os homens apresentaram médias mais elevadas. Foi observada diferença estatisticamente significativa apenas para o *Domínio Psicológico* (Z = -2,48; P = 0,01).

### 3.4 Satisfação com o relacionamento

A *Satisfação com o relacionamento* foi comparada inicialmente em relação ao gênero. A Tabela 7 a seguir apresenta as médias de homens e mulheres para cada aspecto da escala utilizada, assim como do escore total do instrumento.

**Tabela 7. Comparação das médias dos indicadores de satisfação com o relacionamento de acordo com o gênero.**

Aspecto avaliado	Gênero	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>Conflito trabalho e família</i>	Mulheres	3,77 (1,22)	Z = -0,10
	Homens	3,86 (1,07)	P = 0,92
<i>Apoio emocional recebido do parceiro(a)</i>	Mulheres	3,64 (1,28)	Z = -1,14
	Homens	3,96 (1,10)	P = 0,25
<i>Atenção para conversar assuntos importantes</i>	Mulheres	3,64 (1,25)	Z = -0,87
	Homens	3,89 (1,10)	P = 0,38
<i>O que seu/sua parceiro(a) pensa sobre seu trabalho</i>	Mulheres	3,69 (1,26)	Z = -0,48
	Homens	3,86 (1,07)	P = 0,62
<i>Total</i>	Mulheres	14,74 (4,59)	Z = -0,82
	Homens	15,57 (4,00)	P = 0,41

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ . Os valores apresentados poderiam apresentar as seguintes variações: *Conflito trabalho e família*, *Apoio emocional*, *Atenção para assuntos importantes*, *O que o(a) parceiro(a) pensa sobre seu trabalho* (1 a 5); *Total* (4 a 20).

Os dados indicam que as médias masculinas foram superior às femininas para todos os aspectos avaliados. No entanto, não foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre os gêneros.

### 3.5 Maternidade e paternidade: bem-estar e satisfação com o relacionamento

Como apontado no modelo anteriormente apresentado, no qual foi explicitado a relação entre as variáveis que atuam sobre a Percepção da divisão de tarefas familiares, este estudo tem como hipótese que a combinação entre as características “Gênero” e “Ter filhos/Idade dos filhos” atuaria sobre as demais variáveis avaliadas. Assim, será apresentado a seguir a comparação entre as medidas de bem-estar e apoio emocional recebido do(a) parceiro(a) considerando os participantes com e sem filhos, assim como mulheres e homens com e sem filhos.

#### 3.5.1 Bem-estar

A Tabela 8 a seguir apresenta a comparação geral entre as médias dos participantes com e sem filhos.

Tabela 8. Comparação das médias dos indicadores de bem-estar individual para participantes com e sem filhos.

Aspecto avaliado	Condição	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>Percepção da qualidade de vida</i>	Com filhos	3,89 (0,89)	Z = -1,74
	Sem filhos	4,17 (0,66)	P = 0,08
<i>Satisfação com a saúde</i>	Com filhos	3,56 (1,15)	Z = -0,54
	Sem filhos	3,58 (1,01)	P = 0,95
<i>Domínio Físico</i>	Com filhos	3,58 (0,67)	Z = -1,90
	Sem filhos	3,81 (0,66)	P = 0,05*
<i>Domínio Psicológico</i>	Com filhos	3,53 (0,70)	Z = -0,67
	Sem filhos	3,46 (0,66)	P = 0,50
<i>Relações pessoais</i>	Com filhos	3,43 (0,93)	Z = -0,27
	Sem filhos	3,39 (0,81)	P = 0,78
<i>Meio ambiente</i>	Com filhos	3,60 (0,63)	Z = -1,46
	Sem filhos	3,74 (0,58)	P = 0,14
<i>Autoestima</i>	Com filhos	33,04 (6,77)	Z = -1,34
	Sem filhos	31,78 (6,61)	P = 0,17

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ . Os valores apresentados poderiam apresentar as seguintes variações: *Percepção com a qualidade de vida*, *Satisfação com a saúde*, *Domínio psicológico*, *Relações pessoais*, *Meio ambiente* (1 a 5); *Autoestima* (10 a 40).

Como pode ser observado, os participantes que eram pais/mães apresentaram médias superiores para *Domínio psicológico*, *Relações pessoais* e *Autoestima*. Já os participantes que não tinham filhos apresentaram médias superiores para os demais aspectos. No entanto, a comparação entre os grupos demonstrou diferença estatisticamente significativa apenas para o *Domínio Físico*, com média mais elevada para os indivíduos sem filhos (Z = -1,90; P = 0,05).

A Tabela 9 a seguir apresenta a comparação das médias dos indicadores de bem-estar de mulheres com e sem filhos.

Tabela 9. Comparação das médias dos indicadores de bem-estar individual para mulheres com e sem filhos.

Aspecto avaliado	Condição	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>Percepção da qualidade de vida</i>	Com filhos	3,83 (0,95)	Z = -1,76
	Sem filhos	4,16 (0,65)	P = 0,07
<i>Satisfação com a saúde</i>	Com filhos	3,45 (1,18)	Z = -0,19
	Sem filhos	3,53 (1,04)	P = 0,84
<i>Domínio Físico</i>	Com filhos	3,55 (0,69)	Z = -1,37
	Sem filhos	3,15 (0,67)	P = 0,17
<i>Domínio Psicológico</i>	Com filhos	3,50 (0,77)	Z = -1,37
	Sem filhos	3,33 (0,65)	P = 0,17
<i>Relações pessoais</i>	Com filhos	3,52 (0,89)	Z = -0,80
	Sem filhos	3,37 (0,85)	P = 0,41
<i>Meio ambiente</i>	Com filhos	3,60 (0,68)	Z = -1,13
	Sem filhos	3,73 (0,59)	P = 0,25
<i>Autoestima</i>	Com filhos	32,51 (7,34)	Z = -1,26

Sem filhos 31,12 (7,01) P = 0,20

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ . Os valores apresentados poderiam apresentar as seguintes variações: *Percepção com a qualidade de vida*, *Satisfação com a saúde*, *Domínio psicológico*, *Relações pessoais*, *Meio ambiente* (1 a 5); *Autoestima* (10 a 40).

Como pode ser observado, as mulheres que eram mães apresentaram médias superiores para o *Domínio psicológico*, *Relações pessoais* e *Autoestima*. Para os demais aspectos, a média das mulheres sem filhos foi superior. Não foi encontrada diferença estatisticamente significativa para nenhuma das medidas de bem-estar avaliadas.

A Tabela 10 a seguir apresenta a comparação das medidas de bem-estar entre homens com e sem filhos.

**Tabela 10. Comparação das médias dos indicadores de bem-estar individual e do relacionamento para homens com e sem filhos.**

Aspecto avaliado	Condição	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>Percepção da qualidade de vida</i>	Com filhos	4,06 (0,65)	Z = -0,49
	Sem filhos	4,18 (0,75)	P = 0,62
<i>Satisfação com a saúde</i>	Com filhos	3,88 (0,99)	Z = -0,27
	Sem filhos	3,82 (0,87)	P = 0,78
<i>Domínio Físico</i>	Com filhos	3,67 (0,60)	Z = -1,84
	Sem filhos	4,07 (0,55)	P = 0,06
<i>Domínio Psicológico</i>	Com filhos	3,63 (0,45)	Z = -2,29
	Sem filhos	4,04 (0,34)	P = 0,02*
<i>Relações pessoais</i>	Com filhos	3,13 (1,02)	Z = -0,94
	Sem filhos	3,48 (0,67)	P = 0,34
<i>Meio ambiente</i>	Com filhos	3,62 (0,45)	Z = -1,14
	Sem filhos	3,76 (0,57)	P = 0,25
<i>Autoestima</i>	Com filhos	34,71 (4,29)	Z = -0,11
	Sem filhos	34,73 (3,28)	P = 0,90

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ . Os valores apresentados poderiam apresentar as seguintes variações: *Percepção com a qualidade de vida*, *Satisfação com a saúde*, *Domínio psicológico*, *Relações pessoais*, *Meio ambiente* (1 a 5); *Autoestima* (10 a 40).

Como pode ser observado, os pais apresentaram média superior aos homens sem filhos apenas para a *Satisfação com a saúde*. No entanto, foi encontrada diferença estatisticamente significativa apenas para o *Domínio Psicológico*, sendo a média dos homens sem filhos superior à dos pais (Z = -1,84; P = 0,02).

### 3.5.2 Apoio emocional recebido do(a) parceiro(a)

A Tabela 11 a seguir apresenta a comparação geral entre as médias dos participantes com e sem filhos.

**Tabela 11. Comparação entre médias dos indicadores de satisfação com o relacionamento para participantes com e sem filhos.**

Aspecto avaliado	Condição	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>Conflito trabalho e família</i>	Com filhos	3,54 (1,38)	Z= -1,88
	Sem filhos	4,08 (0,85)	P = 0,05*
<i>Apoio emocional recebido do parceiro(a)</i>	Com filhos	3,46 (1,38)	Z = -2,12
	Sem filhos	4,00 (1,02)	P = 0,03*
<i>Atenção para conversar assuntos importantes</i>	Com filhos	3,43 (1,35)	Z = -2,24
	Sem filhos	4,00 (0,97)	P = 0,02*
<i>O que seu/sua parceiro(a) pensa sobre seu trabalho</i>	Com filhos	3,47 (1,32)	Z = -2,32
	Sem filhos	4,02 (1,03)	P = 0,02*
<i>Total</i>	Com filhos	13,90 (5,10)	Z = -2,11
	Sem filhos	16,10 (3,25)	P = 0,03*

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ . Os valores apresentados poderiam apresentar as seguintes variações: *Conflito trabalho e família*, *Apoio emocional*, *Atenção para assuntos importantes*, *O que o(a) parceiro(a) pensa sobre seu trabalho* (1 a 5); *Total* (4 a 20).

A comparação indicou que os participantes que tinham filhos obtiveram média inferior em todos os aspectos avaliados, quando comparados com aqueles que não tinham. A diferença entre as médias demonstrou ser estatisticamente significativa para todos os aspectos: *Conflito trabalho e família* (Z = -1,88; P = 0,05); *Apoio emocional recebido do(a) parceiro(a)* (Z = -2,12; P = 0,03); *Atenção para conversar assuntos importantes* (Z = -2,24; P = 0,02); *O que seu parceiro(a) pensa sobre seu trabalho* (Z = -2,32; P = 0,02); *Total da escala* (Z = -2,11; P = 0,03).

A Tabela 12 abaixo apresenta essa comparação das médias da avaliação da *Satisfação com o relacionamento* para as mulheres com e sem filhos.

**Tabela 12. Comparação das médias dos indicadores de satisfação com o relacionamento para mulheres com e sem filhos.**

Aspecto avaliado	Condição	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>Conflito trabalho e família</i>	Com filhos	3,47 (1,43)	Z= -1,93
	Sem filhos	4,10 (0,84)	P = 0,05*
<i>Apoio emocional recebido do parceiro(a)</i>	Com filhos	3,34 (1,41)	Z = -2,16
	Sem filhos	3,96 (1,06)	P = 0,03*
<i>Atenção para conversar assuntos importantes</i>	Com filhos	3,36 (1,37)	Z = -1,86
	Sem filhos	3,94 (0,98)	P = 0,06
<i>O que seu/sua parceiro(a) pensa sobre seu trabalho</i>	Com filhos	3,38(1,37)	Z = -2,39
	Sem filhos	4,02 (1,05)	P = 0,01*
<i>Total</i>	Com filhos	13,55 (5,30)	Z = -2,08
	Sem filhos	16,02 (3,25)	P = 0,03*

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ . Os valores apresentados poderiam apresentar as seguintes variações: *Conflito trabalho e família*, *Apoio emocional*, *Atenção para assuntos importantes*, *O que o(a) parceiro(a) pensa sobre seu trabalho* (1 a 5); *Total* (4 a 20).

As mulheres que eram mães apresentaram, em comparação com as que não eram, médias inferiores para todos os aspectos avaliados. Com exceção da satisfação com a *Atenção para conversar sobre assuntos importantes*, todas as diferenças entre as médias foram estatisticamente significativa: *Conflito trabalho e família* ( $Z = -1,93$ ;  $P = 0,05$ ); *Apoio emocional recebido do(a) parceiro(a)* ( $Z = -2,16$ ;  $P = 0,03$ ); *O que seu parceiro(a) pensa sobre seu trabalho* ( $Z = -2,39$ ;  $P = 0,02$ ); *Total da escala* ( $Z = -2,08$ ;  $P = 0,03$ ).

A Tabela 13 abaixo apresenta a comparação entre homens pais e não pais em relação à *Satisfação com o relacionamento*.

**Tabela 13. Comparação das médias dos indicadores de satisfação com o relacionamento para homens com e sem filhos.**

Aspecto avaliado	Condição	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>Conflito trabalho e família</i>	Com filhos	3,76 (1,20)	$Z = -0,35$
	Sem filhos	4,00 (0,89)	$P = 0,72$
<i>Apoio emocional recebido do parceiro(a)</i>	Com filhos	3,82 (1,23)	$Z = -0,62$
	Sem filhos	4,18 (0,87)	$P = 0,53$
<i>Atenção para conversar assuntos importantes</i>	Com filhos	3,65 (1,16)	$Z = -1,54$
	Sem filhos	4,27 (0,90)	$P = 0,12$
<i>O que seu/sua parceiro(a) pensa sobre seu trabalho</i>	Com filhos	3,76 (1,14)	$Z = -0,47$
	Sem filhos	4,00 (1,00)	$P = 0,63$
<i>Total</i>	Com filhos	15,00 (4,35)	$Z = -0,76$
	Sem filhos	16,45 (3,38)	$P = 0,44$

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ . Os valores apresentados poderiam apresentar as seguintes variações: *Conflito trabalho e família*, *Apoio emocional*, *Atenção para assuntos importantes*, *O que o(a) parceiro(a) pensa sobre seu trabalho* (1 a 5); *Total* (4 a 20).

Como pode ser observado, os homens sem filhos apresentaram médias superiores em todos os aspectos, quando comparados com os homens que eram pais. No entanto a diferença entre as médias dos grupos não apresentou significância estatística.

### 3.6 Divisão de tarefas familiares

A seguir são apresentados os dados sobre a percepção de homens e mulheres sobre a divisão das tarefas familiares.

### 3.6.1 *Tarefas domésticas*

#### 3.6.1.1 *Horas dedicadas às tarefas domésticas, satisfação com o tempo e sobrecarga*

O tempo dedicado às tarefas domésticas durante a semana teve uma distribuição variada para as mulheres, desde “menos de 1 hora” (18,6%) a “mais de 6 horas” (1%), sendo a maior concentração “1 a 2 horas” (35,3%). A mesma variação foi encontrada para os homens, de “menos de 1 hora” (10,7%) a “mais de 6 horas” (3,6%), sendo a maior concentração também em “1 a 2 horas” (57,1%). A diferença entre as porcentagens de homens e mulheres não demonstrou ser estatisticamente significativa.

Em relação ao tempo dedicado aos finais de semana para as tarefas domésticas, a distribuição das mulheres foi variada, de “menos de 1 hora” (12,7%) a “mais de 6 horas” (12,7%), sendo a maior concentração em “1 a 2 horas” (21,6%). As respostas masculinas também apresentaram a mesma variação, de “menos de 1 hora” (3,6%) até “mais de 6 horas” (10,7%) sendo “1 a 2 horas” a opção mais frequente (50%). Nessa avaliação, a diferença entre as respostas masculinas e femininas não demonstrou ser estatisticamente significativa.

É importante ressaltar que 88,5% (N=115) da amostra indicou receber ajuda para a realização das tarefas domésticas, sendo que destes, 75,6% (N=87) indicarem quem auxiliava nessas tarefas. Entre estes participantes, 55% indicou que as tarefas eram realizadas exclusivamente por eles e o(a) parceiro(a); enquanto 44% indicou receber ajuda de terceiros, sendo que 33% contratavam algum serviço (faxineira, diarista) e 11% contavam com a colaboração de parentes, especialmente dos filhos.

Além disso, foi avaliada a satisfação dos participantes com o tempo que dedicavam à realização das tarefas domésticas, assim como a percepção que tinham sobre sua própria sobrecarga e do(a) parceiro(a). Esses dados são reunidos na Tabela 14 abaixo:



**Tabela 14. Comparação das médias de homens e mulheres para os indicadores de satisfação com o tempo dedicado para as tarefas domésticas, sentimento de sobrecarga de si e do(a) parceiro(a).**

Aspecto avaliado	Gênero	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>O quanto você se sente satisfeito(a) com o tempo que dedica para a realização das tarefas domésticas?</i>	Mulheres	3,19 (1,25)	Z= -1,11 P = 0,26
	Homens	3,50 (0,74)	
<i>O quanto você se sente sobrecarregado(a) com as tarefas domésticas que realiza?</i>	Mulheres	2,27 (1,03)	Z = -1,02 P = 0,25
	Homens	2,04 (0,79)	
<i>O quanto você acredita que seu/sua parceiro(a) se sente sobrecarregado(a) com as tarefas domésticas que ele(a) realiza?</i>	Mulheres	1,74 (0,85)	Z = -4,22 P < 0,001*
	Homens	2,61 (0,91)	

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ . Os valores apresentados poderiam apresentar as seguintes variações: *Satisfação com o tempo* (1 a 5); *Sentimento de sobrecarga* (1 a 4).

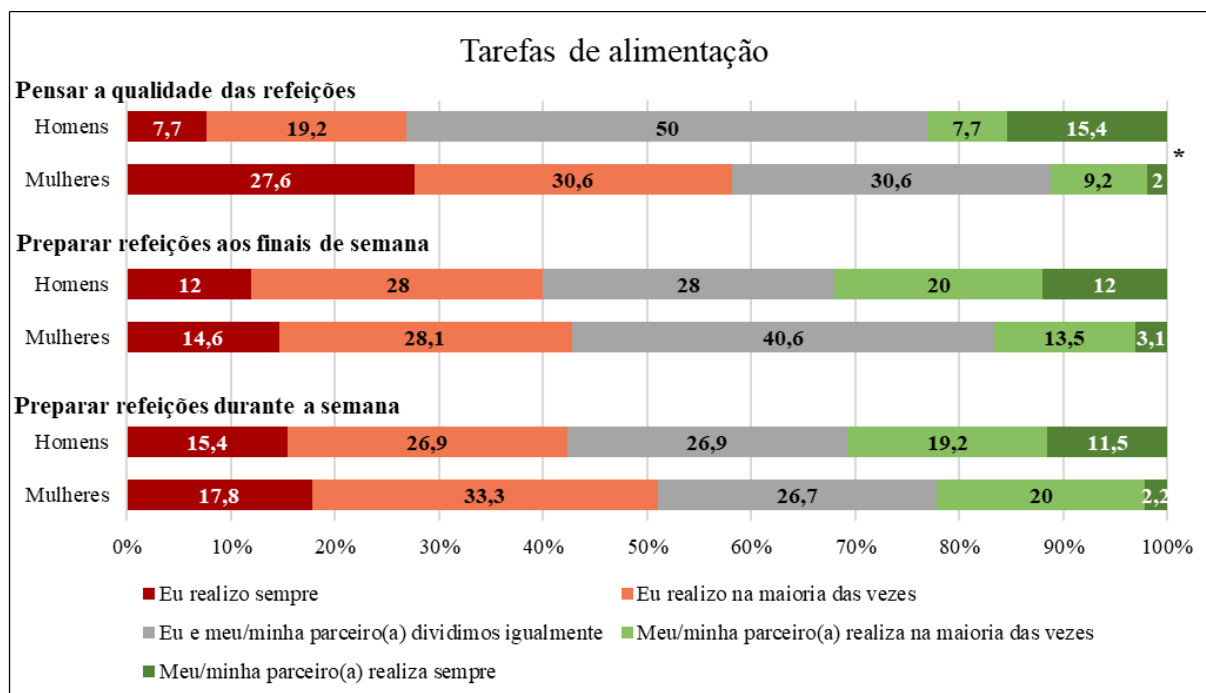
Quanto à satisfação com o tempo dedicado para as tarefas domésticas, mulheres e homens apresentaram médias próximas ( $M = 3,19$ ;  $DP = 1,25$  e  $M = 3,50$ ;  $DP = 0,74$ , respectivamente), e, embora tenha sido superior para eles, ambas correspondem a uma satisfação mediana (opção “nem satisfeito, nem insatisfeito” da escala). Quanto à percepção da sobrecarga, a média das mulheres ( $M = 2,27$ ;  $DP = 1,03$ ) foi superior que a dos homens ( $M = 2,04$ ;  $DP = 0,79$ ), porém para os dois gêneros o escore corresponde uma sobrecarga média. A diferença entre as médias não apresentou significância estatística.

Quanto a percepção dos participantes sobre a sobrecarga do(a) parceiro(a), os homens indicaram que percebem as mulheres mais sobrecarregadas ( $M=2,61$ ;  $DP=0,91$ ) do que o contrário ( $M=1,74$ ;  $DP=0,85$ ), sendo que tal diferença entre as médias apresentou significância estatística ( $Z=-4,22$ ;  $P < 0,001$ ).

### 3.6.1.2 Percepção sobre a divisão das tarefas domésticas

Para analisar a maneira como os participantes percebiam a divisão de tarefas domésticas, tanto práticas como de gerenciamento, estas foram agrupadas em categorias de acordo com o tipo de atividade: (1) Tarefas de alimentação, (2) Tarefas de compras, (3) Cuidados com a casa, (4) Cuidados com a roupa e (5) Questões financeiras.

A distribuição das respostas referentes às *Tarefas de alimentação* são apresentados na Figura 4 a seguir.



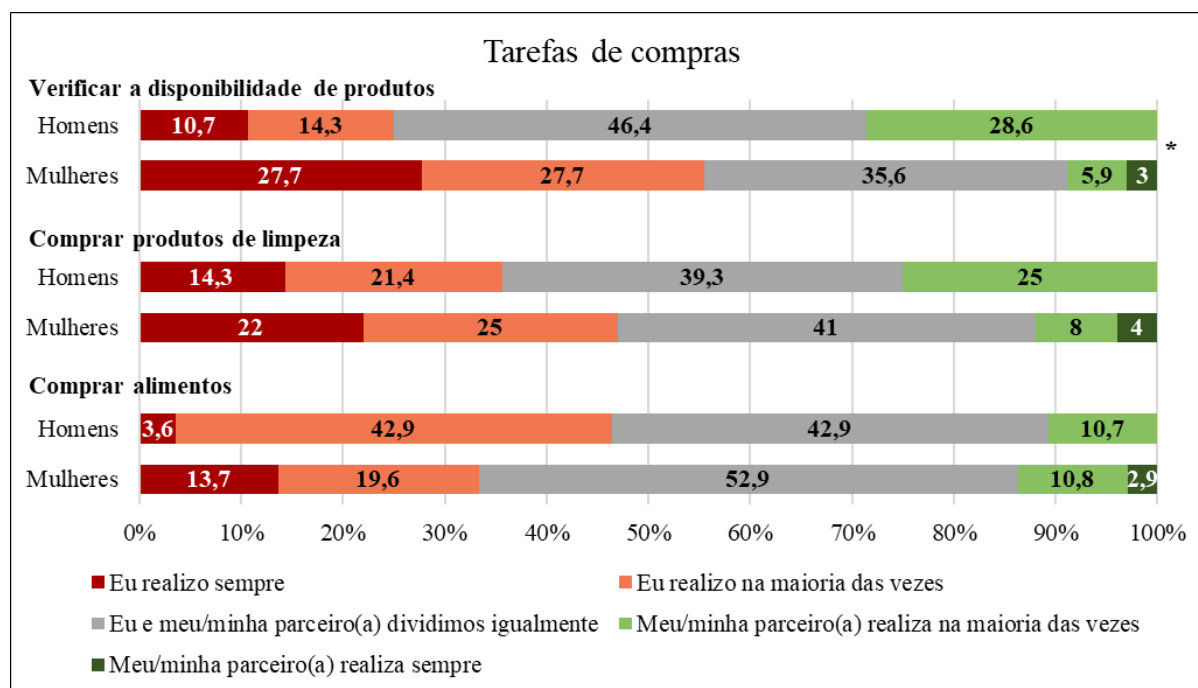
**Figura 4.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para as *Tarefas de alimentação*.  
Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

Como pode ser observado, houve uma tendência das respostas femininas se concentrarem nas opções “Eu realizo sempre” e “Eu realizo na maioria das vezes” para as atividades de *Preparar as refeições durante a semana* (51,1%) e *Pensar a qualidade das refeições* (58,2%), sendo a última indicada como tarefa de gerenciamento, e uma tendência a indicarem que o *preparo de refeições aos finais de semana* é dividido igualmente com o parceiro (40,6%). Para as respostas masculinas, as atividades de *preparo das refeições* (durante a semana e aos finais de semana) também foram mais frequentes nas opções que atribuem a atividade a si (42,3% e 40%, respectivamente). Já a tarefa de gerenciamento foi indicada por 50% dos homens como sendo dividida igualmente com a parceira.

As atividades de *preparo de refeições* tiveram distribuições semelhantes para homens e mulheres. Já a atividade de gerenciamento (*pensar a qualidade das refeições*) apresentou

divergências quanto à percepção da divisão de acordo com o gênero, sendo tal diferença estatisticamente significativa ( $F = 12,80$ ;  $P = 0,008$ ).

A segunda categoria de atividades analisadas refere-se às *Tarefas de compras*. A distribuição das respostas de homens e mulheres sobre a divisão dessas tarefas são apresentadas na Figura 5.



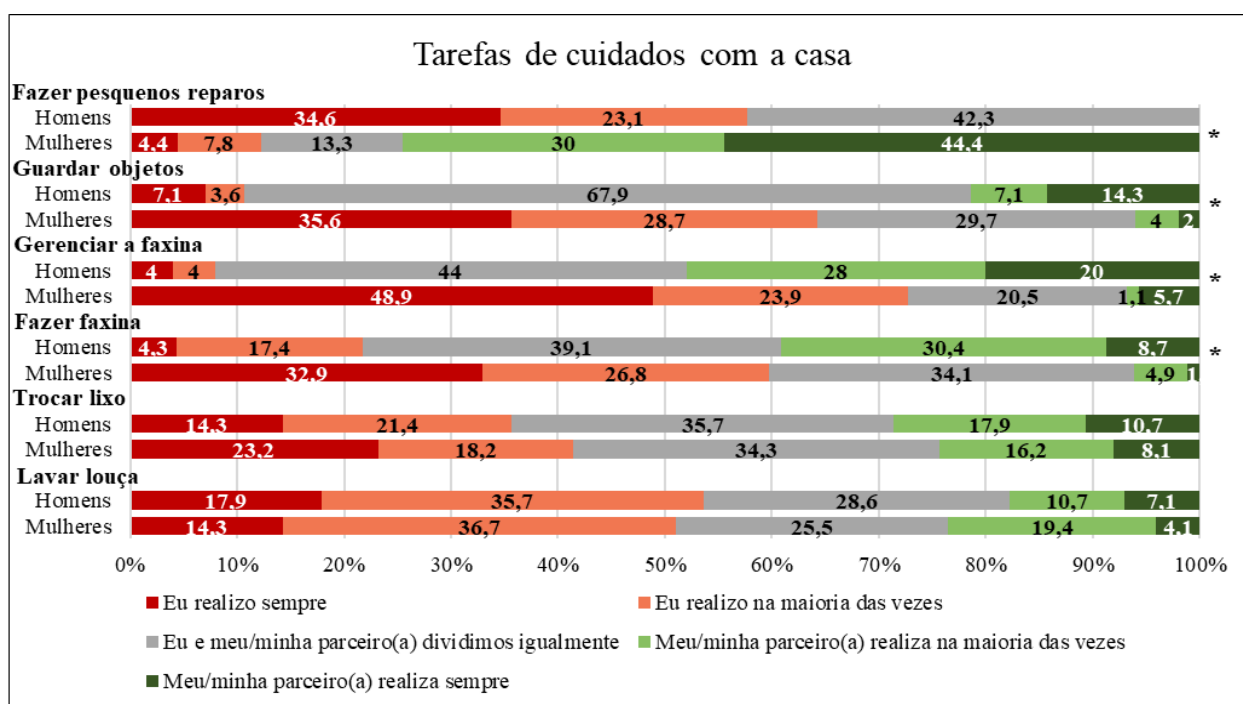
**Figura 5.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para as *Tarefas de compras*.  
 Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

A atividade de *comprar alimentos* foi indicada como sendo dividida igualmente entre os parceiros tanto por mulheres (52,9%) quanto por homens (42,9%). No entanto, 46,5% dos homens e 33,3% das mulheres também indicaram que realizam tal função sempre ou na maioria das vezes. Em relação à *compra de produtos de limpeza*, 41% das mulheres e 39,3% dos homens também afirmaram que a tarefa é compartilhada de maneira igualitária. Dentre as demais respostas, 47% das mulheres e 35,7% afirmaram serem os principais responsáveis por essa atividade.

A terceira tarefa dessa categoria – *verificar a disponibilidade de produtos que precisam ser comprados na próxima ida ao supermercado* – é entendida como de gerenciamento. Para tal atividade, 55,4% das mulheres indicaram que a realizavam sempre ou na maioria das vezes,

enquanto 46,4% dos homens indicaram que a divisão é igualitária e 28,6% a atribuíram como sendo responsabilidade principal de suas parceiras. A diferença entre as respostas de homens e mulheres demonstrou ser estatisticamente significativa ( $F = 13,70$ ;  $P = 0,005$ ).

As *Tarefas de cuidados com a casa* reuniu seis atividades apresentadas na Figura 6 abaixo.



**Figura 6.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para as *Tarefas de cuidados com a casa*.

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

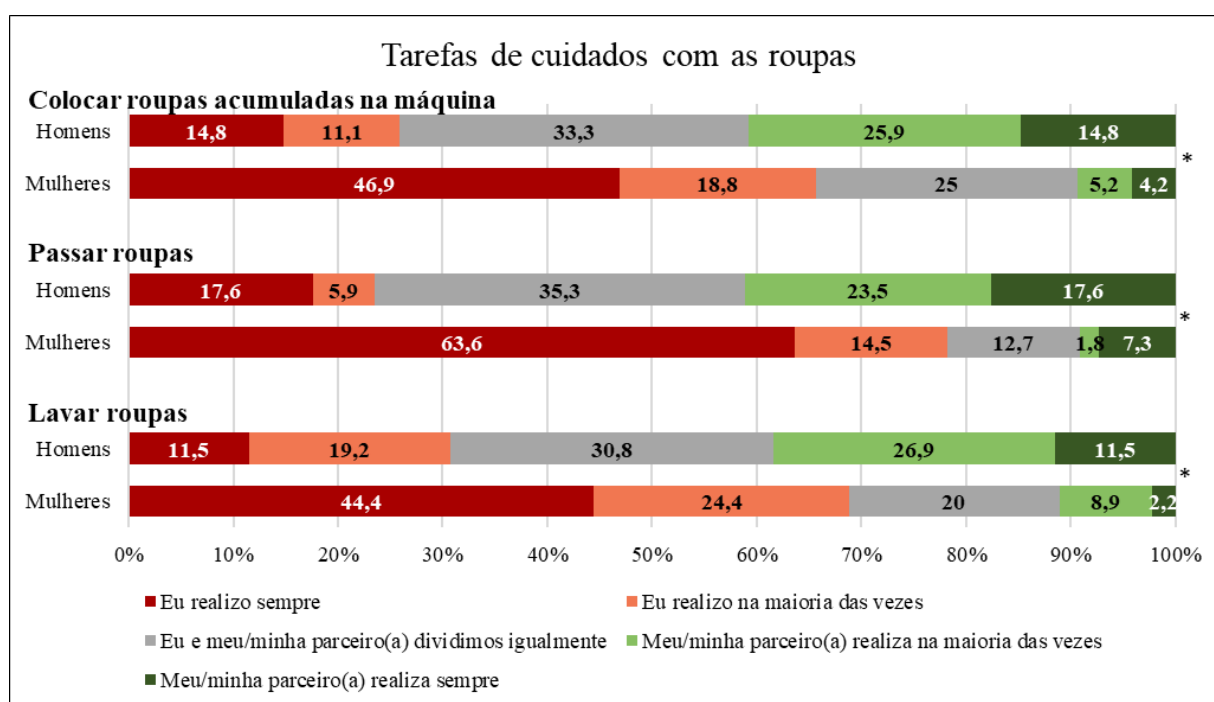
Na atividade de *lavar louças* tanto os homens (53,6%) quanto as mulheres (51%) afirmaram com maior frequência que a realizavam sempre ou na maioria das vezes. Já para a função de *trocar lixo quando está cheio* (atividade de gerenciamento), 41,4% das mulheres indicaram que a realizam sempre ou na maioria das vezes, enquanto os homens, na mesma proporção (35,7%) afirmaram que tal atividade era dividida igualmente ou realizada majoritariamente por eles.

A maior parte das mulheres indicou que realizava com maior frequência – sempre e na maioria das vezes – as atividades de *fazer* e *gerenciar a faxina* (59,7% e 72,8%, respectivamente), sendo a segunda compreendida como uma tarefa de gerenciamento. Nessas

atividades, os homens mais frequentemente indicaram que as dividiam igualmente com a parceira (39,1% fazer e 44% gerenciar a faxina) ou que estas eram realizadas sempre ou na maioria das vezes por elas (39,1% fazer e 48% gerenciar). Em relação a *guardar objetos que estão espalhados pela casa* (atividade de gerenciamento), as repostas foram semelhantes: 64,3% das mulheres indicaram ser as principais responsáveis por essa atividade, enquanto 67,9% dos homens afirmaram ser dividida igualmente. Quanto a *fazer pequenos reparos*, 57,7% dos homens relataram que realizavam sempre ou na maioria das vezes e 74,4% das mulheres afirmaram que o parceiro era o principal responsável por essa atividade.

Ao verificar se havia diferença estatisticamente significativa em relação ao envolvimento nas atividades, observou-se diferença estatisticamente significativa entre as respostas masculinas e femininas para: Fazer faxina ( $F = 19,36$ ;  $P < 0,001$ ), Gerenciar a faxina ( $F = 40,72$ ;  $P < 0,001$ ). Guardar objetos ( $F = 28,24$ ;  $P < 0,001$ ) e Fazer reparos ( $\chi^2 = 48,49$ ;  $P < 0,001$ ).

A quarta categoria reúne às atividades de *Cuidados com roupas*. As repostas de homens e mulheres referentes às três atividades abrangidas são apresentadas na Figura 7.

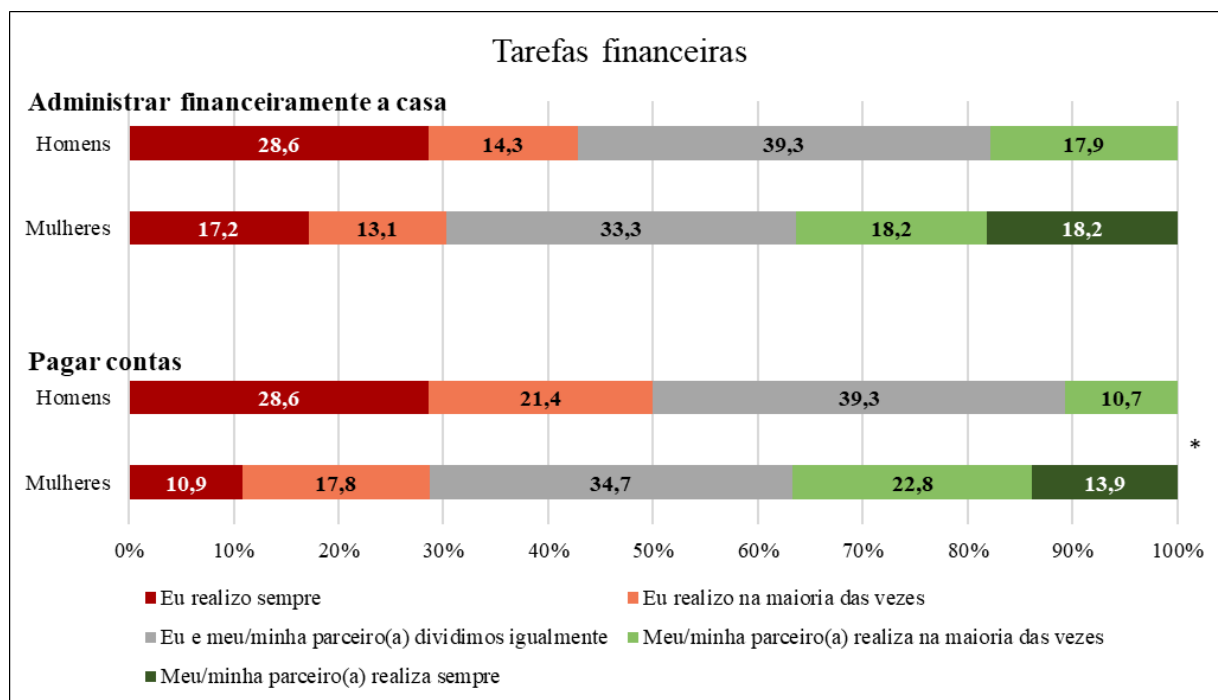


**Figura 7.** Distribuição das repostas de homens e mulheres para as *Tarefas de cuidados com as roupas*.

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

Para todas as atividades, as mulheres indicaram ser as principais responsáveis pela realização (*lavar roupas*: 72,4%; *passar roupas*: 78,4%; *colocar as roupas na máquina quando estão acumuladas*: 65,7%), enquanto os homens, em sua maioria, as atribuíram à parceira (*lavar roupas*: 38,4%; *passar roupas*: 41,1%; *colocar as roupas na máquina quando estão acumuladas*: 40,7%). Foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre as respostas para as três atividades: Lavar roupas ( $F = 16,25$ ;  $P = 0,002$ ), Passar roupas ( $F = 18,41$ ;  $P < 0,001$ ), Colocar as roupas na máquina ( $F = 18,40$ ;  $P = 0,001$ ). A atividade de *colocar as roupas na máquina quando estão acumuladas*, é categorizada como de gerenciamento.

Por fim, a última categoria refere-se as atividades financeiras *pagar contas* e *administrar financeiramente a casa*, sendo a última uma atividade de gerenciamento. Estas são apresentadas na Figura 8 abaixo.



**Figura 8.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para as *Tarefas financeiras*.  
Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

Como pode ser observado, para ambas as atividades a maior parte dos homens afirmam que são os responsáveis principais por realizá-las (42,9% para pagar contas e 50% para administrar financeiramente o lar). Quanto às mulheres, 36,4% e 36,7% afirmam,

respectivamente, que são seus parceiros quem paga as contas e administra financeiramente o lar com maior frequência. A diferença entre as respostas demonstrou ser estatisticamente significativa para a atividade de pagar contas ( $\chi^2 = 10,40$ ;  $P = 0,03$ ).

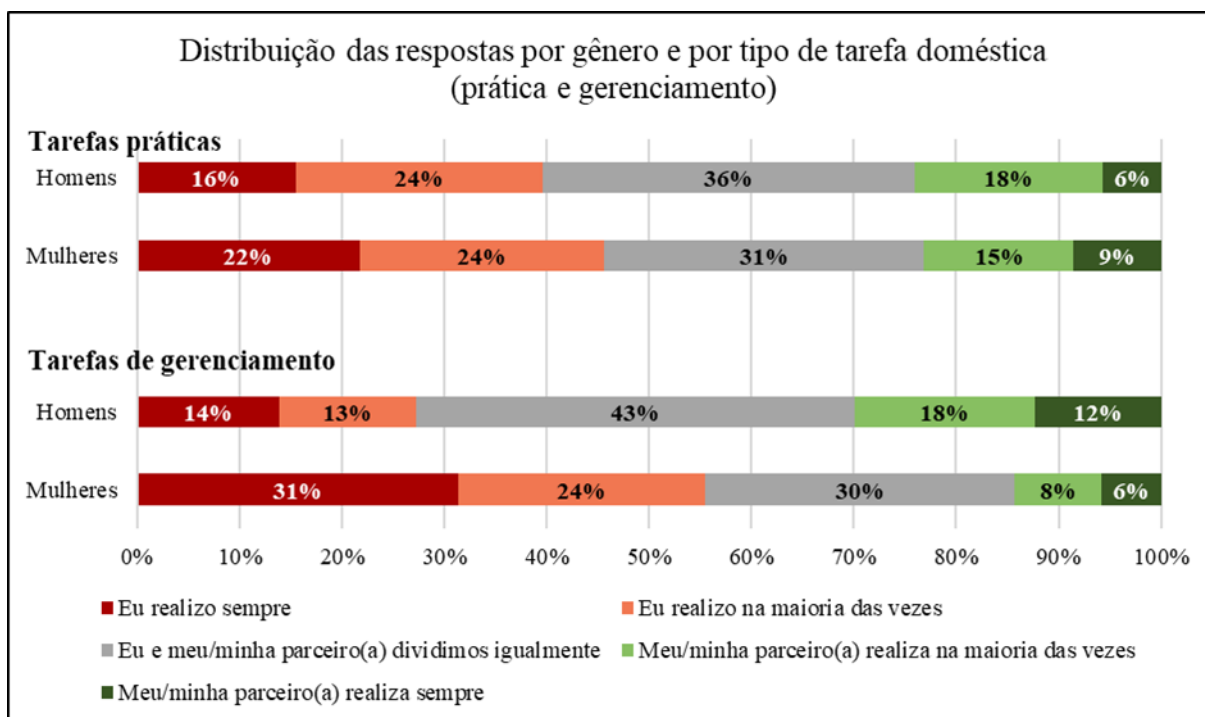
### 3.6.1.3 Realização da tarefa mediante a pedido do parceiro

No compartilhamento de tarefas, um dos aspectos do gerenciamento refere-se à necessidade de pedir para o(a) parceiro(a) realizar uma atividade, o qual também foi avaliado.

Em relação às atividades domésticas que o(a) parceiro(a) realizava, 49% das mulheres indicaram que o parceiro fazia, mas, às vezes, era necessário que elas pedissem/ajudassem/auxiliassem; já os homens indicaram (57,1%) que as parceiras realizavam a tarefa quando necessário, sem que eles precisem pedir/ajudar/auxiliar. Para as tarefas que os participantes disseram realizar, 82,4% das mulheres afirmaram que as realizavam sem que o parceiro precisasse pedir; enquanto 60,7% dos homens afirmaram que realizavam, mas às vezes era preciso que a parceira pedisse/ajudasse/auxiliasse. Nenhum dos gêneros indicou que realizavam apenas se o(a) parceiro(a) solicitava. Nesta avaliação a diferença entre as respostas dos grupos foi estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 20,71$ ;  $P < 0,001$ ).

### 3.6.1.4 Tarefas práticas X tarefas de gerenciamento

Além de investigar se há diferença entre a percepção de homens e mulheres quanto ao envolvimento na realização de tarefas domésticas de maneira geral, também foi objetivo do estudo avaliar se havia diferença para tal percepção entre as tarefas práticas e de gerenciamento. A Figura 9 a seguir apresenta a porcentagem de respostas de homens e mulheres – em cada uma das opções da escala – comparando-as para as tarefas práticas e de gerenciamento.



**Figura 9.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para as *Tarefas práticas* e *Tarefas de gerenciamento*.

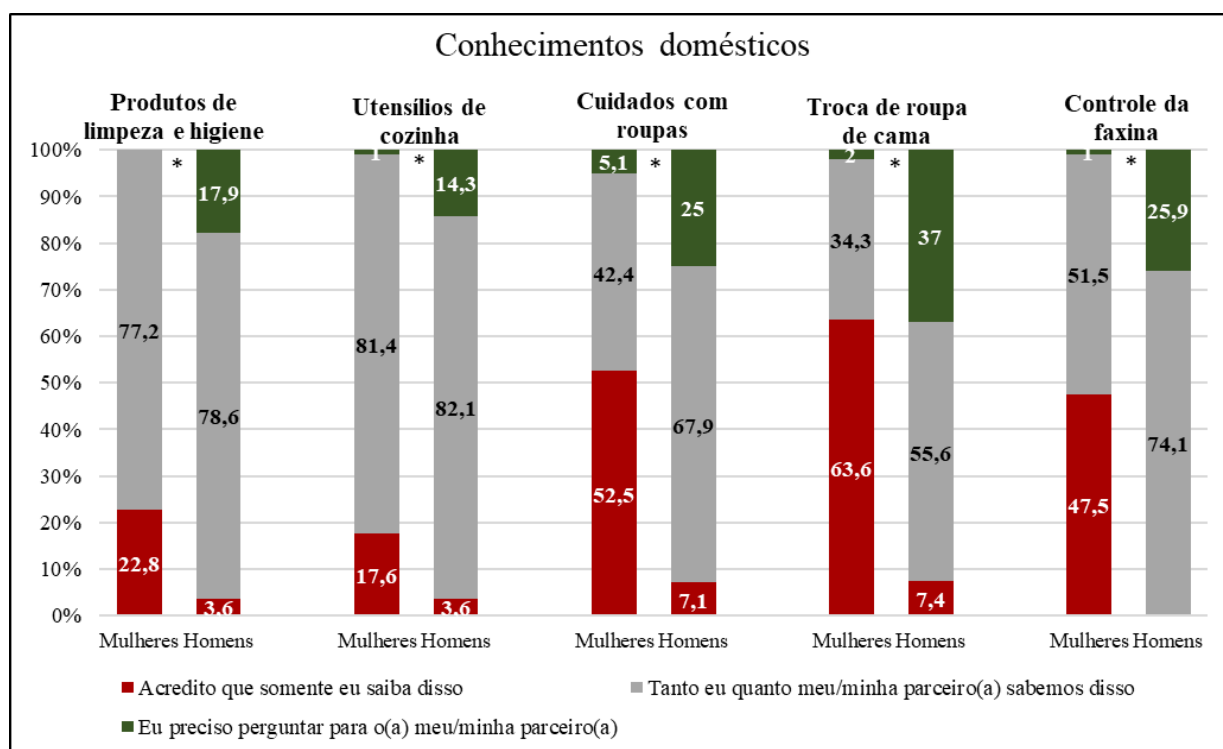
Como pode ser observado, entre os homens, a porcentagem de respostas nas opções “Eu realizo sempre” e “Eu realizo na maioria das vezes” diminui de 40% para 27% quando comparado as tarefas práticas com as de gerenciamento. Enquanto isso, a porcentagem de respostas aumenta na opção “Eu e minha parceira dividimos igualmente” (de 36% para 43%) e nas indicações nas afirmações “Minha parceira realiza na maioria das vezes” e “Minha parceira realiza sempre” (de 24% para 30%).

Já em relação as respostas femininas, comparando as tarefas práticas com as de gerenciamento, a indicação na opção de que as tarefas são divididas igualmente praticamente de mantém a mesmas (de 31% para 30%). No entanto, as repostas nas opções que atribuem a atividade majoritariamente a si aumentam de 46% para 55%, enquanto a porcentagem de resposta indicando as afirmações que destinam as tarefas principalmente ao parceiro diminuem de 24% para 14%.



### 3.6.1.5 Conhecimentos domésticos

Outro aspecto avaliado no gerenciamento das tarefas refere-se ao domínio que os indivíduos têm sobre os conhecimentos domésticos. A Figura 10 apresenta a porcentagem das respostas de homens e mulheres sobre os conhecimentos avaliados que apresentaram significância estatística.



**Figura 10.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para os *Conhecimentos domésticos*.  
Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

Para o conhecimento sobre onde ficam guardados *produtos de limpeza/higiene* e *utensílios de cozinha*, homens e mulheres indicaram com maior frequência que ambos os parceiros têm domínio sobre eles (Homens: 78,6% e 82,1%; Mulheres: 77,2% e 81,4%, respectivamente). No entanto, quando não indicaram domínio dos conhecimentos por ambos, 22,8% das mulheres afirmaram que acreditavam que “somente elas sabiam” sobre o local dos produtos de limpeza/higiene e 17,6% sobre o local dos utensílios de cozinha. Entre os homens, 17,9% e 14,3% disseram que precisavam perguntar para suas companheiras para saber sobre esses dois conhecimentos, respectivamente.

Em relação aos *cuidados para a lavagem de roupas* 52,5% das mulheres afirmaram acreditar que somente elas tinham conhecimento sobre isso e 42,4% disseram que ambos os parceiros tinham esse domínio. Essa opção também foi escolhida por 67,9% dos homens e 25% deles indicaram que precisavam perguntar para a parceira para saber. Para o conhecimento sobre a *periodicidade de troca de roupas de cama*, 63,6% das mulheres disseram que somente elas tinham domínio sobre isso, enquanto 55,6% dos homens indicaram que ambos sabiam sobre isso e 37% que precisavam requisitar tal informação às companheiras. Por fim, no último conhecimento avaliado – *ter controle sobre a faxina da casa* – 47,5% e 51,5% das mulheres indicaram, respectivamente, que somente elas sabiam sobre isso e que ambos os parceiros tinham tal conhecimento. A maioria dos homens, 74,1%, também indicou a última opção, enquanto os demais afirmaram que precisavam perguntar para a parceira sobre isso (25,9%).

Para todos os conhecimentos descritos na Figura 10, a diferença entre as respostas de acordo com o gênero indicou significância estatística: *Produtos de limpeza/higiene* ( $F = 18,32$ ;  $P < 0,001$ ); *Utensílios de cozinha* ( $F = 10,79$ ;  $P = 0,003$ ); *Cuidado com roupas* ( $F = 24,02$ ;  $P < 0,001$ ); *Troca de roupa de cama* ( $\chi^2 = 42,27$ ;  $P < 0,001$ ); *Controle da faxina* ( $\chi^2 = 35,47$ ;  $P < 0,001$ ). Além destes, outros dois conhecimentos foram avaliados, os quais não obtiveram significância estatística quanto à diferença de respostas entre os gêneros. Estes foram *Conhecer os dias de colocar o lixo para fora* e *Conhecer os locais onde têm melhores preços para comprar produtos*. Para o primeiro, 81,6% das mulheres e 84,6% dos homens afirmaram que ambos têm esse conhecimento. Dá mesma forma, para o segundo, 63,6% das mulheres e 67,9% dos homens responderam essa opção.

### 3.6.2 Tarefas de parentalidade

#### 3.6.2.1 Horas dedicadas às tarefas de parentalidade

Para a avaliação das horas dedicadas aos cuidados com os filhos, foram consideradas as respostas dos participantes que eram pais/mães de pelo menos uma criança que tivesse até 10

anos de idade. Essa especificação foi realizada considerando que as atividades de cuidado avaliadas pelo instrumento são correspondentes a essa faixa etária. Assim, a amostra a seguir avaliada refere-se 58% (N = 31) das mulheres que eram mães e a 82% (N = 14) dos homens que eram pais.

Em relação as horas dedicadas aos cuidados com os filhos durante a semana, homens e mulheres apresentaram uma variação de “menos de 1 hora” a “mais de 6 horas”. Entre as mães, 29% afirmaram dedicar mais de 6 horas diárias com tais cuidados, enquanto 21,4% dos pais indicaram dedicar “menos de 1 hora” ou “2 a 3 horas”. No entanto, 14,3% dos pais também indicaram dedicar mais de 6 horas diárias nos cuidados com os filhos. A diferença entre as respostas masculinas e femininas não demonstrou diferença estatisticamente significativa.

Na avaliação das horas dedicadas aos filhos nos finais de semana, houve um aumento para ambos os gêneros: 67,7% das mulheres e 50% dos homens afirmaram dedicar mais de 6 horas aos cuidados com seus filhos nesses dias. Também não foi observada significância estatística nas diferenças de respostas de pais e mães.

Diante disso, foi avaliada a satisfação dos participantes com o tempo que dedicavam aos cuidados com os filhos, assim como a percepção que tinham sobre sua própria sobrecarga e a do(a) parceiro(a) com tais atividades. Os dados são apresentados na Tabela 15 abaixo:

**Tabela 15. Comparação das médias de homens e mulheres para os indicadores de satisfação com o tempo dedicado para as tarefas de parentalidade, sentimento de sobrecarga de si e do(a) parceiro(a).**

Aspecto avaliado	Gênero	Média (DP)	Teste de Mann-Whitney
<i>O quanto você se sente satisfeito(a) com o tempo que dedica para a realização dos cuidados com seu filho?</i>	Mulheres	2,97 (1,32)	Z = -0,02 P = 0,98
	Homens	3,00 (1,10)	
<i>O quanto você se sente sobrecarregado(a) com as tarefas de cuidados com o filho que realiza?</i>	Mulheres	2,19 (1,01)	Z = -1,70 P = 0,08
	Homens	1,64 (0,84)	
<i>O quanto você acredita que seu/sua parceiro(a) se sente sobrecarregado(a) com as tarefas de cuidados com o filho que ele(a) realiza?</i>	Mulheres	1,97 (1,08)	Z = -1,50 P = 0,13
	Homens	2,43 (0,93)	

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ . Os valores apresentados poderiam apresentar as seguintes variações: *Satisfação com o tempo* (1 a 5); *Sentimento de sobrecarga* (1 a 4).

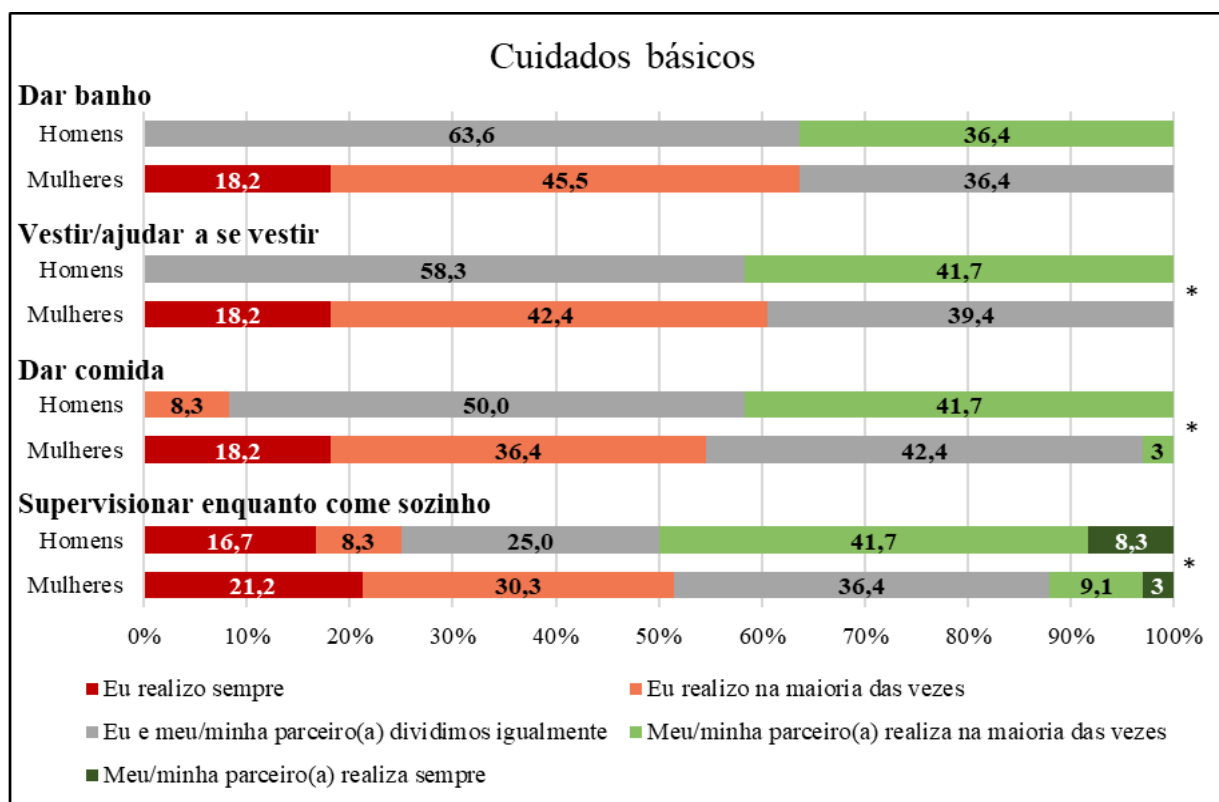
Como poder ser observado, em relação à satisfação com o tempo dedicado para as tarefas de cuidados com os filhos, mulheres e homens apresentaram médias próximas, pouco superior para eles ( $M = 2,97$ ;  $DP = 1,32$  e  $M = 3,00$ ;  $DP = 1,10$ , respectivamente). Assim, ambos apontaram uma satisfação mediana, correspondente a opção “nem satisfeito, nem insatisfeito” da escala.

Quanto à percepção da própria sobrecarga, a média das mulheres ( $M = 2,19$ ;  $DP = 1,01$ ) foi superior que a dos homens ( $M = 1,64$ ;  $DP = 0,84$ ), indicando uma sensação média de sobrecarga para elas e baixa para eles. Em relação à percepção dos participantes sobre o sentimento de sobrecarga do(a) parceiro(a), os homens indicaram que percebem as mulheres mais sobrecarregadas ( $M=2,43$ ;  $DP=0,93$ ) do que o contrário ( $M=1,97$ ;  $DP=1,08$ ). Assim, os homens perceberam suas parceiras medianamente sobrecarregadas, enquanto as mulheres perceberam seus companheiros pouco sobrecarregados. A diferenças entre as médias dos três aspectos avaliados não apresentou significância estatística.

### *3.6.2.2 Percepção sobre a divisão das tarefas de parentalidade*

As tarefas referentes aos cuidados com os filhos, tanto práticas como de gerenciamento, foram agrupadas em categorias de acordo com o tipo de atividade: (1) Cuidados básicos, (2) Cuidados de saúde, (3) Cuidados pessoais, (4) Atividades de interação (recreativas e cuidados), (5) Condutas parentais (6) Atividades escolares e (7) Auxílio da rede de apoio.

As atividades referentes aos cuidados básicos, e a distribuição do compartilhamento entre os parceiros são apresentadas na Figura 11 a seguir:



**Figura 11.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para os Cuidados básicos.

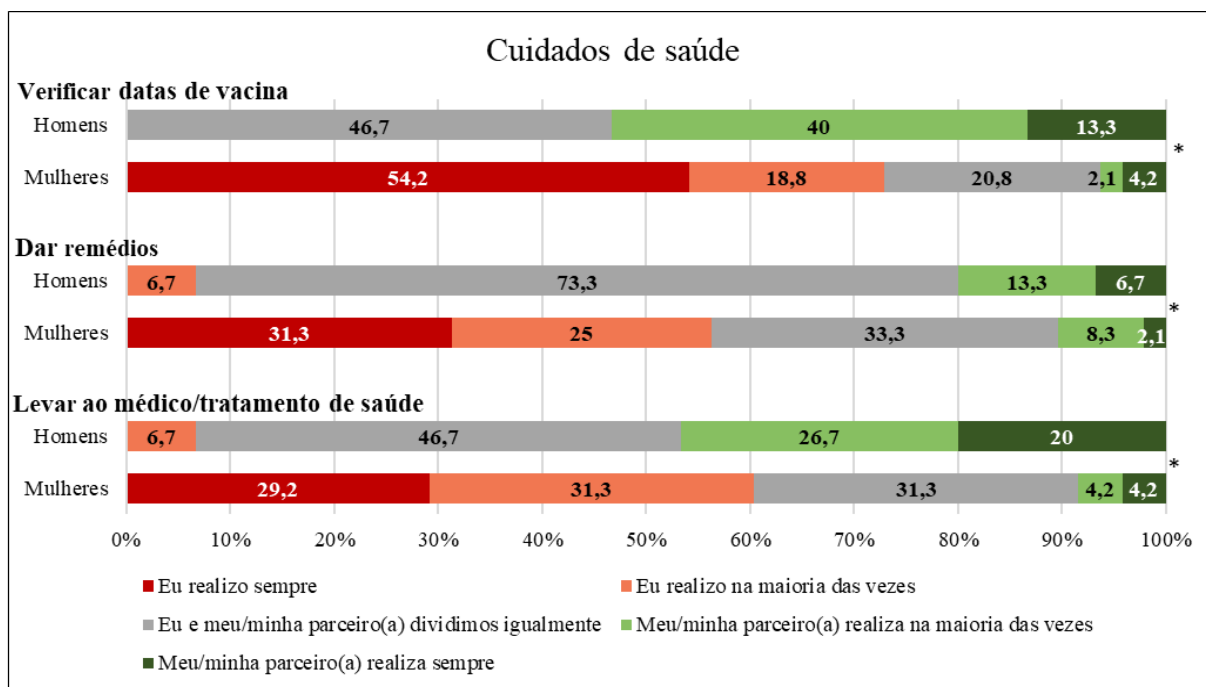
Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

Como pode ser observado, para as atividades *dar banho*, *vestir/ajudar a se vestir* e *dar comida*, as mulheres indicaram mais frequentemente que eram as principais responsáveis pela realização (68,2%, 60,6% e 54,6%, respectivamente). Os homens, para as mesmas tarefas, afirmaram que era divididas igualmente com a parceira (63,6%, 58,3% e 50%, respectivamente). No entanto, também se nota que os pais atribuíram pouco ou nunca essas atividades para si, indicando uma alta porcentagem de respostas na opção “minha parceira realiza na maioria das vezes (36,4% para *dar banho*, 41,7% para *vestir* e *dar comida*).

Em relação a *supervisionar enquanto come sozinho*, 51,5% das mulheres dizem realizar tal atividade sempre ou na maioria das vezes. Entre os homens, 50% também atribuíram a responsabilidade à parceira sempre ou na maioria das vezes. Para esta atividade, assim como para *dar comida* e *vestir*, houve diferença estatisticamente significativa entre as respostas

masculinas e femininas (respectivamente:  $F = 18,32$ ;  $P < 0,001$ ;  $F = 19,80$ ;  $P < 0,001$ ;  $F = 12,36$ ;  $P = 0,002$ ).

As respostas referentes à segunda categoria de tarefas – *Cuidados de saúde* – são apresentados na Figura 12.



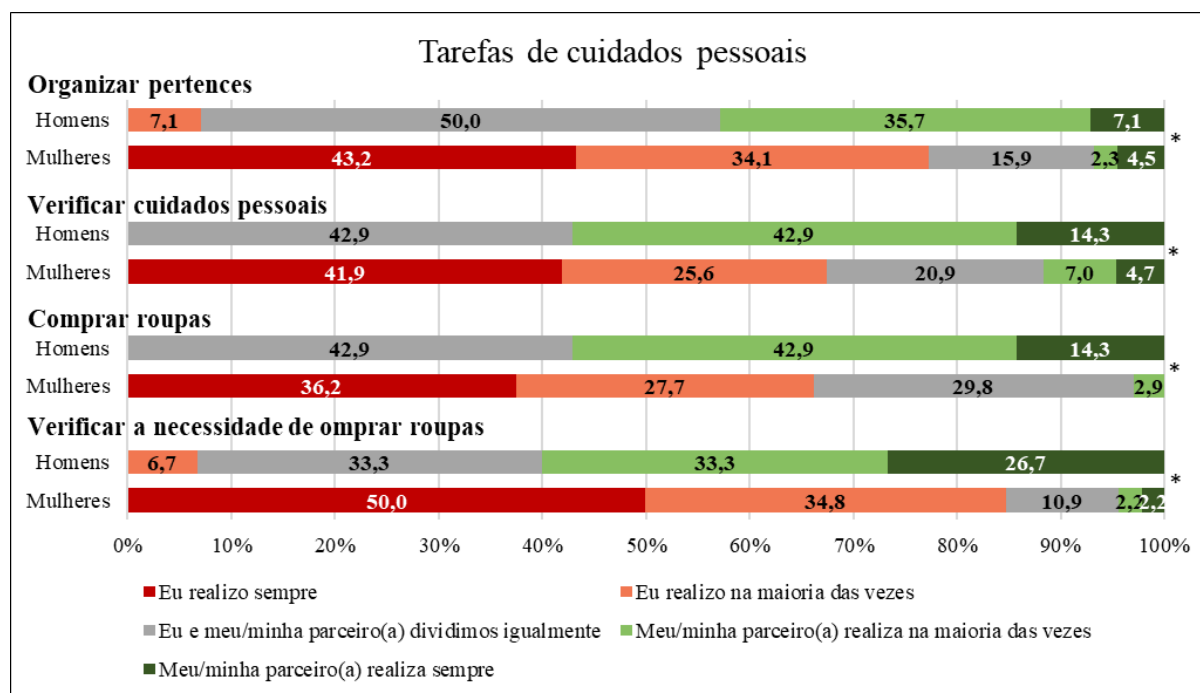
**Figura 12.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para os *Cuidados de saúde*.

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

A tarefa de *levar ao médico* foi apontada pelas mulheres como sendo maior responsabilidade delas – 73% dizem realizar sempre ou na maioria das vezes. Entre os homens, 46,7% afirmam que a dividem igualmente com a parceira e 43,3% atribuem a ela sempre ou na maioria das vezes. As mães também se perceberam como as principais responsáveis pela função de *dar remédios* aos filhos (56,3%); já os pais identificaram que a divisão dessa atividade é igualitária (73,3%). Por fim, a última atividade dessa categoria – *verificar datas de vacinação* – é compreendida como sendo de gerenciamento. Nela, 60,5% das mulheres dizem realizar sempre ou na maioria das vezes e a mesma proporção de homens (46,7%) afirmam que é dividida igualmente ou que é realizada com maior frequência pela parceira. Todas as atividades dessa

categoria apresentam significância estatística entre as repostas (*levar ao médico*:  $F = 18,92$ ;  $P = 0,001$ ; *dar remédios*:  $F = 12,73$ ;  $P = 0,005$ ; *verificar vacinas*:  $F = 29,64$ ;  $P < 0,001$ ).

A terceira categoria refere-se aos *cuidados pessoais* dos filhos. As respostas sobre essas atividades são reunidas na Figura 13.



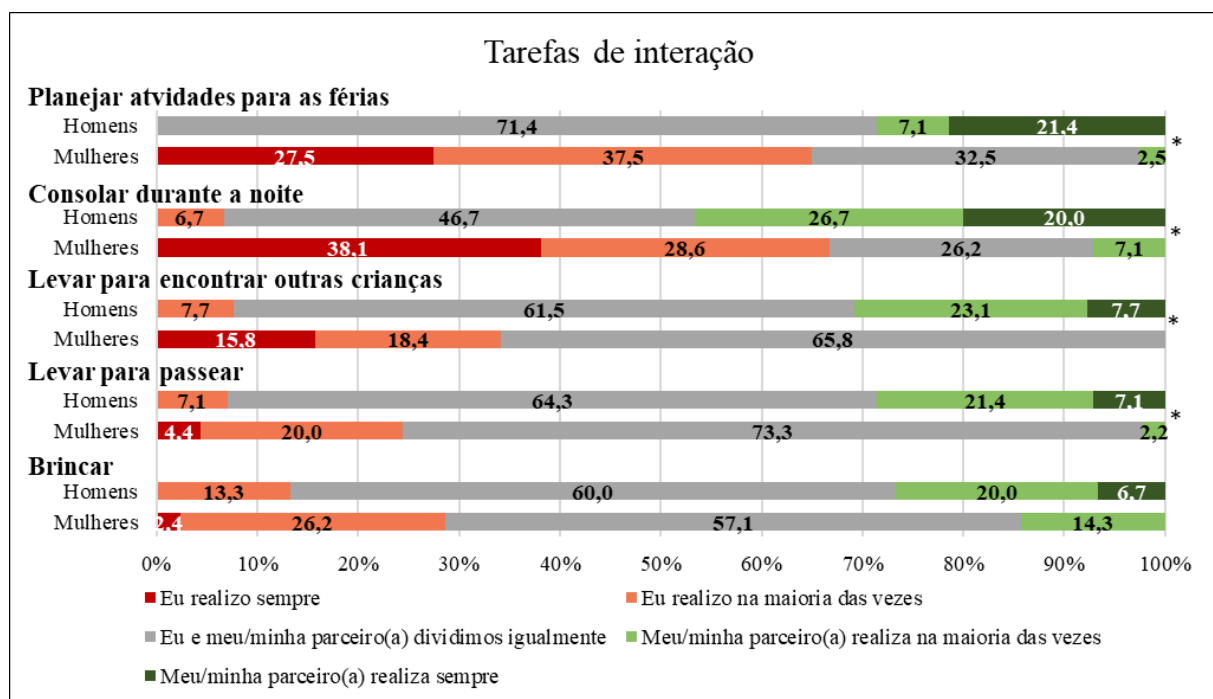
**Figura 13.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para os *Cuidados pessoais*.

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

Em todas as atividades, as mulheres se perceberam como as principais responsáveis, as realizando sempre ou na maioria das vezes – 77,3% para *organizar os pertences do seu filho*; 67,5% para *verificar a necessidade de cuidados pessoais (cortar unhas, cabelo)*; 63,9% para *levar para comprar roupas/sapatos*; 84,8% para *verificar a necessidade de comprar roupas/sapatos*. Entre os homens, com exceção de *organizar os pertences do seu filho*, em que 50% deles percebem a atividade como dividida igualmente, todas as atividades foram atribuídas majoritariamente a parceira, sempre ou na maioria das vezes (57,2%; 63,9% e 60%, respectivamente). Para todas as atividades, houve diferença estatisticamente significativa entre as respostas de acordo com o gênero (*organizar*:  $F = 24,54$ ;  $P < 0,001$ ; *verificar cuidados pessoais*:  $F = 21,71$ ;  $P < 0,001$ ; *compras*:  $F = 23,90$ ;  $P < 0,001$ ; *verificar necessidade de compras*:

F = 32,07; P < 0,001). As atividades de *verificar a necessidade de cuidados pessoais* e de *comprar roupas/sapatos* são compreendidas como de gerenciamento.

As respostas dos pais/mães referentes às *atividades de interação* com os filhos são apresentadas na Figura 14.



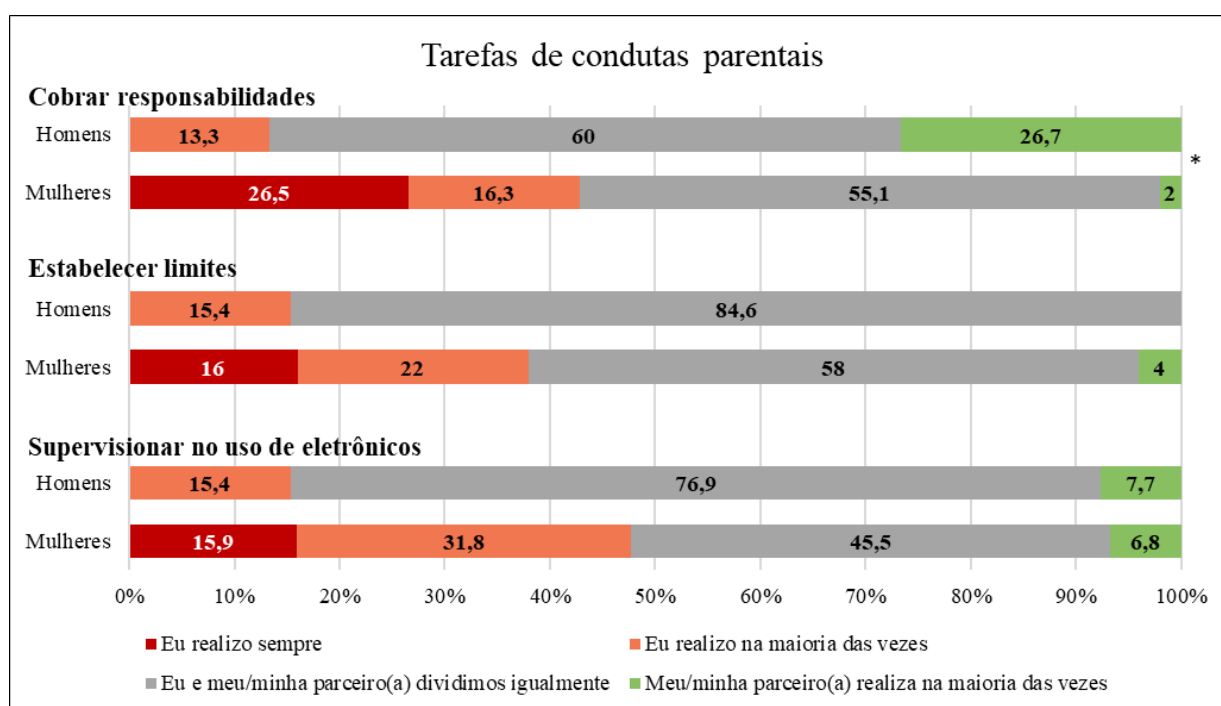
**Figura 14.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para as *Tarefas de interação*.  
Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

Na tarefa de *planejar atividades durante as férias* (gerenciamento), 65% das mulheres afirmaram que realizam tal atividade sempre ou na maioria das vezes, enquanto 71,4% dos homens indicaram que a dividem igualmente com a parceira. Em relação a *consolar o filho durante a noite*, as mulheres também se perceberam como as principais responsáveis (66,7% realizam sempre ou na maioria das vezes); os pais se dividiram majoritariamente entre afirmar que ambos realizavam tal tarefa igualmente ou que a parceira era a principal responsável (46,7%). Nessas duas atividades, as diferenças entre as respostas demonstraram ser estatisticamente significativa (*atividades nas férias*: F = 21,53; P < 0,001; *consolar*: F = 20,45; P < 0,001).



Para as demais atividades desse bloco – *levar para encontrar outras crianças, levar para passear e brincar* – ambos os gêneros indicaram majoritariamente que dividiam tal tarefa igualmente (homens: 61,5%; 64,3% e 60%, respectivamente; mulheres: 65,8%; 73,3%; 57,1%, respectivamente). Com exceção de *brincar*, as duas outras atividades demonstraram diferença estatisticamente significativa entre as repostas de homens e mulheres (*encontrar outras crianças*:  $F = 11,48$ ;  $P = 0,007$ ; *passear*:  $F = 8,67$ ;  $P = 0,035$ ).

A percepção sobre a divisão das tarefas de *condutas parentais* é apresentada na Figura 15 abaixo.



**Figura 15.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para as *Tarefas de condutas parentais*.

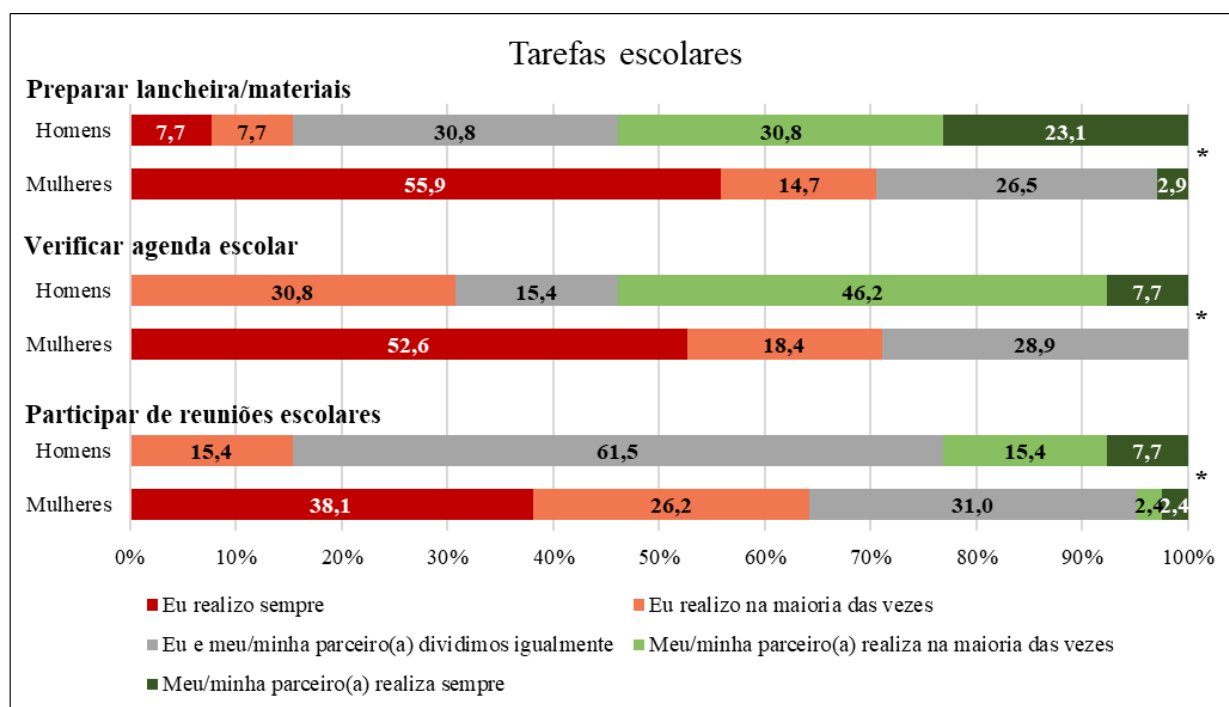
Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

Como pode ser observado, de maneira geral, homens e mulheres percebem tais tarefas como compartilhadas igualmente. Para a primeira delas – *cobrar responsabilidade do seu filho* – 60% dos homens e 55,1% das mulheres percebem que a atividade é compartilhada igualmente. No entanto, 42,8% das mulheres identificam que são as principais responsáveis por essa função,

assumindo-a sempre ou na maioria das vezes. A diferença entre as respostas demonstrou significância estatística ( $F = 11,59$ ;  $P = 0,005$ ).

Para a conduta de *estabelecer limites para o filho*, 84,6% dos homens e 58% das mulheres afirmam que a atividade é dividida igualmente. Na última atividade – *supervisionar no uso de eletrônicos* – a divisão igualitária foi apontada por 76,9% dos homens e 45,5% das mulheres. Entre as últimas, 47,7% afirmou que elas eram as principais responsáveis, realizando essa supervisão sempre ou na maioria das vezes.

A penúltima categoria de atividades corresponde às *tarefas escolares*, a qual é apresentada na Figura 16.



**Figura 16.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para as *Tarefas escolares*.

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

As atividades de *preparar a lancheira e organizar/auxiliar a organizar mochila ou material escolar* e *verificar a agenda do filho* (ambas atividades de gerenciamento), foram apontadas pelas mulheres como sendo realizadas por elas sempre ou na maioria das vezes (70,6% e 71% das respostas, respectivamente). Nessas atividades, os homens indicaram mais frequentemente que a parceira as realizava sempre ou na maioria das vezes, 53,9% das respostas

para ambas. Já para a *participação nas reuniões escolares*, 61,5% dos homens perceberam como sendo uma divisão igualitária, enquanto 64,3% das mulheres afirmaram desempenharam sempre ou na maioria das vezes tal função. Para todas as atividades, a diferença entre as repostas demonstrou significância estatística (*preparar lancheira/materiais escolares*:  $F = 18,65$ ;  $P < 0,001$ ; *verificar agenda*:  $F = 26,94$ ;  $P < 0,001$ ; *participar das reuniões*:  $F = 12,59$ ;  $P = 0,005$ ).

Por fim, a última categoria de atividades refere-se aquelas relacionadas ao *auxílio da rede de apoio*. Quanto a *verificar a disponibilidade das pessoas que auxiliam nos cuidados com os filhos* (atividade de gerenciamento), 71,4% dos homens afirmam ambos exercem essa função igualmente; já 57,1% das mulheres dizem que realizam tal tarefa sempre ou na maioria das vezes. Em relação a *pedir ajuda de terceiros para auxiliar nos cuidados com os filhos*, 64,3% dos pais percebem que eles e suas parceiras dividem a atividade igualmente, enquanto 53,6% das mães afirmam sempre ou na maioria das vezes são responsáveis por essa função. Para ambas as atividades, houve diferença estatisticamente significativa entre as respostas (*verificar disponibilidade*:  $F = 16,24$ ;  $P = 0,001$ ; *pedir ajuda*:  $F = 11,92$ ;  $P = 0,008$ ).

### 3.6.2.3 Realização da tarefa mediante a pedido do parceiro

Assim como para as tarefas domésticas, também foi avaliado para as tarefas de parentalidade como homens e mulheres percebiam o seu envolvimento e do parceiro em relação a pedir ao outro que realizasse as atividades.

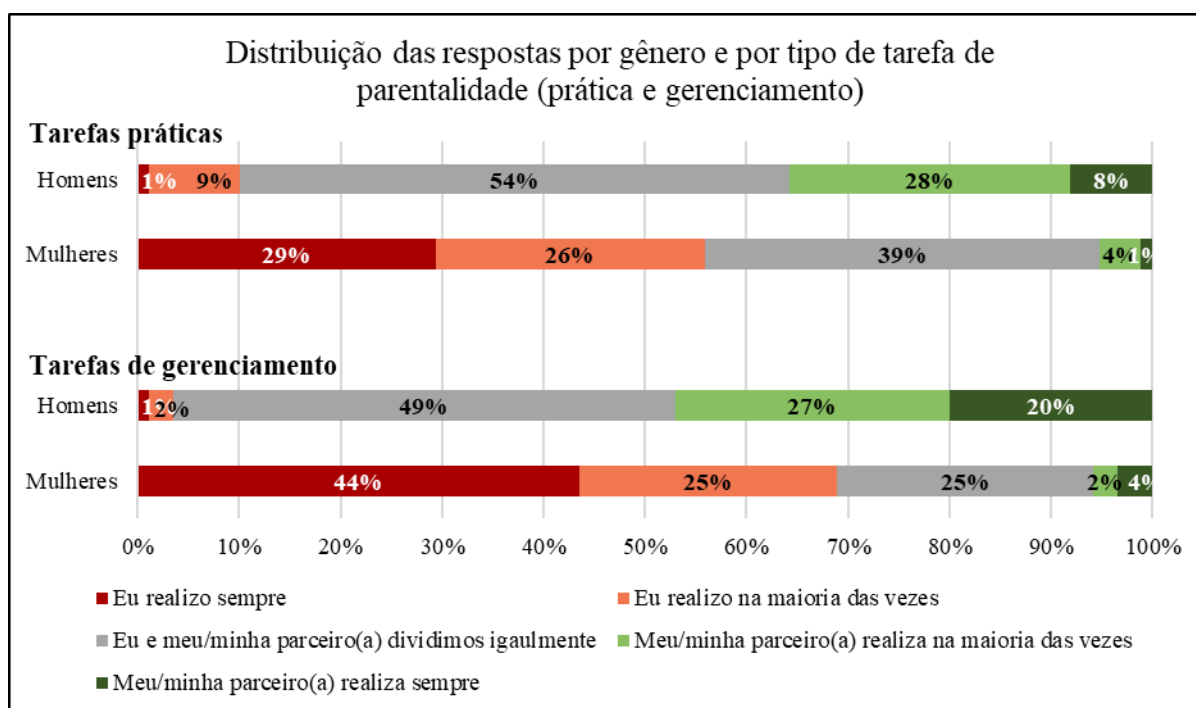
Em relação as tarefas que os participantes indicaram que seu/sua parceiro(a) realizava, a opção que afirmava que eles/elas a faziam sem que fosse necessário pedir/ajudar/lembrar foi indicada por 39,6% das mulheres e 70,6% dos homens. A resposta “meu/minha parceiro(a) realiza, mas às vezes eu preciso pedir/lembrar/ajudar” foi escolhida por 47,2% das mulheres e 29,4% dos homens. Por fim, a situação de que o companheiro(a) não realizava a não ser com alguma dessas formas de auxílio foi apontada apenas pelas mulheres, por 13,2% delas. A

diferença entre as respostas apresentou diferença estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 5,81$ ;  $P = 0,04$ ).

Já quanto à percepção dos participantes sobre as tarefas que eles mesmos realizavam, 79,2% das mulheres e 23,5% dos homens afirmaram que as faziam sem necessidade de pedido/ajuda/lembrete. A opção de resposta indicando que às vezes era necessário algum tipo de auxílio por parte do(a) parceiro(a) para que os participantes realizassem a tarefa foi escolhida por 18,9% das mulheres e 70,6% dos homens. Por fim, 1,9% das respostas femininas e 5,9% das masculinas foram na alternativa de que só realizavam as atividades com o auxílio do(a) companheiro(a). Foi encontrada significância estatística na comparação entre as respostas ( $F = 17,40$ ;  $P < 0,001$ ).

#### *3.6.2.4 Tarefas práticas X Tarefas de gerenciamento*

Assim como foi realizado para as tarefas domésticas, para as de parentalidade também foi investigado se há diferença entre a percepção de homens e mulheres quanto ao o envolvimento na realização das tarefas práticas e de gerenciamento. A Figura 17 a seguir apresenta a porcentagem de respostas de homens e mulheres – em cada uma das opções da escala – comparando-as para cada categoria de tarefa.



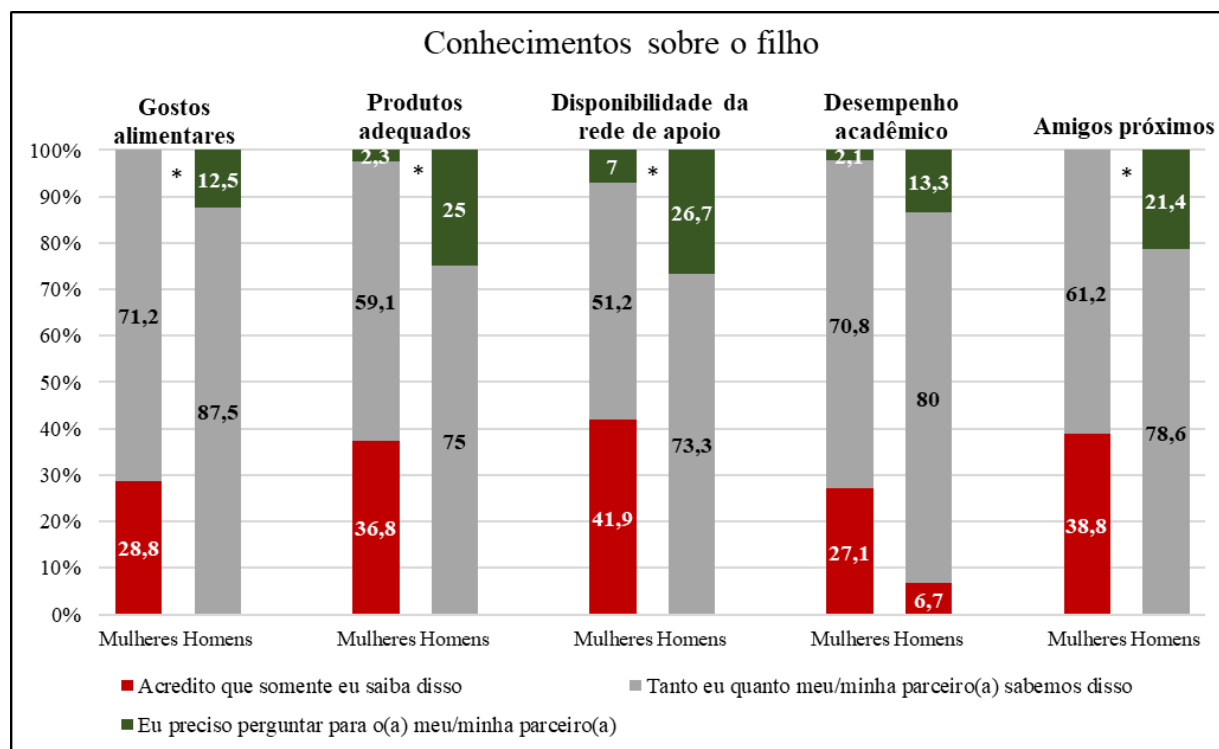
**Figura 17.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para as *Tarefas práticas* e *Tarefas de gerenciamento*.

Como apresentado, para ambos os tipos de tarefas, as mulheres se percebem como as principais responsáveis (55% das respostas para práticas e 69% para gerenciamento), enquanto os homens majoritariamente as percebem como divididas igualmente (54% das respostas para as tarefas práticas e 49% para as de gerenciamento). No entanto, além do aumento das respostas femininas, quando comparada as tarefas práticas com as de gerenciamento, nas opções de que realizam as atividades sempre ou na maioria das vezes, pode-se notar diminuição da porcentagem de respostas masculinas nessas opções (10% para 3%).

Além disso, pode-se observar que a porcentagem de respostas femininas indicando que as tarefas são divididas igualmente tem uma diminuição (39% para as práticas e 25% para as de gerenciamento). Entre as respostas masculinas, aquelas nas opções que atribuem a tarefa majoritariamente as suas parceiras têm um aumento de 36% para as tarefas práticas e 47% para as de gerenciamento.

### 3.6.2.5 Conhecimentos relacionados à parentalidade

Os conhecimentos de alguns aspectos sobre a vida dos filhos avaliados e a percepção dos pais e mães sobre o domínio sobre eles são apresentados na Figura 18 a seguir.



**Figura 18.** Distribuição das respostas de homens e mulheres para os *Conhecimentos sobre o filho*.

Nota: (\*) indica valores significativos  $p \leq 0,05$ .

É possível notar que para todos os conhecimentos, homens e mulheres indicaram com maior frequência que ambos os parceiros têm domínio sobre eles. No entanto, a incidência nessa resposta é sempre superior para os homens (*Gostos alimentares*: 87,5%; *Produtos adequados*: 75%; *Disponibilidade da rede de apoio*: 73,3%; *Desempenho acadêmico*: 80%; *Amigos próximos do filho*: 78,6%) quando comparada às mulheres (71,2%; 59,1%; 51,2%; 70,8% e 61,2%, respectivamente).

Assim, quando não indicaram domínio dos conhecimentos por ambos os genitores, as mulheres afirmaram com maior frequência que acreditavam que “somente elas sabiam” sobre: *Gostos alimentares* (28,8%); *Produtos adequados* (36,8%); *Disponibilidade da rede de apoio* (41,9%); *Desempenho acadêmico* (27,1%) e *Amigos próximos do filho* (38,8%). Já os homens,

nesses casos, indicaram que precisavam perguntar à parceira para saber (12,55; 25%; 26,7%; 13,3% e 21,4%, respectivamente).

As diferenças entre as respostas, de acordo com o gênero, apresentaram significância estatística para todos os conhecimentos avaliados, com exceção de *conhecer o desempenho acadêmico de seu filho* (*Gostos alimentares*:  $F = 11,83$ ;  $P = 0,002$ ; *Produtos adequados*:  $F = 15,37$ ;  $P = 0,001$ ; *Disponibilidade da rede de apoio*:  $F = 12,80$ ;  $P = 0,006$ ; *Amigos próximos do filho*:  $F = 17,10$ ;  $P < 0,001$ ).

### 3.7 Dados correlacionais

A partir dos dados encontrados, foi realizada a tentativa de investigar se há correlação entre as variáveis avaliadas: estereótipos de gênero X VPI; estereótipos de gênero X divisão de tarefas familiares. Para essas investigações, foi utilizado o teste de Speraman.

Para a primeira, os estereótipos de ambos os gêneros avaliados pelo instrumento utilizado apresentaram correlações baixíssimas com as formas de violência avaliadas pela CTS-2. No entanto, destaca-se que, como apresentado anteriormente, na amostra avaliada houve baixa pontuação na escala para as medidas de VPI. Assim, uma análise de correlação pode ter sido inviabilizada devido à insuficiência de dados.

Quanto à relação entre estereótipos de gênero e a divisão das tarefas familiares, foi identificado que a natureza dos instrumentos não possibilitaria realizar tal análise de forma quantitativa. A *Escala de papéis de gênero* resulta em dados que correspondem a variáveis categóricas ordinais, enquanto o instrumento que avalia divisão de tarefas oferece dados referentes a variáveis nominais. Sendo assim, essa relação será discutida apenas de forma qualitativa, de acordo com a literatura apresentada.

## 4 DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo identificar aspectos individuais, familiares e conjugais presentes na interação de casais heterossexuais a partir de uma análise de gênero. Dois

aspectos principais foram focos dessa análise: a VPI e a Percepção da divisão de tarefas familiares. Conforme apresentado anteriormente, dois modelos foram explicitados para analisar tais aspectos, considerando a relação destes com demais variáveis. Assim, a discussão dos resultados encontrados neste trabalho será norteadada pelos modelos explicativos da VPI (Figura 1) e da Percepção da divisão das tarefas familiares (Figura 3).

#### 4.1 *Estereótipos de gênero*

Um fator comum tanto ao modelo de Jewkes (2002) quanto ao modelo proposto é a questão da superioridade masculina, aqui conceitualizada como patriarcado. Tal formação social é o contexto no qual as desigualdades entre os gêneros são legitimadas e expressas, como o sexismo e os estereótipos de gênero. Estes últimos, como apontado, não se referem apenas a características diferenciadas a homens e mulheres, mas a eles são agregados valores sociais hierárquicos.

Na avaliação dos estereótipos de gênero, a partir da aplicação da *Escala de papéis de gênero* (Barros, Natividade & Hutz, 2013), os dados obtidos revelaram que tanto homens quanto mulheres tenderam a se associar com maior frequência aqueles papéis correspondentes ao seu gênero. No entanto, as diferenças estatísticas significantes foram observadas predominantemente em relação os papéis femininos. Essa diferença pode refletir maior flexibilidade das mulheres para assumirem características compreendidas como masculinas do que o oposto.

Ao observar os papéis avaliados pela escala, pode-se notar que aqueles compreendidos como masculinos correspondem, de maneira geral, a características que são vistas como positivas para ambos os gêneros (ex.: autoconfiante, com poder, livre), embora possam ser mais naturalizadas para os homens. Já os papéis descritos na escala como femininos são altamente associados à feminilidade (ex.: afeto, sensibilidade, intuição), o que normalmente reflete em uma rejeição dessas características pelos homens como forma de atestar a masculinidade. Apesar de as desigualdades de gênero culminarem em diversas consequências para as mulheres, entre os



homens há uma cobrança social mais expressiva para que confirmem sua masculinidade do que às mulheres quanto à feminilidade.

Embora os estereótipos avaliados pela escala apresentassem uma variação limitada e não necessariamente correspondam diretamente com as demais variáveis avaliadas nesse estudo, os dados encontrados apresentam relevância. Como a literatura sobre estereótipos de gênero aponta, a partir dos estereótipos descritivos, os prescritivos emergem e indicam os papéis sociais de homens e mulheres, determinando as normas de comportamentos apropriados e não apropriados a cada um dos gêneros (Fiske & Stevens, 1993 citado por Nogueira & Saavedra, 2007; Heilman, 2012). Assim, pode-se compreender que os estereótipos de gênero aqui avaliados representam um indicativo de outras relações de gênero mais complexas, as quais extrapolam os limites desse estudo.

#### 4.2 *Violência entre parceiros íntimos*

A VPI foi explicitada teoricamente pelo modelo de Jewkes (2002) (Figura 1). Como apresentado, a autora destaca dois fatores chave para a ocorrência da VPI, sendo um deles a cultura da violência, a qual se manifesta pela sua naturalização como um recurso para a resolução de conflitos, incluindo aqueles presentes na esfera dos relacionamentos íntimos.

Nesse sentido, o instrumento aqui utilizado para identificar a presença de VPI (CTS-2, IBGE, 1999), teve como enfoque analisar tal questão a partir da identificação das táticas de resolução de conflito utilizadas pelo casal. Na amostra avaliada, como indicado pelos resultados, houve baixo relato de VPI, ou seja, os participantes frequentemente relataram o uso de táticas de resolução de conflito não-violentas.

O segundo aspecto apontado por Jewkes (2002) como fator chave para a ocorrência de VPI é a ideologia de superioridade masculina, e suas decorrentes manifestações, como apresentado no modelo e discutido no item anterior. No entanto, devido a esse baixo relato de VPI na amostra avaliada, não foi possível realizar análises de correlação entre a VPI e os

estereótipos de gênero da maneira que foram aqui avaliados. No entanto, a revisão integrativa da literatura realizada e apresentada na sessão de Introdução, forneceu dados qualitativos importantes para discutir a relação entre esses dois construtos no contexto deste estudo.

Os dados fornecidos pelos artigos analisados indicaram relação entre VPI, especialmente na forma física, e estereótipos de gênero. As menções frequentemente destacaram aqueles relacionados às funções familiares, demonstrando que os estereótipos masculinos e femininos nesse contexto refletiam uma dicotomia que guiava o bom funcionamento das dinâmicas familiares e afetivas. No presente estudo, os dados avaliados pela escala de papéis de gênero, assim como aqueles indicados pela divisão de tarefas, demonstram, respectivamente, padrões estereotipados quanto às características (especialmente em relação aos homens) e quanto à distribuição de funções no ambiente doméstico.

Embora a amostra avaliada no presente estudo não tenha relatado experiência de violência física, e o instrumento utilizado (CTS-2) se restrinja a medir formas limitadas de violência (física e psicológica, em diferentes níveis), é importante, ao avaliar desigualdades de gênero, ressaltar que a violência é estrutural. A VPI contra as mulheres é considerada como uma das formas de manifestação do componente comportamental do sexismo nas relações interpessoais, no entanto é produto da sociedade patriarcal que destina uma posição de maior valor social aos homens em detrimento das mulheres (Ferreira, 2004; Saffioti, 2004).

Além disso, como destaca Jewkes (2002), ambos os fatores chave para a manifestação da VPI são intensificados ao interagirem com demais fatores de risco (ex.: pobreza, o uso de álcool e dificuldades econômicas). Estes, por sua vez, estão inter-relacionados de forma bidirecional, ou seja, quando um deles é alterado, mesmo que este seja em nível contextual, pode ter uma influência no risco de violência em nível individual. Os artigos avaliados na revisão da literatura foram realizados, com frequência, em contextos em que estes e demais fatores de risco foram identificados (ex.: desemprego e situação pós-guerra). Já os participantes do presente estudo, por outro lado, compuseram uma amostra com perfil econômico e educacional elevados. Assim, a

VPI pode ser entendida como a consequência máxima da manifestação da desigualdade de gênero. No entanto, devido ao seu caráter complexo e multifatorial, não pode ser explicada exclusivamente por ela. A desigualdade de gênero, portanto, compreende o fator comum à manifestação da VPI, ou seja, os demais fatores de risco para a violência contra a mulher só representam de fato um risco para elas por ocorrerem em um contexto de injustiça social que inferioriza o gênero feminino.

Os dados encontrados sobre estereótipos de gênero individuais e na distribuição das tarefas familiares sugerem o reflexo, na família, das relações sociais de gênero desiguais. Ainda que não haja a manifestação da VPI, as desigualdades de gênero estão presentes na família, inclusive de formas para além das variáveis avaliadas nesse estudo.

#### 4.3 *Bem-estar e satisfação com o relacionamento*

Como apresentado no modelo aqui proposto (Figura 3), o bem-estar individual e a satisfação com o relacionamento são variáveis que se relacionam, bidireccionalmente, com a Percepção da divisão das tarefas familiares.

Sobre o primeiro aspecto – bem-estar individual – os dados obtidos a partir da *Escala de qualidade de vida* e da *Escala de autoestima*, revelaram, na comparação entre os gêneros, medidas inferiores para as mulheres em relação a todos os aspectos avaliados, com exceção das *relações pessoais*. A diferença, no entanto, demonstrou ser estatisticamente significativa apenas para o *domínio psicológico*. Neste, as questões da escala que o compõe referem-se à percepção do aproveitamento e do sentido da vida, capacidade de concentração, questões de autoestima e frequência de sentimentos negativos (mau-humor, ansiedade, depressão). É possível sugerir que tais aspectos são fatores associados com o sentimento de sobrecarga e acúmulo de funções, assim como apontado pelo estudo de Ciciolla e Luthar (2019).

O segundo aspecto, a satisfação com o relacionamento, abrangeu especialmente a avaliação do apoio emocional recebido do(a) parceiro(a) relacionados com a conciliação entre demandas profissionais e familiares. Embora os dados terem indicado que as médias masculinas

foram superior às femininas para todos os aspectos avaliados pela escala, não foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre os gêneros.

#### 4.3.1 *Maternidade e paternidade: bem-estar e satisfação com o relacionamento*

Além da avaliação das medidas de bem-estar e satisfação com o relacionamento comparadas entre homens e mulheres, também foi apontado no modelo apresentado (Figura 3) que a variável *gênero* atuaria em conjunto com a variável *ter filhos/idade dos filhos*, propondo, assim, a hipótese de que a maternidade e paternidade atuaria de maneiras distintas sobre as demais variáveis.

Inicialmente, a comparação foi realizada entre aqueles participantes que tinham filhos e os que não tinham. A diferença estatisticamente significativa foi observada apenas para o *Domínio físico*, sendo inferior para os pais/mães. Considerando que este envolveu a avaliação de saúde física (dor ou desconforto, energia e fadiga, necessidade do uso de medicação ou tratamentos de saúde com frequência), qualidade do sono e capacidade física para o trabalho, para realizar atividades cotidianas e mobilidade, pode-se considerar que a medida inferior para aqueles que têm filhos pode representar um impacto na saúde física devido a uma maior quantidade de demandas a serem atendidas quando os indivíduos tornam-se pais e mães. Posteriormente, quando realizada a comparação por gênero, pode-se perceber que, entre as mulheres, não houve diferenças estatisticamente significativas entre aquelas que eram mães e as que não eram. Já entre os homens, essa diferença foi observada para o *Domínio psicológico*, sendo inferior para aqueles que eram pais. Tanto os dados gerais, quanto os dados referentes ao gênero, pode-se perceber que a condição de ter filhos atua sobre as variáveis de bem-estar, especialmente nos aspectos relacionados a saúde física e psicológica.

Em relação à *Satisfação com o relacionamento*, como apontado, a escala utilizada avaliou especialmente o apoio recebido do(a) parceiro(a) para a conciliação de demandas familiares e profissionais. Para tais aspectos, foi observado diferenças estatisticamente significativas entre os

participantes com e sem filhos. Esses dados podem demonstrar as dificuldades enfrentadas por pais e mães para estabelecer o equilíbrio entre trabalho e família, como é apontado no estudo de Vanalli (2012), que identificou, de maneira quantitativa, que homens e mulheres percebem mudanças negativas no âmbito profissional após a chegada dos filhos. No entanto, ao realizar a comparação de acordo com o gênero, a diferença estatisticamente significativa foi encontrada apenas para as mulheres, sendo todos os aspectos inferiores para aquelas que eram mães. Tais resultados podem ser relacionados com os dados qualitativos do estudo de Vanalli (2012), que demonstraram que as mulheres percebem mais aspectos negativos impactando no trabalho após o nascimento dos filhos do que os homens. Assim, pode-se compreender que, como indica a hipótese apresentada no modelo aqui proposto (Figura 3), as variáveis *gênero* e *ter filhos/idade dos filhos* atuam conjuntamente sobre as demais, indicando que os impactos em esferas diferentes da vida não são os mesmos para a maternidade e a paternidade.

A partir dos dados encontrados no presente estudo e de estudos anteriores, nota-se que o nascimento dos filhos traz impactos na conciliação entre demandas profissionais e familiares para os indivíduos, em especial para as mulheres. Analisando tais diferenças a partir de uma perspectiva das desigualdades de gênero no contexto familiar, pode-se compreender que o apoio inferior que as mulheres encontram de seus parceiros está pautado na centralidade do papel feminino na família pelo estereótipo de cuidadora. Assim como os dados de pesquisas anteriores demonstram (AVON, 2016) e como Araújo e Scalon (2006) discutem em seu estudo, embora as mudanças sociais e econômicas permitiram a aceitação da função da mulher também como provedora, esta ainda é acompanhada da valorização da ocupação feminina do espaço tradicional (casa e maternidade).

Além disso, o maior tempo dedicado e a maior responsabilidade atribuída às mulheres para a realização das atividades familiares, também pode impactar para que elas percebem um apoio conjugal inferior para a conciliação das demandas profissionais e familiares, visto que podem se sentir sobrecarregadas com o compartilhamento desigual e, conseqüentemente,

perceberem menos suporte de seus parceiros. Sobre a conciliação de demandas familiares e profissionais, evidenciadas pelas medidas de *Satisfação com o relacionamento*, vale ressaltar as considerações apontadas por Hirata e Kergoat (2007) sobre o “modelo da conciliação” na divisão sexual do trabalho. Para as autoras, este modelo, embora não restrinja os espaços públicos aos homens e o privado às mulheres (como o modelo tradicional da divisão sexual do trabalho), ainda está distante de uma igualdade entre os gêneros. Isso porque, a conciliação entre as duas esferas e os múltiplos papéis cabe, normalmente, quase que exclusivamente às mulheres. É fato que, a necessidade de conciliar demandas familiares e profissionais deriva da entrada expressiva das mulheres no mercado de trabalho e não da maior participação dos homens na esfera doméstica.

Assim, a responsabilidade de conciliação recai de forma mais expressiva sobre as mulheres, especialmente sobre aquelas que são mães, como pode ser identificado nos resultados do presente estudo e de estudos anteriores. A influência dessas variáveis sobre a divisão das tarefas familiares será discutida a seguir.

#### 4.4 *Percepção da divisão das tarefas familiares*

Em relação ao tempo dedicado às tarefas familiares, pode-se notar que não houve diferenças significativas quanto às respostas de homens e mulheres. Embora, especialmente para as tarefas de parentalidade, as mulheres indicaram com maior frequência se dedicarem mais horas, a distribuição para ambos os gêneros foi semelhante. As respostas também se assimilaram para o tempo dedicado a essas tarefas aos finais de semana, em que homens e mulheres indicaram ser superior quando comparado aos dias de semana, especialmente no tempo dedicado aos cuidados com os filhos, como também foi observado em estudo anterior (Vanalli, 2012). É importante destacar que, quanto às tarefas domésticas, os participantes indicaram com frequência que recebiam ajuda de terceiros (familiares ou serviços contratados), o que pode interferir no tempo que relataram sobre dedicar-se a estas. Essa condição é reflexo, provavelmente, do perfil

socioeconômico da amostra, a qual pertencia a classes econômicas elevadas, como indicado na caracterização dos participantes.

Em relação à satisfação com o tempo dedicado às tarefas, as mulheres indicaram sentirem-se menos satisfeitas do que os homens para as atividades domésticas, enquanto para os cuidados com os filhos a média de satisfação foi praticamente a mesma (mediana). Quanto ao sentimento de sobrecarga, as mulheres afirmaram sentirem-se mais sobrecarregadas quando comparadas aos homens, especialmente em relação às atividades de parentalidade. Embora as diferenças não tenham indicado significância estatística, dados no mesmo sentido foram encontrados por outros estudos (Ciciolla & Luthar, 2019; Vanalli, 2012;).

A avaliação da percepção da sobrecarga do(a) parceiro(a) demonstrou que os homens percebem suas parceiras mais sobrecarregadas do que o oposto. Além disso, os homens relataram perceber suas parceiras mais sobrecarregadas do que as mulheres percebem a si mesmas. Já os homens indicaram sentir-se mais sobrecarregados do que como as mulheres percebem seus parceiros.

Essa diferenciação pode ser discutida a partir de algumas hipóteses. É provável que com o aumento do envolvimento masculino na realização das tarefas familiares com o passar dos anos (IBGE, 2019b) os homens se sintam mais sobrecarregados do que são avaliados pelas parceiras por se perceberem realizando mais atividades do que as expectativas sociais os impõe. As mulheres, por outro lado, ao realizarem as tarefas domésticas, agem em concordância com o que é esperado delas socialmente, assim sentem-se menos sobrecarregadas do que é percebido por seu parceiro. Tais expectativas sociais também podem ser explicativas para o fato de os homens terem indicado com maior frequência que as tarefas, especialmente as domésticas, são divididas igualmente, ainda que percebam suas parceiras mais sobrecarregadas do que eles.

Tal hipótese também é discutida pelos estudos de Vanalli (2012) e Cyrino (2009) ao avaliarem a diferença na percepção de homens e mulheres quanto à participação nas atividades domésticas. Ao discutir isso, especialmente no estudo de Cyrino (2009), é apontada a diferença

entre os gêneros enfatizando que, enquanto para as mulheres tais atividades fazem parte de um conjunto múltiplo de funções, para os homens representam um caráter residual, ocupando o tempo “livre” do trabalho remunerado. Assim, pode-se notar a influência da divisão sexual do trabalho, a qual destina à mulher a apropriação do ambiente doméstico (Kergoat, 2009).

Outra hipótese está associada com o gerenciamento das tarefas. Embora a participação masculina tenha aumentado, esta refere-se especialmente às tarefas práticas, como demonstrado pelos dados. Assim, as mulheres podem ter dificuldades de identificar a participação de seus parceiros na realização das tarefas, e conseqüentemente o quanto eles também podem sentir-se sobrecarregados, dentro dos parâmetros masculinos, visto que o gerenciamento, realizado por elas, envolve uma atuação mais constante, enquanto às tarefas práticas (compartilhadas entre o casal) envolvem uma atuação pontual.

Considerando a percepção da divisão de tarefas de acordo com o tipo, os dados encontrados demonstram perspectivas distintas entre homens e mulheres. Sobre as tarefas domésticas práticas, foi observado que as mulheres se percebem como as principais responsáveis pelo preparo de refeições ao longo da semana e a realização das tarefas de faxina da casa e de cuidados com roupas, assim como a pessoa de referência sobre os conhecimentos domésticos relacionados a tais atividades. Quanto à atribuição ao parceiro, a atividade de “fazer pequenos reparos” e as tarefas financeiras foram as mais indicadas pelas mulheres. Entre as respostas masculinas, a maior tendência foi a dos participantes afirmarem que as tarefas eram divididas igualmente entre ambos. As tarefas em que eles atribuíram como principal responsabilidade sua foram, também, as financeiras e de “fazer pequenos reparos”. Já as tarefas atribuídas com maior frequência à parceira foram aquelas relacionadas à faxina e cuidados com roupas.

As tarefas práticas de parentalidade apresentaram tendência semelhantes entre as respostas, embora com as diferenças entre os gêneros mais evidenciadas. As mulheres tenderam a indicar que realizam majoritariamente os cuidados com os filhos, enquanto os homens responderam mais frequentemente que estes eram divididos igualmente ou realizados



predominantemente pela parceira. As atividades de interação com o filho e de condutas parentais foram as mais indicadas como sendo compartilhadas igualmente, por ambos os gêneros.

Entre as tarefas práticas, pode-se perceber um viés de gênero. As mulheres assumem mais responsabilidades pelas tarefas de limpeza/organização e cuidados; os homens realizam mais atividades de consertos e financeiras e ambos compartilham as atividades de interação e de condutas parentais com os filhos. Tais dados estão em conformidade com aqueles indicados pelo IBGE (2019b), que evidenciam o marco de gênero de acordo com o tipo de tarefa. Nesse sentido, vale destacar que as tarefas associadas ao gênero feminino são constantes para o funcionamento da rotina familiar, enquanto as tarefas destinadas aos homens apresentam um caráter mais esporádico, evidenciando, mais uma vez, a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009).

Na mesma direção, as tarefas de gerenciamento também indicam a apropriação feminina do espaço doméstico, especialmente na percepção das mulheres. Como os dados demonstraram, entre os homens há a tendência de atribuir menos a si tais tarefas e mais igualmente ou a parceira, enquanto as mulheres afirmam, com maior frequência, serem as principais responsáveis. A diferenciação foi ainda mais evidente em relação aos cuidados com os filhos, em que raramente as tarefas de gerenciamento foram assumidas por ou atribuídas aos homens, como também foi encontrado na literatura que avaliou as tarefas de gerenciamento (Ciciolla & Luthar, 2019; Meier et al., 2006).

Os dados encontrados no presente estudo referente às tarefas de gerenciamento, como indicado, vão ao encontro da literatura apresentada (Ahn et al., 2017; Ciciolla & Luthar, 2019; Meier et al., 2006) demonstrando a importância da avaliação desse aspecto na divisão de tarefas familiares. Além disso, as atividades de gerenciamento evidenciam um outro modelo sobre a divisão sexual do trabalho apresentado por Hirata e Kergoat (2007), o “modelo da delegação”. As autoras apontam que este surge nas sociedades não somente quando as mulheres ingressam no mercado de trabalho, mas sim, quando passam a assumir profissões de nível superior, perfil correspondente às participantes da presente pesquisa. Nesse contexto, as mulheres possuem

meios para delegarem a “outras mulheres” a realização das tarefas domésticas e familiares, como também foi indicado pelos dados. O que é discutido pelas autoras, no entanto, é que, neste modelo, o tradicionalismo é apenas “disfarçado de modernidade”, visto que, da perspectiva da análise de desigualdades de gênero, dois pontos principais são mantidos. O primeiro deles refere-se ao fato de o trabalho doméstico continuar vinculado às mulheres, no caso as domésticas/diaristas/faxineiras. O segundo é que, por detrás da delegação, há quase sempre uma mulher, o que expressa o gerenciamento das demandas domésticas e familiares, ainda que estas sejam terceirizadas a outras mulheres.

Este segundo ponto também se relaciona com outro aspecto do gerenciamento aqui avaliado: a realização da tarefa mediante ao pedido do(a) parceiro(a). Mesmo que não haja a delegação de tarefas a serviços contratados, é frequente que as mulheres deleguem as atividades aos seus parceiros. Os dados demonstraram que, especialmente em relação ao cuidado com os filhos, as mulheres indicam com frequência a necessidade de lembrar/auxiliar/pedir para que o parceiro realize as tarefas; enquanto os homens indicam com menor frequência que as parceiras requisitam esse tipo de auxílio deles. Tais dados podem ser relacionados com os achados dos estudos de Ahn et al. (2017) que identificaram que, nos relacionamentos íntimos, os homens são menos propensos a terem esse comportamento para com suas parceiras. Como as autoras discutem sobre tais resultados, os estereótipos femininos caracterizam as mulheres como comunitárias/educadoras/altruístas, esperando que sejam mais propensas a oferecerem esse tipo de auxílio. Isso reflete em padrões diferentes para os comportamentos de mulheres e homens, sendo que, em relação aos segundos, a cobrança social para se envolverem nesse tipo de trabalho é menos imposta.

Como apresentado no modelo aqui proposto (Figura 3), as variáveis secundárias avaliadas se relacionam entre si, como também com a *Percepção da divisão de tarefas familiares*, que foi foco desse estudo. No entanto, como apontado na hipótese levantada, além destas interações, as variáveis *gênero* e *ter filhos/idade dos filhos*, de forma conjunta, atuam

sobre algumas das demais, inclusive sobre a questão da divisão de tarefas. Assim, vale ressaltar a análise dos dados encontrados sobre a perspectiva diferenciada da maternidade e paternidade.

Como demonstrado pelos dados, as diferenças de homens e mulheres sobre a percepção da divisão de tarefas familiares torna-se mais evidente para aqueles referentes aos cuidados com os filhos. Nesse sentido, é importante contextualizar o conceito de “cuidado”, o qual, para Araújo e Scalon (2005), diz respeito “a provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional às pessoas” (p. 22). A incorporação deste conceito, segundo as autoras, é importante para resgatar aspectos importantes das relações sociais que ocorrem no cotidiano familiar, os quais ultrapassam as atividades mecânicas da rotina doméstica. Após o período industrial, devido aos papéis familiares que se estabeleceram, materializou-se a crença de que a mãe deve dedicar-se integralmente aos filhos (Narvaz & Koller, 2006), sendo insubstituível para o bem-estar infantil e, conseqüentemente, assumindo um papel de maior relevância quando comparado à paternidade (Botton et al., 2015; Walsh, 2016). Diante dos dados da presente pesquisa e de pesquisas anteriores (Ciciolla & Luthar, 2019; Vanalli, 2012; Meier et al., 2006), pode-se compreender que tal concepção ainda guia a distribuição de funções familiares entre os casais.

A avaliação aqui realizada das atividades de gerenciamento pincela as questões de cuidado para além de atividades mecânicas, mas estas não esgotam todo o âmbito do cuidado. No entanto, os dados encontrados especialmente na avaliação dessas atividades direcionadas à parentalidade, que vão ao encontro de demais estudos (Ciciolla & Luthar, 2019; Meier et al., 2006), se direcionam para a expressão o estereótipo maternal feminino. Para Cyrino (2012), apesar da presença crescente da mulher no mercado de trabalho colocar em questão o modelo de “dona de casa”, a ideologia que veiculou o papel da mulher essencialmente como maternal ainda permanece forte na sociedade e, portanto, o conceito de “cuidado” exerce uma influência importante na construção da identidade feminina e, conseqüentemente, reflete no processo de divisão do trabalho doméstico entre um casal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E LIMITAÇÕES

O presente estudo teve enfoque em investigar as relações de gênero no contexto familiar. Como discutido, as organizações sociais, incluindo a família, foram estruturadas a partir do sistema patriarcal. Atualmente, com algumas conquistas que almejam a igualdade de gênero já alcançadas, há uma mescla entre valores sociais mais tradicionais e aqueles que questionam tal estrutura.

Os estereótipos de gênero demonstram ainda serem presentes na organização familiar e na interação entre casais, especialmente no compartilhamento desigual das tarefas domésticas e parentais. As tarefas de gerenciamento indicam ser um fator importante dessa desigualdade, pois acentuam o acúmulo de funções às mulheres ainda que muitas delas fiquem “invisíveis”. A dupla jornada (ou até tripla) acarreta impactos na saúde mental e ascensão profissional das mulheres. Além disso, como demonstrado, o não reconhecimento da carga mental feminina pode trazer prejuízos também para as relações conjugais.

Em relação à participação dos homens nessas atividades, pode-se perceber que há uma diferença de parâmetros. Embora estes estejam cada vez mais compartilhando as atividades com suas parceiras, a compreensão do que seja um compartilhamento de fato igualitário é bastante distinta para homens e mulheres. As expectativas sociais para o desempenho das tarefas familiares ainda são fortemente estereotipadas de acordo com o gênero, estabelecendo parâmetros distintos para cada um. Nesse sentido, vale destacar que a divisão sexual do trabalho – e a conseqüente distinção entre os espaços públicos e privados – pode refletir também em dificuldades, para ambos os gêneros, de adotar um compartilhamento de tarefas igualitário. Uma vez que os homens são valorizados pela sua atuação no espaço público, as mulheres são valorizadas pelo desempenho doméstico, o que pode representar uma dificuldade para elas ao se desvincularem do domínio familiar, por implicar em uma perda de “poder” no espaço onde são mais reconhecidas. Da mesma forma, entre os homens, assumir as tarefas domésticas – de menor prestígio social – também pode ser interpretada como a perda de status.

Nesse sentido, os dados apresentados e discutidos demonstram o quanto os estereótipos são enraizados na cultura e reproduzidos, o que é reflexo da socialização precoce de gênero. Dessa forma, ressalta-se a relevância da educação sobre gênero desde a infância, a qual permita uma socialização pautada na equidade entre homens e mulheres, assim como a pluralidade de papéis que ambos podem assumir.

O estudo contou com algumas limitações. A primeira delas refere-se à amostra ser composta majoritariamente por mulheres e indivíduos com alta classe econômica e escolaridade. A predominância de mulheres pode ter sido reflexo do próprio tema da pesquisa, o qual despertou maior interesse feminino em compartilhar suas experiências. Já a questão da classe econômica e educacional foram, provavelmente, devidos, ao método de coleta *online* e aos serviços de divulgação adotados, os quais eram vinculados à universidade.

Quanto ao instrumento elaborado para fins deste estudo – *Escala de divisão de tarefas domésticas e de parentalidade* – foi indicado índices de confiabilidade elevados, demonstrando adequação para os objetivos da pesquisa. No entanto, vale destacar algumas limitações referentes à definição de *tarefas de gerenciamento*. Como demonstrado por estudos anteriores, tal conceito contempla as tarefas familiares (domésticas e de cuidados com os filhos) além da execução destas, mas sim a sua elaboração, planejamento e organização para que alguma tarefa seja executada. No presente estudo, estas tarefas foram representadas, por exemplo por “verificar a disponibilidade de produtos e utensílios para cozinhar”. Além disso, também foram consideradas como gerenciamento aquelas ações e respostas frente alguma demanda da casa/família quando esta é identificada, como por exemplo “colocar as roupas na máquina quando estão acumuladas” ou “verificar os cuidados pessoais dos filhos (cortar unha, cabelo, etc.)”. Para além dessas tarefas, há uma gama de atividades que não foram abarcadas pelo instrumento, mas que seriam interessantes de ser investigadas, tais como a responsabilidade afetiva e cuidado emocional da família. A avaliação de todas essas formas de tarefas de gerenciamento é complexa, visto que é difícil mensurar o tempo e recursos pessoais investidos na realização destas. Assim, sugere-se

que estudos futuros aprimorem a avaliação destas atividades, assim como as formas abarcadas em sua definição.

Além disso, outro ponto enfatizado refere-se a própria ordem de apresentação das perguntas no questionário. Aquelas que investigavam o tempo dedicado às tarefas, satisfação com este e sentimento de sobrecarga antecediam a escala que apresentava as tarefas para o respondente indicar quem as realizava com maior frequência. Há a possibilidade de que se a ordem fosse contrária, os participantes poderiam variar suas repostas para as variáveis de tempo, satisfação e sobrecarga, visto que poderiam se perceber mais ou menos responsáveis pelas atividades após identificarem a distribuição destas entre si e o(a) parceiro(a).

Por fim, sugere-se aspectos para serem investigados em estudos futuros. Primeiro, seria importante analisar as questões aqui levantadas na perspectiva de dados qualitativos, visto que estes podem oferecer conteúdos mais complexos sobre as relações de gênero no ambiente familiar, os quais complementem a discussão do presente e demais estudos. Além disso, recomenda-se o uso de entrevistas pessoais como forma de aprofundar a compreensão da percepção de homens e mulheres. Outras formas de mensurar o envolvimento nas atividades familiares, como solicitar que os participantes descrevam as tarefas que realizam, também podem oferecer dados importantes sobre a maneira que os cônjuges distribuem e compartilham as atividades. Também é relevante apontar que pesquisas futuras realizem tais investigações com amostras diversificadas quanto à classe econômica e escolaridade, assim como com maior número de participantes do gênero masculino.

Apesar das limitações encontradas, conclui-se que a presente pesquisa possa contribuir para o reconhecimento do aspecto do gerenciamento na divisão de tarefas familiares. Também se destaca a contribuição na investigação das relações de gênero no ambiente familiar, em especial a atuação dos estereótipos na manutenção de relações desiguais nesse contexto, ainda que não haja manifestação da VPI.

## REFERÊNCIAS

- Ahn, J. N., Haines, E. L., & Mason, M. F. (2017). Gender stereotyping and the coordination of mnemonic work within heterosexual couples: romantic partners manage their daily to-dos. *Sex roles, 77*, 435-452.
- Aisyah, S. & Parker, L. (2014). Problematic Conjugations: women's agency, marriage and domestic violence in Indonesia. *Asian Studies Review, 38*(2), 205-223.
- Altinöz, S. T., Altinöz, A. E., Utku, C., Eşsizoglu, A., & Candansayar, S. (2018). Femicide: Psychosocial characteristics of the perpetrators in Turkey. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 1-13
- Alvarez, C., Limeiras-Fernandez, M., Holliday, C. N., Sabri, B., & Campbell, J. (2018). Latina and Caribbean immigrant women's experiences with intimate partner violence: a story of ambivalent sexism. *Journal of Interpersonal Violence, 1-24*.
- Ahmad, F., Driver, N., McNally, M. J., & Stewart, D. E. (2009). "Why doesn't she seek help for partner abuse?" An exploratory study with South Asian immigrant women. *Social Science & Medicine, 69*, 613-622.
- Amâncio, L. (1992). As assimetrias nas representações do gênero. *Revista Crítica de Ciências Sociais, 34*, 9-22.
- Anderson, B. (2000). *Doing the Dirty Work: The Global Politics of Domestic Work*. Londres: Zed Books.
- Araújo, C. & Scalón, C. (2005). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Araújo, C. & Scalón, C. (2006). Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 21*(62), 45-68.
- Araújo, I. M., Lima, J. C., & Borsoi, I. C. F. (2011). Operárias no Cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica. *Estudos Feministas, 19*(3), 705-732.

- Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas – ABEP. (2018). *Critério de classificação econômica Brasil*. Recuperado de <http://www.abep.org/criterio-brasil>.
- Ávila-Burgos, L., Valdez-Santiago, R., Barroso-Quiab, A., Híjar, M., Rojas, R., & Río-Zolezzi, A. D. (2014). Prevalencia y factores asociados a violencia de pareja em usuárias de servicios públicos de salud em México: um análisis comparativo. *Revista de Investigación Clínica*, 66(1), 45-58.
- Barros, M. C., Natividade, J. C. & Hutz, C. S. (2013). Construção e validação de uma medida de papéis de gênero. *Avaliação Psicológica*, 12(13), 317-324.
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinsk, M., & Strey, M. N. (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando Famílias*, 19(2), 43-56.
- Brasil (2006). *Artigo 7º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Recuperado de <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>.
- Bruschini, C. (1994). Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectiva para o futuro. *Estudos Feministas*, 2(1), 17-32.
- Bruschini, C. & Lombardi, M. R. (2000). A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, 110, 67-104.
- Burgess, D. J. & Borgida, E. (1999). Who women are, who women should be: descriptive and prescriptive gender stereotyping in sex discrimination. *Psychology, Public Policy, and Law*, 5(3), 665-692.



- Cardoso, L. F., Gupta, J., Shuman, S., Cole, H., Kpebo, D., & Falb, K. L. (2016). What Factors contribute to intimate partner violence against women in urban, conflict-affected settings? Qualitative findings from Abidjan, Côte d'Ivoire. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 93(2), 364-378.
- Cerqueira, D. et al. (2019). Atlas da Violência 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Cheung, A. K. & Choi, S. Y. (2016). Non-traditional wives with traditional husbands: gender ideology and husband-to-wife physical violence in Chinese society. *Violence Against Women*, 1-26.
- Ciciolla, L. & Luthar, S. S. (2019). Invisible household labor and ramifications for adjustment: mothers as captains of households. *Sex roles*, 81, 467-486.
- Cortez, M. B. & Souza. L. (2008). Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 171-180.
- Cortez, M. B. & Souza. L. (2010). A violência conjugal na perspectiva de homens denunciados por suas parceiras. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 129-142.
- Cortez, M. B., Souza. L., & Queiróz, S. S. (2010). Violência entre parceiros íntimos: uma análise relacional. *Psicologia Política*, 10(20), 227-243.
- Cyrino, R. (2009). Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. *Sociologias*, 11(21), 66-92.
- Cyrino, R. (2012). *Mulheres executivas: a divisão do trabalho doméstico à luz dos estereótipos de gênero*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- D'Amorim, M. A. (1997). Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. *Temas em Psicologia*, 3, 121-134.
- Delphy, C. (2009). Patriarcado (teorias do). . In Hirata, H.; Laborie, F.; Doaré, H. & Senotier, D. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP.

- Diniz, G. R. S. (2017). Trajetórias conjugais e a construção das violências. *Psicologia Clínica*, 29(1), 31-41.
- Eng, S., Li, Y., Mulsow, M., & Fischer, J. (2010). Domestic violence against women in Cambodia: husband's control, frequency of spousal discussion, and domestic violence reported by Cambodian women. *Journal of Family Violence*, 25, 237-246.
- Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em Psicologia da SBP*, 12(21), 119-126.
- Fleck, M. P. A., Louzada, S., Xavier, M., Chachamovich, E., Vieira, G., Santos, L., & Pinzon, V. (2000). Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". *Revista de saúde pública*, 34(2), 178-183.
- Fraenkel, P. & Captstick, C. (2016). Famílias contemporâneas biparentais: enfrentando os desafios profissionais e familiares. In Walsh, F. *Processos normativos da família: diversidade e complexidade*. (4ª ed., Cap. 4, pp. 78-95). Porto Alegre: Artmed.
- Gage, A. J. & Thomas, N. J. (2017). Women's work, gender roles, and intimate partner violence in Nigeria. *Archives of Sexual Behavior*, 46, 1923-1938.
- Gomes, R. (2008). A dimensão simbólica da violência de gênero. *Athena Digital*, 14, 237-243.
- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Araújo, A. J. S., & Coelho, T. M. F. (2007). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias de gênero e geração. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(4), 504-508.
- Gravena, A. C. (2006). Retorno ao trabalho após o nascimento de um filho: percepção de professoras sobre sua experiência. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos.
- Grest, C. V., Amaro, H., & Unger, J. (2017). Longitudinal predictors of intimate partner violence perpetration and victimization in Latino emerging adults. *Journal of Youth and Adolescence*,
- Guimarães, M. C. & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266.

- Guruge, S. et al. (2017). Intimate partner violence in the post-war context: women's experiences and Community leaders' perceptions in the Eastern Province of Sri Lanka. *PLOS ONE*, *12*(3), 1-16.
- Hayati, E. N., Högberg, U., Hakimi, M., Ellsberg, M. C., & Emmelin, M. (2011). Behind the silence of harmony: risk factors for physical and sexual violence among women in rural Indonesia. *BMC Women's Health*, *11*(52), 1-8.
- Hatcher, A. M., Romito, P., Odero, M., Bakusi, E. A., Onono, M., & Turan, J. M. (2015). Social context and drivers of intimate partner violence in rural Kenya: implications for the health of pregnant women. *Culture, Healthy & Sexuality*, *15*(4), 404-419.
- Heilman, M. E. (2012). Gender stereotypes and workplace bias. *Research in Organizational Behavior*, *32*, 113-135.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, *37*(112), 595-609.
- Hutz, C. S., & Zanon, C. (2011). Revisão da adaptação, validação e normatização da escala de autoestima de Rosenberg. *Avaliação Psicológica*, *10*(1), 41-49.
- Horn, R., Puffer, E. S., Roesch, E., & Lehmann, H. (2014). Women's perception of effects of war on intimate partner violence and gender roles in two post-conflict West African Countries: consequences and unexpected opportunities. *Conflict and Health*, *8*(12), 1-13.
- Instituto Avon (2016). O papel do homem na desconstrução do machismo. Recuperado de: [http://dev-institutoavon.adttemp.com.br/uploads/media/1523997239757-pesquisa%20instituto%20avon%202016%20\(papel%20dos%20homens%20na%20desconstruc%C3%A7%C3%A3o%20do%20machismo\).pdf](http://dev-institutoavon.adttemp.com.br/uploads/media/1523997239757-pesquisa%20instituto%20avon%202016%20(papel%20dos%20homens%20na%20desconstruc%C3%A7%C3%A3o%20do%20machismo).pdf)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1999). Resolução de Conflitos Domésticos e Violência Intrafamiliar nos Bairros da Tijuca e Maracanã. Rio de Janeiro: IBGE.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2019a). *Agência Brasil*. Recuperado de: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2019b). *Agência IBGE Notícias*. Ed.: Estatísticas Sociais. Recuperado de: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101650\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101650_informativo.pdf).
- Islam, J., Mazerolle, P., Broidy, L., & Baird, K. (2017). Exploring the prevalence and correlates associated with intimate partner violence during pregnancy in Bangladesh. *Journal of interpersonal violence* 00(0), 1-28.
- Jayatilleke, A., Poudel, K. C., Sakisaka, K., Yasioka, J., Jayatilleke, A. U., & Jimba, M. (2011). Wive's attitudes toward gender roles and their experience of intimate partner violence by husbands in central province, Sri Lanka. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(3), 414-432.
- Jewkes, R. (2002). Intimate partner violence: causes and prevention. *Lancet*, 359, 1423-1429.
- Laisser, R. M., Nyström, L., Lugina, H. I., & Emellin, M. (2011). Community perceptions of intimate partner violence – a qualitative study from urban Tanzania. *BMC Women's Health* 11(13), 2-12.
- Landis, J.R.; Koch, G.G. (1977). The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics*, 33(1), 159-174.
- Lerner, G. (1986). *The creation of patriarchy*. New York: Oxford University Press.
- Li, L., Sun, I. Y., & Button, D. (2017). Tolerance for intimate partner violence: a comparative study of Chinese and American college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-25.
- Mathieu, N. (2009). Sexo e gênero. In Hirata, H.; Laborie, F.; Doaré, H. & Senotier, D. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP.
- Meier, J. A., McNaughton-Cassill, M., & Lynch, M. (2006). The management of household and childcare tasks and relationship satisfaction in dual-earner families. *Marriage & Family Review*, 40(2-3), 61-88.

- Mudiare, P. E. U. (2013). The perception of gender roles and its implication for spousal violence in Kaduna metropolis, Kaduna state, Nigeria. *European Scientific Journal*, 9(23), 239-258.
- Moraes, A. F. & Ribeiro, L. (2012). As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil a “responsabilização” dos “homens autores de violência”. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, 11, 37-58.
- Moschkovich, M. & Almeida, A. M. F. (2015). Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. *Dados*, 58(3), 749-789.
- Mulawa, M. I. et al. (2018). Associations between peer network gender norms and the perpetration of intimate partner violence among urban Tanzanian men: a multilevel analysis. *Prevention Science*, 19, 427-436.
- Nabors, E. L. & Jasinski, J. L. (2008). Intimate partner violence perpetration among college students: the role of gender roles and gendered violence attitudes. *Feminist Criminology*, 4(1), 7-82.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia e Sociedade*, 18(1), 49-55.
- Nemeth, J. M., Bonomi, A. E., Lee, M. A., & Ludwin, J. M. (2012). Sexual infidelity as trigger for intimate partner violence. *Journal of Women's health*, 21(9), 942-949.
- Nogueira, C., & Saavedra, L. (2007). Estereótipos de gênero: conhecer para os transformar. *Cadernos SACAUSEF*. (3), 10-30.
- Oramas, M. J. G. & Aznar, M. P. M. (2015). Salud mental em mujeres maltratadas por su pareja. Um estudo con muestras de México e España. *Salud Mental*, 38(5), 321-327.
- Organização Mundial da Saúde. (2014). Global status report on violence prevention. Genebra: Autor. Disponível em: [https://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/status\\_report/2014/en/](https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/status_report/2014/en/).

- Perez-Jimenez, D., Rodríguez-Medina, S. M., & Rodríguez-León, F. J. (2017). Beliefs and attitudes toward intimate partner violence in a group of Young Puerto Ricans. *The Qualitative Report*, 22(7), 2048-2065.
- Petersen, M. G. F., Zamora, J. C., Fermann, I. L., Crestani, P. L., & Habigzang, L. F. (2019). Psicoterapia cognitivo-comportamental para mulheres em situação de violência doméstica: revisão sistemática. *Psicologia Clínica*, 31(1), 145-165.
- Pinto, A., Nunes, S. M., & Fazenda, R. (2014). Um estudo sobre a influência do gênero em funções tradicionalmente femininas e masculinas. *International Journal on Working Conditions*, 7, 17-33.
- Reidy, D. E., Berke, D. S., Gentile, B., & A. (2014). Man enough? Masculine discrepancy stress and intimate partner violence. *Personality and Individual Differences*, 68, 160-164.
- Reidy, D. E., Shirk, S. D., Sloan, C. A., Zeichner, A. (2009). Men who aggress against women: effects of feminine gender role violation on physical aggression in hypermasculine men. *Psychology of Men and Masculinity*, 10(1), 1-12.
- Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 82-91.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Sant'Anna, T. C & Penso, M. A. (2016). A transmissão geracional da violência na relação conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-11.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S. & Sugarman, D. B. (1996). The Revised Conflict Tactics Scales (CTS2): development and preliminary Psychometric Data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316.

- Teles, M. A. A. & Melo, M. (2002). *O que é violência contra a mulher*. Tatuapé: Editora Brasiliense.
- Terzioglu, F., Kok, G., Guvenc, G., Ozdemir, F., Gonenc, I. M., Hicyilmaz, B. D., & Sezer, N. Y. (2018). Sexual and reproductive health education needs, gender roles attitudes and acceptance of couple violence according to engaged men ad women. *Community Mental Health Journal*, 1-7.
- Teykal, C. M. & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. *PSICO*, 38(3), 262-268.
- Um, M. Y., Kim, H. J., & Palinkas, L. A. (2016). Correlates of domestic violence victimization among North Korean refugee women in South Korea. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-22.
- Vanalli, A. C. G. (2012). *Conciliação entre profissão, conjugalidade e paternidade para homens e mulheres com filhos na primeira infância* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.
- Vieira, E. M., Perdoná, G. S. C., & Santos, M. A. (2011). Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviço de saúde. *Revista de Saúde Pública*, 45(4), 730-737.
- Zannettino, L. (2012). "...There is no war here; It ir only the relationship that makes" us scared": Factors having in impact on domestic violence in Liberian refugee communities in South Australia. *Violence Against Women*, 18(7), 807-828.
- Yoshihana, M., Blazeovski, J., & Bybee, D. (2014). Enculturation and atitudes toward intimate partner violence and gende roles in Ansian Indian population: Implications for commuinity-based prevention. *American Journal of Community Psychology*, 1-12.
- Wachter, K. et al. (2017). Drivers of intimate partner violence against women in three refugee camps. *Violence against women*, 1-21.

- Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. In: Wagner, A. (Org.), *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. (1ª edição). Brasília-DF: Flacso Brasil. Recuperado em: [https://apublica.org/wp-content/uploads/2016/03/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://apublica.org/wp-content/uploads/2016/03/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf).
- Walsh, F. (2016). Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. In: Walsh, F. (Org.), *Processos normativos da família: diversidade e complexidade* (pp. 3-27). Porto Alegre: Artmed.
- Wilson-Williams, L., Stephenson, R., Juvekar, S., & Andes, K. (2008). Domestic violence and contraceptive use in rural Indian village. *Violence against women*, 14(10), 1181-1198.
- Kelmendi, K. (2014). Domestic violence against women in Kosovo: a qualitative study of women's experiences. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(4), 680-702.
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sócias de sexo. In Hirata, H.; Laborie, F.; Doaré, H. & Senotier, D. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP.



## ANEXO 1

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

CAAE: 89996218.4.0000.5504

**Baseado nas diretrizes contidas na resolução CNS N°466/2012, MS.**

Prezado(a) Senhor(a),

A presente pesquisa, intitulada **“Relações de gênero na família: a relação com a divisão de tarefas familiares e com a presença de violência entre parceiros íntimos”**, tem como objetivo investigar algumas questões presentes na família, tais como a relação entre os cônjuges e a realização/divisão de domésticas e de cuidados com o(a) filho(a) do casal. A pesquisa está sendo desenvolvida como parte do trabalho de Mestrado da aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi), Maria Alice Centanin Bertho, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e sob orientação da Profa. Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca. Espera-se que esse trabalho contribua para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre questões familiares.

Sua participação consistirá em responder perguntas a partir de um Forms online, as quais são referentes a: condição socioeconômica, dados pessoais (gênero, idade, escolaridade, renda, ocupação), trabalho profissional e doméstico, relação conjugal e familiar, estado psicológico (satisfação, estresse, autoestima) e características pessoais. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo e acessados somente pela pesquisadora responsável. O tempo estimado para a responder o questionário é de aproximadamente 25 minutos.

Os dados obtidos serão apresentados em eventos científicos e publicações em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome, assim como informações que possam identificá-lo(a) de alguma forma, serão mantidos em sigilo.

Durante o processo, pode acontecer de o(a) senhor(a) se sentir desconfortável em fornecer as informações solicitadas, tendo total direito de encerrar sua participação. No caso de a

participação na pesquisa levar a desconfortos mais agravados, a pesquisadora lhe encaminhará para serviços da rede especializados em acompanhamento psicológico.

Esclarecemos que sua contribuição é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não permitir a participação na pesquisa, ou resolva a qualquer momento encerrar sua participação, o(a) senhor(a) não sofrerá nenhum dano. As pesquisadoras estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Por fim, é reforçado que a participação do(a) senhor(a) na pesquisa é voluntária, e, portanto, esclarecemos que não haverá recebimento de benefício financeiro pela sua participação.

---

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Considerando que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações) sem informações que permitam a minha identificação. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

São Carlos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

Assinatura do(a) participante

Contato com a Pesquisadora Responsáveis:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, entrar em contato com a pesquisadora Maria Alice Centanin Bertho pelo e-mail: [marialicebertho@gmail.com](mailto:marialicebertho@gmail.com)

Se preferir, contate o Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos. Endereço:

Rodovia Washington Luiz, Km.235- Caixa postal 676 – CEP 13.565-905 – São Carlos-SP-Brasil. Fone: (16) 33518110. Endereço eletrônico: [cephumanos@power.ufscar](mailto:cephumanos@power.ufscar)

## ANEXO 2

**Escala de divisão de tarefas domésticas e de parentalidade**

<b>Tarefas domésticas</b>						
Indique para cada uma das atividades a seguir o quanto você e/ou o(a) seu(sua) parceiro(a) as realiza rotineiramente variando entre: (1) Eu realizo sempre; (2) Eu realizo na maioria das vezes; (3) Eu e meu cônjuge dividimos igualmente; (4) Meu cônjuge realiza na maioria das vezes; (5) Meu cônjuge realiza sempre; ou (NA) Não se aplica (no caso de a atividade ser realizada por outra pessoa que não seja os cônjuges)						
Preparar as refeições durante a semana	1	2	3	4	5	NA
Preparar refeições aos finais de semana	1	2	3	4	5	NA
Pensar sobre qualidade das refeições antes de prepará-las (sabor, nutrição, se agrada todos da família)	1	2	3	4	5	NA
Planejar o preparo das refeições rotineiramente (saber quais ingredientes têm disponíveis, saber o tempo de preparo, saber se os utensílios necessários estão disponíveis – limpos, guardados no local correto)	1	2	3	4	5	NA
Fazer compras de alimentação (supermercado, padaria, sacolão, açougue)	1	2	3	4	5	NA
Fazer compras de utensílios de limpeza	1	2	3	4	5	NA
Lavar louças	1	2	3	4	5	NA
Verificar a disponibilidade de produtos (alimentos, de limpeza, de higiene) e o que precisa ser resposto nas próximas compras	1	2	3	4	5	NA
Fazer faxina	1	2	3	4	5	NA
Gerenciar a faxina da casa (procurar/chamar a faxineira e explicar sobre a limpeza da casa para ela ou, no caso de não ter faxineira, organizar a faxina e saber quanto tempo e o quais utensílios são necessários)	1	2	3	4	5	NA
Fazer pequenos reparos da casa (consertos hidráulicos e elétricos)	1	2	3	4	5	NA
Pagar contas	1	2	3	4	5	NA
Administrar o financiamento a casa (gastos, entrada de dinheiro, vencimento de contas)	1	2	3	4	5	NA
Lavar roupas	1	2	3	4	5	NA
Passar roupas	1	2	3	4	5	NA
Colocar as roupas na máquina para lavar quando estão acumuladas	1	2	3	4	5	NA
Trocar lixo quando está cheio (do banheiro, da cozinha)	1	2	3	4	5	NA
Guardar objetos (sapatos, roupas, materiais de trabalho, etc) que estão espalhados pela casa	1	2	3	4	5	NA
Guardar utensílios/objetos após o uso	1	2	3	4	5	NA
Considerando as tarefas domésticas acima que o(a) seu/sua <b>cônjuge</b> realiza parcialmente ou totalmente, assinale a opção que melhor descreve o envolvimento dele(a): ( ) Meu/minha cônjuge realiza as atividades quando necessário, sem que eu precise pedir, auxiliar ou lembrá-lo ( ) Meu/minha cônjuge realiza as atividades, mas às vezes preciso pedir, lembrá-lo ou auxiliá-lo ( ) Meu/minha cônjuge <b>não</b> realiza as atividades, a não ser que eu lhe peça, lembre ou auxilie						

Considerando as tarefas domésticas acima que **você** realiza parcialmente ou totalmente, assinale a opção que melhor lhe descreve:

( ) Eu realizo as atividades quando necessário, sem que meu/minha cônjuge precise me pedir, auxiliar ou lembrar

( ) Eu realizo as atividades, mas às vezes meu/minha cônjuge precisa me pedir, lembrar ou auxiliar

( ) Eu não realizo as atividades, a **não** ser que meu/minha cônjuge me peça, lembre ou auxilie

Indique para cada um dos conhecimentos a seguir o quanto você e/ou o(a) seu(sua) parceiro(a) tem domínio sobre ele, variando entre:

(1) Acredito que somente eu saiba disso; (2) Tanto eu quanto meu cônjuge sabemos isso; (3) Eu preciso perguntar isso para o meu cônjuge para saber; ou (NA) Não se aplica (no caso do aspecto não fazer parte da rotina do casal)

Saber onde estão guardados utensílios e produtos de limpeza e higiene	1	2	3	NA
Saber onde estão guardados produtos e utensílios de cozinha	1	2	3	NA
Saber os dias de colocar o lixo para fora	1	2	3	NA
Saber sobre o cuidado de roupas (quais podem se misturar na máquina, quais podem ser passadas)	1	2	3	NA
Ter controle sobre a periodicidade de trocas de roupas de cama, de mesa e de banho (lençóis, toalhas, pano de pratos)	1	2	3	NA
Ter controle sobre a necessidade e periodicidade de fazer faxina na casa	1	2	3	NA
Saber sobre preços dos produtos de limpeza/higiene/alimentação e local onde é melhor comprar	1	2	3	NA

**Escala de cuidados básico com o filho**

Indique para cada uma das atividades a seguir o quanto você e/ou o(a) seu(sua) parceiro(a) as realiza rotineiramente variando entre:

(1) Eu realizo sempre; (2) Eu realizo na maioria das vezes; (3) Eu e meu cônjuge dividimos igualmente; (4) Meu cônjuge realiza na maioria das vezes; (5) Meu cônjuge realiza sempre; ou (NA) Não se aplica (no caso de a atividade não corresponder a faixa etária do seu filho)

Dar banho ou ajudá-lo a tomar banho	1	2	3	4	5	NA
Colocar roupas e/ou sapatos nele	1	2	3	4	5	NA
Dar alimentos ou ajudá-lo a comer sozinho	1	2	3	4	5	NA
Supervisioná-lo enquanto ele come sozinho	1	2	3	4	5	NA
Levá-lo ao médico ou outro tratamento de saúde	1	2	3	4	5	NA
Levar para creche/escola	1	2	3	4	5	NA
Brincar com ele	1	2	3	4	5	NA
Dar remédios	1	2	3	4	5	NA
Levá-lo para passear	1	2	3	4	5	NA
Levá-lo para encontrar outras crianças	1	2	3	4	5	NA
Consolá-lo durante a noite	1	2	3	4	5	NA
Colocá-lo para dormir	1	2	3	4	5	NA
Lavar e passar as roupas do seu filho	1	2	3	4	5	NA
Guardar os brinquedos ou materiais do seu filho	1	2	3	4	5	NA
Cobrar tarefas/responsabilidades do seu filho	1	2	3	4	5	NA
Buscar o filho na creche/escola	1	2	3	4	5	NA
Participar das reuniões escolares	1	2	3	4	5	NA
Verificar agenda, datas de provas/trabalhos escolares do seu filho	1	2	3	4	5	NA

Providenciar materiais necessários para as atividades escolares	1	2	3	4	5	NA
Preparar lancheira do seu filho	1	2	3	4	5	NA
Verificar quando é necessário comprar roupas/sapatos novos	1	2	3	4	5	NA
Levar seu filho para comprar roupas, sapatos, materiais escolares	1	2	3	4	5	NA
Verificar datas de vacinação	1	2	3	4	5	NA
Supervisioná-lo no uso de eletrônicos (televisão, tablet, videogame)	1	2	3	4	5	NA
Estabelecer limites para o seu filho	1	2	3	4	5	NA
Verificar os cuidados com seu filho (quando é necessário cortar o cabelo, as unhas)	1	2	3	4	5	NA
Verificar a disponibilidade de alimentos e utensílios necessários para preparar as refeições do seu filho	1	2	3	4	5	NA
Pedir apoio de terceiros (família, amigos, ajudantes) quando necessário para cuidar do seu filho (ir buscar na escola, ficar com a criança quando ela precisa faltar da escola)	1	2	3	4	5	NA
Verificar quem estará cuidando do seu filho em momentos em que você e seu cônjuge estarão ausentes (trabalhando, em outros compromissos)	1	2	3	4	5	NA
Planejar atividades para seu filho nas férias ou finais de semana	1	2	3	4	5	NA
Regular horários adequados de alimentação e sono do seu filho	1	2	3	4	5	NA
Considerando as tarefas domésticas acima que o(a) seu/sua cônjuge realiza parcialmente ou totalmente, assinale a opção que melhor descreve: ( ) Meu/minha cônjuge realiza as atividades quando necessário, sem que eu precise pedir, auxiliar ou lembra-lo ( ) Meu/minha cônjuge realiza as atividades, mas às vezes preciso pedir, lembra-lo ou auxiliá-lo ( ) Meu/minha cônjuge não realiza as atividades, a não ser que eu lhe peça, lembre ou auxilie						
Considerando as tarefas domésticas acima que você realiza parcialmente ou totalmente, assinale a opção que melhor lhe descreve: ( ) Eu realizo as atividades quando necessário, sem que meu/minha cônjuge precise me pedir, auxiliar ou lembrar ( ) Eu realizo as atividades, mas às vezes meu/minha cônjuge precisa me pedir, lembrar ou auxiliar ( ) Eu não realizo as atividades, a não ser que meu/minha cônjuge me peça, lembre ou auxilie						
Indique para cada um dos conhecimentos a seguir o quanto você e/ou o(a) seu(sua) parceiro(a) tem domínio sobre ele, variando entre: (1) Acredito que somente eu tenha total domínio disso; (2) Eu preciso perguntar isso para o meu cônjuge para saber; (3) Tanto eu quanto meu cônjuge temos domínio sobre isso; ou (NA) Não se aplica (no caso do aspecto não corresponder a faixa etária do seu filho)						
Conhecer os gostos e necessidades alimentares do seu filho	1	2	3	NA		
Conhecer os produtos mais adequados para seu filho (marca de fraldas, tipos de medicamentos, alimentos apropriados)	1	2	3	NA		
Conhecer a disponibilidade das pessoas que auxiliam nos cuidados com seu filho (avós, tios, amigos, babás/cuidadores)	1	2	3	NA		
Ter conhecimento sobre o desempenho acadêmico do seu filho (matérias que tem dificuldade, matérias que tem facilidade)	1	2	3	NA		
Saber quem são os amigos mais próximos do seu filho	1	2	3	NA		